

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“ATÉ QUE UM DIA, DE REPENTE, TUDO PASSA A SER CONTADO NO  
PASSADO”: OS PROJETOS, AS MEMÓRIAS E OS CAMPOS DE  
POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO FLÁVIA SCHILLING  
(BRASIL - URUGUAI, 1964-1980)**

**Diego Scherer da Silva**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

**PROFESSOR DOUTOR BENITO BISSO SCHMIDT**  
Orientador

**Porto Alegre, RS, Brasil  
2014**

**“Até que um dia, de repente, tudo passa a ser contado no passado”: os projetos, as memórias e os campos de possibilidades na formação do indivíduo Flávia Schilling (Brasil - Uruguai, 1964-1980)**

**Diego Scherer da Silva**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

Aprovada por:

---

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Simone Rodeghero (UFRGS)

---

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Paula Nascimento Araujo (UFRJ)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Flávia Schilling, por me “emprestar” sua história e permitir que este trabalho fosse realizado. Agradeço pelo incentivo e pela disponibilidade em ajudar, além do tempo concedido para as entrevistas.

Agradeço ao meu orientador Benito Schmidt por acompanhar esta pesquisa, desde o seu início ainda na graduação do curso de história, com dedicação e afincos. Suas leituras atentas, correções e preciosas orientações possibilitaram o crescimento dessa pesquisa e a construção dessa dissertação.

Agradeço à Professora Carla Rodeghero e ao Professor Enrique Padrós por acompanharem a realização deste trabalho de perto, sempre contribuindo muito para a qualificação da pesquisa. Agradeço a gentileza e o esforço para estarem presente na banca examinadora.

Agradeço à Professora Maria Paula Araujo pelas sensíveis orientações a esta pesquisa quando ela ainda era um projeto de graduação e pelo aceite em compor a banca de avaliação deste trabalho.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS que em suas aulas me permitiram repensar a escrita da História, propondo questionamentos e sugestões extremamente pertinentes para a realização desta e de futuras pesquisas.

À UFRGS e ao CNPQ, agradeço pela concessão de uma bolsa estudantil que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos colegas e amigos de curso pelas discussões e debates que permitiram transformar o mestrado em algo muito maior que a dissertação.

Agradeço ao grande amigo Said pelo incentivo na escrita dos capítulos, pela leitura crítica dos mesmos e pela ajuda na transcrição das entrevistas.

Agradeço aos meus pais e a minha família pelo apoio e pelo estímulo para levar adiante esta pesquisa.

Aos meus irmãos – Augusto, Mariana e Fernanda – agradeço pela compreensão das minhas ausências e a eles dedico este trabalho.

À Viviane, companheira amada, agradeço por tornar a escrita e a pesquisa, muitas vezes solitária, em uma caminhada conjunta. Obrigado por estar ao meu lado e permitir que essa jornada fosse muito mais bonita.

## RESUMO

Esta dissertação constrói a biografia da brasileira Flávia Schilling (1953- ) desde a sua infância, passando pelo seu exílio no Uruguai em 1964, até o seu retorno ao Brasil em 1980. Seu objetivo principal é reconstruir parte da trajetória de Flávia e, em termos mais amplos e abstratos, problematizar, por meio de sua biografia, as formas de constituição do indivíduo na história, buscando respostas para questões como: como se dá a construção do indivíduo – por si e pelo outro? Como se forma a sua identidade? Quais os elementos, escolhas e condicionamentos precisam ser analisados nesse processo? Pretende-se, assim, repensar e discutir como o indivíduo pode ser percebido pelas diversas óticas que o constituem e como ele interage – ativa e passivamente – com o meio em que vive, e aqui mais especificamente, relacionando-o com o período das ditaduras de segurança nacional na América Latina. O exílio, a militância, a clandestinidade, a prisão e a campanha de libertação da referida personagem, juntamente com as ditaduras iniciadas com os golpes civis-militares do Brasil em 1964 e do Uruguai em 1973, são temas analisados ao longo do trabalho.

Palavras chaves: Flávia Schilling; Ditaduras; Exílio; Militância; Prisão Política; Brasil; Uruguai.

## **ABSTRACT**

This dissertation builds the biography of Brazilian Flavia Schilling (1953-) from her childhood, through her exile in Uruguay in 1964, until her return to Brazil in 1980. Its main objective is to reconstruct part of the trajectory of Flavia and, in terms broader and more abstract problematize through her biography, the forms of the constitution of the individual in history, seeking answers to questions such as: how is the construction of the individual - for themselves and for each other? How is your identity? Which elements, choices and constraints need to be analyzed in this process? It is intended, therefore, to rethink and discuss how the individual may be perceived by many that the optics are and how it interacts - actively and passively - with the environment they live in, and here more specifically, relating it to the period of dictatorships national security in Latin America. Exile, the activists, underground, imprisonment and release of that campaign character along with dictatorships began with the civilian-military coup in Brazil in 1964 and Uruguay in 1973, are themes explored throughout this research.

Key words: Flavia Schilling; dictatorships; exile; militancy; Prison Policy; Brazil; Uruguay.

## SUMÁRIO

Introdução.....	07
01 - Entre as muitas Encruzilhadas do Sul: a infância, o golpe e o exílio na formação do indivíduo Flávia (Brasil – Uruguai, 1953-1968).....	26
1.1 “Se a memória é feita de pedaços de cada um, [...] não posso deixar de incluir nesta história a história feita por meu pai [...]” – Quando as histórias se entrelaçam: ser filha de Paulo Schilling.....	27
1.2 “O Mundo que se abria” (ou: O Uruguai como país de exílio) .....	41
02 - Da fase não desejada à paixão pelo Uruguai: A militância política no campo de possibilidades de Flávia.....	61
2.1 “Eu me apaixonei pelo Uruguai”: O fim da ilusão [ou o “fim” do exílio] e o início da militância .....	62
2.2 A militância como “projeto”: ideais e escolhas de uma “nova geração” .....	64
2.3 A militância no FER e a militância Tupamara .....	75
2.4 A clandestinidade, o vazio e a “queda”: os tempos no “lugar-nenhum” .....	84
03 - A prisão política, a refém e a campanha: os projetos de Flávia Schilling no cárcere uruguaio.....	90
3.1 Hospital, quartéis e Punta Rieles: os primeiros anos no cárcere .....	91
3.2 Nas mãos do Estado: Flávia como refém e a política de repressão.....	95
3.3 A volta à Punta Rieles e as estratégias da repressão.....	103
3.4 Os projeto para sobreviver: a criação de uma rotina resistente .....	109
3.5 A campanha pela libertação de Flávia: o movimento no Brasil, os reflexos no Uruguai e a “querida liberdade” .....	117
Epílogo: A Querida Liberdade e a volta ao Brasil.....	131
O dia em que conheci Flávia Schilling – breve relato das nossas entrevistas.....	137
Considerações finais .....	139
Anexos.....	143
Lista de Fontes.....	144
Referência bibliográfica .....	145

## INTRODUÇÃO

*Enquanto toda a geração a que pertencia se lançava à luta, não podia se deixar encerrada em seu casulo individual. A causa da liberdade não tem pátria e Flávia fez como Tom Paine na Revolução Francesa, Lafayette na Revolução Americana, Bolívar nas Guerras de Independência, Garibaldi na Guerra dos Farrapos. Generosamente, combateu pela liberdade, lado a lado com seus irmãos uruguaios. Não praticou nenhuma violência, nenhum crime. Deve constituir motivo de orgulho para todos os brasileiros (Décio Freitas, Prefácio do Livro “Querida Família.”<sup>1</sup>).*

*Flávia é gaúcha e está presa no Uruguai há seis anos. [...]. Flávia foi somente mais um – entre dezenas de milhares de outros jovens idealistas. Um grão de areia brasileira na construção de um Uruguai melhor e na formação da pátria grande dos latino-americanos. [...]. Flávia foi presa aos 18 anos, recebeu um tiro e foi torturada. [...] Hoje, após seis anos de prisão Flávia morre aos poucos na cadeia, onde está doente e continua a ser maltratada (Panfleto CBA-RS, nº 3, maio de 1979).*

*[As cartas censuradas de Flávia] não conseguem esconder a fibra da corajosa mulher brasileira, movida por ideais de liberdade e justiça. [...]. Flávia, solidária, cumpriu a pena de sua identificação com o povo uruguaio. Seu calvário já é motivação para que se lute até o fim de que casos semelhantes não se repitam mais nem aqui e nem nos países vizinhos do Cone Sul. Pois em Flávia descobrimos que somos cada vez mais latinoamericanos (Jaime Wrigth, Prefácio do Livro “Querida Liberdade”<sup>2</sup>).*

*Suas cartas revelam [...] a força e a sensibilidade de uma moça de 19 anos que viveu por longos anos, lado a lado – certamente numa mesma cela – com a destruição e a morte. [...]. Na prisão, os cabelos de Flávia caem, seus dentes apodrecem, quase não consegue caminhar e sofre bloqueios de memória. Mas sua percepção de tudo isso é límpida, imperturbável. Ela não procurou anestesiá-la diante da dor. (Carlos Aveline, no livro “Querida Família”<sup>3</sup>).*

Forte ou sensível? Exemplo e motivo de orgulho ou apenas mais uma, um grão de areia? Aquela que sofreu, esteve ao lado da morte e sobreviveu? A corajosa, idealista e imperturbável? Inúmeras imagens, variadas (re)construções, diversas formas de pensar Flávia. Os trechos citados nos permitem exemplificar diferentes maneiras pelas quais um indivíduo pode ser lembrado e narrado. Mesmo que tais trechos estejam relacionados com a campanha de libertação de Flávia, é possível perceber neles várias versões e constituições da personagem em foco. Ela é tudo isso e ainda mais.

Flávia nasceu no dia 26 de abril de 1953 em Santa Cruz do Sul, e logo em seguida mudou-se para Encruzilhada do Sul. Filha da dona de casa Ingeborg Schilling e do

<sup>1</sup> SCHILLING, 1978. p. 07.

<sup>2</sup> SCHILLING, 1980. p. 07.

<sup>3</sup> SCHILLING, 1978, op. cit., p. 03.

economista e político Paulo Schilling, viveu os primeiros anos de sua vida em meio às mudanças de endereço de seu pai. Após publicar o livro “A operação trigo”<sup>4</sup>, Paulo Schilling foi convidado para trabalhar com Leonel Brizola, então governador do estado do Rio Grande do Sul. Quando Brizola se elegeu deputado federal pelo Rio de Janeiro, Paulo, juntamente com sua família, o acompanhou. É na cidade do Rio de Janeiro que a família Schilling viveu o golpe civil-militar em 1964.

Na época do golpe, Paulo teve de procurar asilo político na Embaixada do Uruguai devido à perseguição por parte da DOPS. Rumou ainda em abril de 1964 para o país vizinho, sua família retornou a Porto Alegre e, em agosto do mesmo ano, seguiu para o Uruguai. Flávia – então com 11 anos de idade – acompanhou o exílio do pai.

Foi em Montevidéu que ela completou seus estudos e ingressou na militância política. Como relata seu pai, na introdução do livro “Querida Família:”<sup>5</sup>, “no Instituto Alfredo Vasquez Azevedo [Flávia] integrou-se à F.E.R. – Federação dos Estudantes Revolucionários, de orientação Tupamara” (SCHILLING, 1972, p.10). Após ingressar na Faculdade de Medicina, abandonou-a ainda no primeiro ano do curso de graduação para dedicar-se inteiramente ao Movimento de Libertação Nacional (MLN).

Após aproximadamente dois anos de militância<sup>6</sup>, Flávia acabou presa, em 24 de novembro de 1972, aos 18 anos de idade. No momento de sua prisão, foi ferida por um tiro, tendo a bala lhe perfurado a laringe e a epiglote, causando séria hemorragia. Submetida a uma cirurgia no hospital militar, acabou sendo salva pela equipe médica.

Ela continuou presa até abril de 1980, e durante três anos desse período foi “refém” do governo uruguaio, isto é, fez parte de um “conjunto de presos políticos que tiveram um regime de prisão extremamente duro, diferenciado dos demais, e aos quais foi comunicado que qualquer ação realizada por sua organização política redundaria em sua execução imediata” (JOFFILLY, 2010, p. 122).

O presente trabalho objetiva reconstruir parte da trajetória de Flávia e, em termos mais amplos e abstratos, problematizar, por meio de sua biografia, as formas de constituição do indivíduo na história. Como se dá a construção do indivíduo – por si e pelo outro? Como se forma a sua identidade? Quais os elementos, escolhas e condicionamentos precisam ser analisados nesse processo? Pretende-se assim repensar e discutir como o indivíduo pode ser

---

<sup>4</sup> SCHILLING, Paulo. *A operação Trigo: Tentativa de interpretação político-econômica da triticultura nacional*. Porto Alegre, Ed. Moderna, 1956.

<sup>5</sup> Livro que reúne cartas escritas por Flávia Schilling durante o seu primeiro ano de prisão.

<sup>6</sup> Como relata seu pai, a partir de abril de 1972, após o colapso de quase todas as organizações guerrilheiras e devido à forte repressão, Flávia teve que passar à clandestinidade, vivendo em condições tremendamente duras (SCHILLING, 1972, p. 10).

percebido pelas diversas óticas que o constituem e como ele interage – ativa e passivamente – com o meio em que vive, e aqui mais especificamente, relacionando-o com o período das ditaduras civil-militares na América Latina.

Para responder a essas questões torna-se necessário refletir sobre as relações entre o indivíduo e a sociedade, entre o sujeito e seus contextos. Assim, analisaremos agora as orientações teóricas que balizam este trabalho. Iniciarei por expor discussões acerca da biografia.

A escrita biográfica histórica passou e passa por inúmeras discussões sobre a forma como deve ser elaborada. Desde a escrita da vida dos grandes personagens até o interesse pela trajetória do homem comum, este tipo de estudo histórico teve seus altos e baixos. Referindo-se ao gênero biográfico na atualidade, diz Giovani Levi (2006, p. 168):

a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humana.

Schmidt (2000, p. 13) aponta no mesmo sentido, quando afirma que o gênero biográfico foi

[...] por muito tempo considerado pelos historiadores como um gênero menor, [entretanto] a biografia recuperou seu prestígio nos últimos anos. A produção recente de biografias, embora herdeira de uma longa tradição, coloca (ou recoloca) problemas que estão no centro do debate historiográfico contemporâneo: as relações entre indivíduo e sociedade, unidade e fragmentação, narração e explicação, público e privado, entre outras questões.

Mas qual a melhor maneira de se elaborar esse tipo de pesquisa? Quais as principais barreiras a serem ultrapassadas pelos historiadores? Ao se questionar sobre a possibilidade de se escrever a vida um indivíduo, Levi (2006, p.169) nos apresenta alguns desses desafios:

Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica da nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.

No mesmo sentido, Pierre Bourdieu fala da “ilusão biográfica”, ao criticar a interpretação dos acontecimentos de uma trajetória como se eles estivessem predestinados a acontecer. Ele discorda da ideia de que

a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um projeto: a noção sartriana de ‘projeto original’ somente coloca de modo explícito o que está implícito nos ‘já’, ‘desde então’, ‘desde pequeno’ etc. das biografias comuns ou nos ‘sempre’ (‘sempre gostei de música’) das ‘histórias de vida’. (BOURDIEU, 2006, p.184).

Sabina Loriga (1998, p. 246), embora tenha algumas críticas a esse autor, considera pertinentes as noções discutidas por Bourdieu; segundo ela, visualizar uma unidade de sentidos e não levar em conta a natureza descontínua e provisória do real é uma ingenuidade imperdoável. Penso, com Bourdieu, que os acontecimentos biográficos devem ser definidos como colocações e deslocamentos no espaço social (BOURDIEU, 2006, p. 190), e não a partir de predeterminações que apenas se evidenciam com o passar dos tempos. Assim, a crítica feita pelo sociólogo à ideia de constituir a trajetória do biografado com base em uma organização em sequencias ordenadas, segundo relações inteligíveis e seguindo uma sucessão cronológica determinada, me parece essencial ao desenvolvimento de uma biografia histórica como a que me proponho realizar.

Tal perspectiva se apresenta, por exemplo, quando colocamos em debate os motivos que levaram Flávia a tornar-se militante. Explicar tal escolha simplesmente pelo momento por ela vivido e pela militância de seu pai, ou seja, considerar que, ao ter vivenciado certos conflitos políticos dentro de casa, suas escolhas futuras já estariam predestinadas, me parece simplista. Flávia não nasceu militante; as suas escolhas, que certamente passaram por inúmeras reflexões, hesitações, incertezas e acasos, e a construção de seus projetos partiram dos campos de possibilidades que lhe foram abertos com o exílio no Uruguai e a realidade vivida por ela e sua família naquele momento. Pretendemos questionar, assim, a ideia de um plano organizado e pré-determinado para a sua trajetória, e evidenciar as suas próprias escolhas nos “campos de possibilidades”<sup>7</sup> a ela apresentados.

Ao sublinhar a margem individual das escolhas de nossa personagem, mas considerar que, para a análise, deve-se levar em conta também os campos de possibilidades abertos pelos contextos históricos por ela vividos, a tensão existente na forma de relação entre o indivíduo e seu ambiente social na escrita biográfica vem à tona. Novamente Levi pode iluminar essa discussão.

O autor propõe, ao longo do seu texto “Usos da biografia”, uma tipologia das abordagens dos historiadores na escrita biográfica. Como ele próprio enuncia, seriam “os

---

<sup>7</sup> A noção de “campo de possibilidades” vem do trabalho de Gilberto Velho e será melhor discutida na sequência do texto.

novos caminhos trilhados pelos que procuram utilizar a biografia como instrumento de conhecimento histórico e substituir a tradicional biografia linear” (2006, p. 179). Não nos ateremos a todos os casos abordados, mas sim a um que chama bastante atenção pela forma de diálogo com a pesquisa aqui proposta, o que o autor chamou de “biografia e contexto”<sup>8</sup>.

Segundo ele (2006, p. 175), nessa abordagem, a biografia conserva a especificidade de estudar uma pessoa singular, “todavia a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias”. Este segundo ângulo de análise remete a duas perspectivas diferentes: “Por um lado, a reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante” (LEVI, 2006, p. 175), e complementa em seguida, “não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipos, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais”. Por sua vez, na segunda perspectiva, o contexto serviria para “preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia, por esse ou aquele motivo, com a do personagem estudado” (LEVI, 2006, p. 176).

Para o historiador italiano (2006, p. 176) essa abordagem parece ser um caminho possível, entretanto o autor não deixa de expor sua crítica a ela:

Essa utilização da biografia repousa sobre uma hipótese implícita que pode ser assim formulada: qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios e singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica. Essa perspectiva deu ótimos resultados, tendo-se em geral conseguido manter o equilíbrio entre a especificidade da trajetória individual e o sistema social como um todo. Pode-se alegar, no entanto, que o contexto é frequentemente apresentado como algo rígido, coerente, e que ele serve de pano de fundo imóvel para explicar a biografia. As trajetórias individuais estão arraigadas em um contexto, mas não agem sobre ele, não o modificam.

Para o caso de Flávia é essencial considerar o contexto histórico como elemento de análise em sua trajetória. Entretanto, tal abordagem torna-se difícil em alguns momentos. Afinal, são muitos os elementos que se somam e que logo se transformam, criando um ambiente sem um “padrão fixo”, tornando-o inacessível para o historiador que pretenda apreendê-lo como uma unidade. Como representar, por exemplo, a ocasião de clandestinidade de Flávia com um “padrão fixo”? Como explicar esses períodos nos quais, muitas vezes, os

---

<sup>8</sup> As outras tipologias são: prosopografia e biografia modal; biografia e os casos extremos; e, por fim, biografia e hermenêutica.

documentos não existem e os sujeitos envolvidos, pela necessidade da situação vivida e para sua segurança, de certa forma, também não?

Pensamos que, para resolver essa questão, o diálogo do sujeito com o contexto vivido deve ser evidenciado de forma intensa ao longo da escrita biográfica. De certa forma, seria essa uma maneira de chegar o mais próximo possível do momento histórico focado. Concordamos com a exposição de Schmidt (2004, p. 138), quando esse diz que

o historiador-biógrafo não deve procurar resolver esse problema optando por um dos “pólos”, o do indivíduo ou o da sociedade, mas sim adotando estratégias narrativas que estabeleçam uma permanente tensão entre o personagem e os constrangimentos/possibilidades de sua época.

Afinal, como afirma Levi (2006, p. 179-180),

[...] nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação. A meu ver a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições.

Ao tomar por base as discussões sobre a biografia histórica realizadas até aqui, acreditamos que os trabalhos de Norbert Elias (1994) e Gilberto Velho (1999), mesmo não tendo como centro de suas discussões a escrita biográfica, apresentam inúmeros debates que dialogam com tal abordagem – e entre si em determinados momentos – e podem contribuir para as reflexões propostas na presente dissertação. Elias (1994) questiona as noções de “indivíduo” e “sociedade”, e se propõe a romper com a compreensão dos termos como simples opostos, pensando-os em uma mesma configuração, em uma “sociedade de indivíduos”.

Velho (1999), por sua vez, aborda em vários de seus textos características das sociedades complexas moderno-contemporâneas. Para o autor, as mesmas “caracterizam-se por um intenso processo de interação entre grupos e segmentos diferenciados” (VELHO, 1999, p. 38), no qual os indivíduos vivenciam sistemas de valores distintos e heterogêneos, levando à constituição de tensões e conflitos nessa coexistência. Para lidar com as identidades construídas em tais sociedades, o antropólogo utiliza os conceitos de *projeto* e *campo de possibilidades*, que o ajudam a refletir sobre a noção de indivíduo.

Elias (1994, p. 16) defende que não existe um abismo entre indivíduo e sociedade, percebendo-os como elementos de uma relação bilateral: os indivíduos formam a sociedade ao mesmo tempo em que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos. Essas considerações

parecem pertinentes para a elaboração da biografia à qual nos propomos: ao mesmo tempo em que Flávia tem seu papel, sua individualidade, sua singularidade e sua relativa autonomia na sociedade em que vive, ela acaba sendo influenciada – muitas vezes inconscientemente – por esse ambiente. Assim, ambos os fatores, indivíduo e sociedade/contexto, tiveram que ser analisados e articulados para um melhor desenvolvimento da pesquisa.

Expondo suas considerações sobre a formação dessa “sociedade de indivíduos”, Elias faz algumas indicações que ajudam a pensar a constituição do sujeito individual. Uma das primeiras constatações do autor é de que “cada ser humano é criado por outros que existam antes dele; [...], ele cresce e vive como parte de uma associação de pessoas, de um todo social [...]” (ELIAS, 1994, p. 19). Isso pode parecer simples e óbvio, mas levando em consideração que na formação do indivíduo deve-se levar em conta os momentos iniciais de sua existência, sua infância e as circunstâncias no qual cresceu e se desenvolveu como individualidade, pensar os primeiros anos de vida do biografado parece-nos extremamente relevante. Não estamos querendo dizer que toda sua individualidade será moldada nesse período, mas sim que tal etapa deve ser analisada e interpretada como um momento fundamental no desenvolvimento do sujeito, ao menos nas sociedades individualistas ocidentais modernas.

Quanto à liberdade do indivíduo, Elias (1994, p. 21) expõe que mesmo existindo uma “liberdade individual de movimentos dos indivíduos”, a sociedade impõe a ele uma ordem “oculta e não diretamente perceptível pelos sentidos”. Isso não quer dizer que o sujeito tenha que seguir apenas um caminho, mas sim, que a sociedade estabelece determinados limites a suas ações e percepções. Nas palavras do autor:

A ordem invisível dessa forma de vida comum, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamentos possíveis. Por nascimento, ele está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e, talvez, desenvolver-se com base nele. Até sua liberdade de escolha entre as funções preexistentes é bastante limitada. Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação de seus pais e, em consonância com isso, da escolarização que recebe. (ELIAS, 1994, p. 21).

É interessante pensar nessas observações para o caso de Flávia. Ao se levar em conta a importância do ambiente onde o indivíduo se desenvolve, a teia humana ou mesmo a escolarização que recebe para entender a formação da sua individualidade, pode-se dizer que a nossa personagem parece ter sofrido inúmeras influências. Ela, em seus primeiros anos, viveu em Encruzilhada do Sul, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Montevideú - cidades diferentes, em períodos diferentes – a vivência no Rio se deu entre o final de 1963 até o golpe

de 1º de abril de 1964, momento turbulento da história brasileira; além disso, conviveu com grupos de pessoas variados, além de estudar em escolas de perfis distintos – no Uruguai o ensino se diferenciava muito do Brasil, a escola era mista e exigia o uso de uniforme, por exemplo. Todos esses elementos parecem ser relevantes para entendermos a constituição da individualidade de Flávia, e talvez as diversas influências por ela recebidas possam ser interpretadas como produtoras de uma singularidade na sua formação e na elaboração de seus projetos.

As noções discutidas por Gilberto Velho, como já apontamos, também nos parecem pertinentes à abordagem biográfica. Assim como Elias propõe pensar a formação dos indivíduos levando em conta a relação entre eles e a sociedade em que estão inseridos, Velho expõe que o indivíduo formula projetos para a sua vida e que esses estariam diretamente relacionados aos campos de possibilidades oferecidos a ele em cada momento. Nas palavras do autor,

*Projeto [...] é a conduta organizada para atingir finalidades específicas. Para lidar com o possível viés racionalista, com ênfase na consciência individual, auxilia-nos a noção de campo de possibilidades como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos. Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de projeto e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades. (VELHO, 1999, p.40 – itálicos do autor).*

Pensando os projetos como elementos formadores do indivíduo, e considerando esses diretamente ligados aos campos de possibilidades experimentados, ambas as noções devem ser levadas em conta no trabalho do historiador ao analisar o “fazer-se” do personagem biografado. Nesse sentido, Velho (1999, p.46) aponta que “as trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos”, e ressalta ainda que a viabilidade da realização desses projetos “vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza, e da dinâmica do campo de possibilidades”. Enfim, assim como Elias, Velho também acentua uma relação de interdependência entre indivíduo e sociedade.

Ambos os autores parecem seguir um caminho semelhante ao elucidar os espaços abertos para as decisões individuais nas sociedades. Segundo Elias, chega um momento ao indivíduo em que “apresentam-se oportunidades que podem ser aproveitadas ou perdidas. Aparecem encruzilhadas em que as pessoas têm de fazer escolhas, e de suas escolhas, conforme sua posição social, pode depender seu destino pessoal” (ELIAS, 1994, p. 48). Ele

chama a atenção, entretanto, ao fato de que as “oportunidades entre as quais as pessoas precisam optar não são, em si mesmas, criadas por essas pessoas. São prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro dela” (ELIAS, 1994, p.48). Mais uma vez, uma condiciona a outra: a liberdade e a individualidade existem, mas elas estão diretamente ligadas aos condicionamentos sociais. É a ideia de “projeto” relacionada ao “campo de possibilidades” que nos expõe Velho.

Parece-nos, assim, que essas discussões teóricas devem ser levadas em conta pelo historiador que pretende realizar uma pesquisa biográfica. Os trabalhos de Elias e Velho nos levam a perceber que a constituição do sujeito passa diretamente pela sua relação com a sociedade. Ao mesmo tempo em que o primeiro defende que um não existe sem o outro – evidenciando o papel da sociedade na constituição do indivíduo –, o segundo diz que a formulação de projetos individuais depende diretamente do campo de possibilidades no qual o sujeito está inserido.

A pesquisa biográfica à qual nos propomos passa diretamente pela compreensão da sociedade em que Flávia Schilling viveu, isto é, dos limites e possibilidades que esse ambiente proporcionou a ela para criar seus projetos individuais e coletivos. Elias aponta que só existe o “eu” em relação a um “nós”, e é esse “nós”, sempre em diálogo com o “eu”, que deve ser levado em consideração como uma das peças fundamentais à compreensão do fazer-se do indivíduo.

Por fim, ainda no que se refere às questões teóricas, gostaríamos de apontar algumas considerações a respeito da identidade múltipla, de que fala Hall. Para o presente trabalho, visualiza-se indispensável reconstruir a trajetória de Flávia a partir de uma pluralidade de possibilidades identitárias que se alternam a cada momento. Nesse sentido, a “complexidade da identidade, sua formação progressiva e não-linear e suas contradições” (LEVI, 2006, p. 173) são questões relevantes para a nossa abordagem.

Sobre esse tema, Stuart Hall (2006) expõe que as sociedades modernas têm como característica a mudança constante, o que leva o sujeito a eleger em diferentes momentos distintas identidades, que não se encontram encerradas em um eu “coerente”. Para o autor, não existe uma identidade fixa, essencial ou permanente; ela “torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 13). Em suas palavras:

dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente

deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 13)

A identidade é definida historicamente e deve ser percebida como um processo em constante transformação. Isso fica evidenciado, por exemplo, nas cartas de Flávia, quando ela reflete sobre as decisões tomadas, as contradições em que foi envolvida, exemplificando assim o caráter complexo da formação e reformulação da sua identidade<sup>9</sup>.

Tomando como referência as discussões de Elias, Velho e Hall, e privilegiando a relação contexto/indivíduo, por acreditar ser a forma mais inteligível para a pesquisa da trajetória de Flávia, cremos que a ideia de “jogo de escalas” pode servir como uma ferramenta metodológica útil a essa abordagem. Sem optar por um dos polos – indivíduo X sociedade, sujeito X contexto – o jogo permite que se ponham em análise ambas as perspectivas, e é isso que analisaremos agora.

Escala é um ponto de vista, uma abstração, uma forma escolhida para apreender o real. A manipulação deliberada da mesma, o jogo de escalas, tem por objetivo “localizar e desenhar, em sua variedade, um conjunto de mapas que correspondem aos vários territórios sociais” (LEPETIT, 1998, p. 88). Mas como o jogo de escalas é possível em um estudo de trajetória, em uma biografia? De que maneira esse jogo pode ser aplicado no caso da personagem estudada para entender melhor sua vida? O questionamento apresentado por Levi (2003, p. 279) pode servir de ponto de partida:

¿Cómo puede un historiador estudiar y describir sistemas de grandes dimensiones, pero sin perder de vista la situación concreta de la gente real y de su vida; o viceversa, cómo puede describir las acciones de una persona y su concepción limitada y centrada sobre el ego, pero sin perder de vista las realidades globales que pesan en torno de esa misma persona?

Essa indagação parece sintetizar um pouco do problema, que já enunciamos anteriormente, com o qual se depara o historiador que objetiva escrever uma biografia. Como fazer dialogar os dois polos? Poder-se-ia facilmente propor o que Loriga (1998, p. 248) chamou (e criticou), tomando emprestada a expressão de Charles First, de “paradoxo do sanduíche”, isto é, um pouco de contexto, um pouco de existência individual e outra camada

---

<sup>9</sup> Indício dessa tentativa de (re)construção identitária por parte de nossa personagem pode ser percebido em carta do dia 11 de maio de 1976, quando ela escreve: “Não acredito [...], em nenhum momento, que esses 3 anos e meio foram ‘eliminados’ da minha vida. Foram vividos e bem vividos e estão bem incorporados à minha realidade. Claro que teria sido melhor vivê-los de outra forma, mesmo à custa de aprender menos ou de maneira diferente, mas apesar disso, serviram muito” (SCHILLING, 1980, p. 80).

de contexto. Seria esta uma possibilidade de escrita, entretanto, como diz a autora, uma forma na qual “o tempo histórico aparece como um fundo de cena fixo, sem impressões digitais” (LORIGA, 1998, p. 248), e no qual perde-se a dimensão do sujeito e suas possibilidades.

Colocando em foco tanto indivíduo quanto contexto, acreditamos que o jogo de escalas parece a abordagem correta para a (re)construção da trajetória de Flávia. Ela permite privilegiar a experiência dos atores e reconstruir a partir deles o contexto, ou contextos, que lhe dão sentido e forma, fugindo de uma totalização implícita e pré-formatada. A análise microanalítica, através do jogo de escalas, parece propiciar o melhor caminho para perceber o embaralhamento das lógicas sociais. Como diz Levi (2003, p. 286),

La atención que la escala reducida, elegida por la microhistoria, pone sobre el contexto y sobre la acción simultánea de los vários sistemas institucionales y normativos, me parece que permite una más abierta comprensibilidad de las reglas del juego que sigue el historiador: en cierta forma, los acontecimientos se desarrollan como si sucedieran en un laboratorio, en el cual los elementos individuales están siendo recompuestos, asumiendo una relevancia cuya jerarquía no está definida de manera apriorística, fuera de la propia escena.

Nesse sentido, Lepetit (1998, p. 88) evidencia que, levando em consideração a complexidade do real e a fragmentação do indivíduo, a multiplicação controlada das escalas de observação parece produzir um ganho de conhecimento para a pesquisa, ao mesmo tempo em que evita a abordagem da realidade histórica a partir de um único ponto de vista, isto é, ou só do indivíduo ou só do contexto.

Concordamos, assim, com Leo Spitzer (2001, p. 24) quando esse diz, embora sem se pronunciar sobre a noção de jogo de escalas e partindo das concepções de Wilhelm Dilthey, que nesse tipo de leitura

o historiador, tal como o antropólogo, o crítico literário ou o psicanalista, desloca-se interpretativamente de um lado para o outro entre o geral e o específico – entre ‘o todo concebido por intermédio das partes que o atualizam, e as partes concebidas por meio do todo que os motiva’ –, a fim de garantir que cada um deles esclareça o outro e que cada um revele um sentido da experiência vivida, se não a própria experiência. (grifos do autor).

Defendemos, então, que, objetivando o estudo biográfico - assim como propõe Levi (2006, p. 171): “construir uma narrativa que dê conta dos elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e as diferentes representações que dele se possa ter conforme os pontos de vista e as épocas” -, o jogo de escalas como abordagem metodológica possibilita uma melhor (re)construção da vida do indivíduo em análise.

Considerando que “não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de um grupo”, e que, somando-se a isto, “para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social” (LEVI, 2006, p. 182), concordamos com Levi (2006, p.182) quando esse diz que “não podemos aplicar os mesmos procedimentos cognitivos aos grupos e aos indivíduos [e diria que aos contextos também]; e a especificidade das ações de cada indivíduo não pode ser considerada irrelevante ou não pertinente”. Como ressalta o autor,

Há uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto: a mudança é precisamente a soma infinita dessas inter-relações. A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversidade das práticas. (LEVI, 2006, p. 180).

Após termos apresentado uma breve descrição de parte da trajetória de Flávia, as problemáticas principais e os referenciais teóricos e metodológicos que embasam esse trabalho, pretendemos agora retomar e analisar como tal trajetória vem sendo trabalhada na produção historiográfica recente. São dois os principais temas que perpassam a produção sobre a nossa personagem: a prisão política e as campanhas de libertação.

Inicialmente chamamos a atenção para os dois trabalhos que já realizamos sobre a sua trajetória. No primeiro deles, “‘Lição de cadeia fica, e cadeia deixa mancha’: as cartas de Flávia Schilling no livro “Querida família.” (1972-1973)”, abordamos, através das cartas da personagem publicadas na referida obra, as formas de resistência encontradas por ela para enfrentar a repressão da prisão política uruguaia e como esses mecanismos se relacionavam com os papéis de gênero tradicionalmente atribuídos às mulheres.

O segundo texto, “A missivista, a prisão e a resistência: as estratégias e táticas nas cartas de Flávia Schilling (Uruguai, 1972-1980)”, realizado como trabalho de conclusão do curso de licenciatura em História da UFRGS, aprofunda e repensa as discussões realizadas no primeiro, principalmente no que diz respeito à resistência e à repressão na prisão política uruguaia. Além disso, é uma análise que já começa a traçar um perfil de Flávia, a acompanhar a sua trajetória mais de perto, mesmo que se limite ao período de sua prisão política.

Ambos os textos dialogam em inúmeros momentos com o artigo de Susel da Rosa (2009) intitulado “Flávia Schilling e a escrita de si como dispositivo de resistência”. Esse propõe-nos a discussão sobre a importância da escrita epistolar como atividade de resistência

na prisão. Abordando o período em que Flávia esteve encarcerada e utilizando como fonte o livro “Querida Liberdade”, Rosa reflete a respeito das atividades realizadas pela personagem durante a prisão.

A discussão realizada pela autora possibilita que se observe de uma maneira diferente da habitual a prisão política, isto é, através das palavras de Flávia, ela apresenta o ambiente em que a militante estava imersa e como o descrevia. O debate a respeito do período de cárcere da personagem em questão é importante para a presente pesquisa. Afinal, foi nesse espaço que Flávia empreendeu inúmeras reflexões sobre a sua vida, sua memória e seus projetos, discutindo, a partir do (limitado) campo de possibilidades existente e na perspectiva dos que se abririam no futuro, como ela queria construir a sua vida e de que forma pensava e moldava a sua identidade.

O recente artigo de Maria Paula Araujo (2012), “Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil”, também discorre sobre algumas das formas de resistência encontradas por Flávia para resistir à prisão política. Analisando entrevistas, dentre elas uma de Flávia Schilling, realizadas pelo Projeto Marcas da Memória ao longo do ano de 2011, Araujo reconstrói brevemente – mesmo não sendo seu objetivo principal no texto – parte da trajetória de nossa personagem, evidenciando, sobretudo, o período em que ela viveu no Uruguai.

Ainda sobre a prisão política, o trabalho de Marisa Ruiz e Rafael Sanseviero (2012) – “Las Rehenas: Historia oculta de once presas de la dictadura” – analisa a trajetória das presas políticas consideradas “reféns” da ditadura uruguaia, entre as quais encontramos Flávia. Após inúmeras entrevistas com as referidas personagens, os autores analisam o ambiente da militância, o período em que as elas foram reféns, o momento em que voltaram ao presídio “apenas” como presas políticas, os seus silêncios e suas memórias, criando oportunidade, assim, para refletir sobre essa política a partir dos sujeitos diretamente nela envolvidos. As memórias de Flávia, que aparecem em inúmeros momentos do texto, organizadas e coletadas para um trabalho diferente do que realizamos aqui e que se interpõem com os depoimentos de outras presas políticas, possibilitaram um rico conhecimento sobre a situação vivida e permitiram diálogos com as discussões que realizamos ao longo deste trabalho.

Por fim, a temática da prisão política também é tema de análise da própria Flávia em sua dissertação de mestrado em Educação intitulada “Estudos sobre resistência”, defendida na Universidade Estadual de Campinas (SCHILLING, 1991). Neste trabalho é possível visualizar algumas das principais questões sobre o período em que ela esteve presa e uma interessante análise a respeito da resistência dentro da prisão política uruguaia. Desejando

entender a sua sobrevivência - como pode ser visto na seguinte passagem: “como ela foi possível, como o é... como foi possível sobreviver à prisão?” (SCHILLING, 1991, p. 02) -, observa-se na referida dissertação o diálogo de sua experiência pessoal com as características próprias de um trabalho acadêmico. Seu estudo enriquece a análise da presente pesquisa, principalmente no que tange à sua trajetória dentro da prisão e às reflexões posteriores realizadas a partir de suas vivências.

Outros dois trabalhos também abordam a trajetória de Flávia, entretanto dizem respeito às campanhas pela sua libertação. O primeiro é o de Tatiana Trindade (2009) intitulado “O papel materno na resistência à ditadura: o caso das mães de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling”, que nos possibilita compreender o engajamento da mãe de Flávia na referida campanha e as lutas e mudanças políticas vividas no Brasil ao longo dos anos de sua prisão.

Trabalho igualmente importante é o livro “Anistia ampla, geral e irrestrita: História de uma luta inconclusa” (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011), o qual, a partir da discussão da luta pela Anistia no Brasil, evidencia também elementos da realidade vivida por Flávia. No capítulo dedicado à campanha em prol da sua libertação, é possível ter contato com aspectos da sua trajetória, além dos acontecimentos que tiveram destaque nos anos finais de sua prisão. Acontecimentos esses que são importantes na nossa análise, principalmente quando se referem ao contexto da luta pela anistia e aos diferentes atores que participaram da mencionada campanha, permitindo observar a construção de variadas representações de nossa personagem.

É possível então perceber que os trabalhos que abordam a trajetória de Flávia são bastante específicos quanto aos seus recortes, pois analisam apenas determinadas situações e não tratam de toda a sua trajetória (até por terem objetivos diferenciados). De todo modo, os textos citados são relevantes para a construção de um diálogo com o que já foi produzido sobre sua biografia. Aproximando-nos dessas discussões, o presente trabalho – utilizando outras fontes e abrangendo uma delimitação temporal maior – possibilita investigar a trajetória de Flávia ao longo de sua construção, abordando aspectos diferenciados e visualizando suas interconexões, rupturas e continuidades.

O exílio, a militância, a clandestinidade, a prisão e a campanha de libertação pensados a partir da trajetória de Flávia se articulam com dois golpes civis-militares: o do Brasil em 1964 e o do Uruguai em 1973. São temas que poderiam isoladamente ser abordados como eixos principais de pesquisa (como, aliás, já o foram abundantemente); entretanto creio que visualizá-los através de um estudo de trajetória possibilita compreendê-los melhor.

A realização da biografia de Flávia, por exemplo, permite examinar esses contextos não como momentos isolados, mas em articulação na mesma trajetória de vida. Ao elucidar tais temas como parte de um mesmo processo, e a partir de uma observação mais minuciosa (“microscópica”), acredito ser possível perceber de que forma essas experiências foram vividas como um todo, em meio as suas articulações, acasos, tensões, projetos pessoais e coletivos, mudanças e permanências.

Compartilhamos, assim, das proposições expostas por Levi (1998, p. 204) quando esse diz:

O leitor pode obter a informação por meio de sínteses que ampliam a perspectiva temporal e espacial, mas trazem o risco da simplificação que pode falsear as coisas; ou pode, ao contrário, ser sensibilizado para a complexidade de um problema por meio de procedimentos de generalização baseado em observação minuciosa, em que a ampliação no microscópio permite sublinhar a multiplicidade dos elementos em jogo.

É nesse sentido que defendemos uma abordagem biográfica para tratar desses temas: “Mostrar o processo político que gera mudanças sem deixar, porém, de abordar as direções imprevisíveis que este processo apresenta como fruto de protagonistas ativos” (LEVI, 2000, p. 49).

Mas como realizar este trabalho? A partir de que base empírica? Os depoimentos orais já obtidos, as inúmeras cartas escritas durante o período na prisão e publicadas nos livros “Querida família:” (1978) e “Querida Liberdade” (1980), as variadas reportagens encontradas em jornais da grande imprensa e da imprensa alternativa, além dos documentos das tratativas da libertação de Flávia são algumas das nossas principais fontes. Para analisar as mesmas, partimos de algumas considerações metodológicas que serão expostas a seguir.

Jacques Le Goff (1996), em seu texto “Documento/Monumento”, suscita algumas questões que são relevantes para pensarmos o trabalho do historiador com suas fontes. Para o autor,

[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isso é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 545).

A discussão proposta por Le Goff evidencia-se, por exemplo, quando pensamos as publicações das cartas de Flávia ou mesmo o Memorial que ela redigiu para seu concurso de livre-docência da USP<sup>10</sup>. Esse último foi escrito, obviamente, com uma finalidade específica

---

<sup>10</sup> SCHILLING, Flávia. Memorial apresentado para o Concurso de Livre-Docência na Área de Conhecimento de

(ser aprovada em um concurso acadêmico público) e não para ser fonte; foi feito para ser coerente, recontar sua história de modo linear; foi, enfim, pensado e repensado, escrito e reescrito. Não pode ser entendido, portanto, como nenhuma outra fonte, aliás, como a “verdade”, nem como um escrito no “calor da hora”, mas sim como uma reconstrução organizada da sua história. E isso deve ser sempre lembrado quando o analisamos.

As missivas publicadas, por sua vez, se enquadram em um contexto de interlocuções muito mais amplo do que a simples interação familiar; fazem, primeiramente, o papel de comunicação entre Flávia e sua família, mas, ao serem organizadas, traduzidas, selecionadas, editadas e publicadas, deixaram de compor parte de um universo circunscrito para chegarem ao espaço público. Nesse sentido, o papel do livro “Querida Família:” nos parece muito mais amplo do que simplesmente mostrar os escritos de Flávia, ele é político, um elemento na luta pela libertação da militante, publicado em um momento em que a campanha ganhava destaque nacional. O mesmo ocorre com o livro “Querida Liberdade”, lançado após o retorno de Flávia ao Brasil. A obra representa um “presente”, uma retribuição simbólica àqueles que lutaram e se engajaram na campanha pela sua libertação e, por isso, deve ser entendido nesse contexto e com esse objetivo.

A partir disso, algumas palavras devem ser ditas a respeito do uso de cartas como fonte histórica. Angela de Castro Gomes (2004, p. 09) fala da existência de “um novo espaço de investigação histórica – aquele do privado de onde deriva a presença das mulheres e dos chamados homens ‘comuns’”, e é nesse espaço que “avultam em importância as práticas de uma escrita de si”. A correspondência pessoal é uma das formas de escrita de si, e, para sua análise, necessita-se estar ciente de uma série de procedimentos metodológicos e das características principais desse tipo de documento.

O caráter da correspondência de ser um “sistema dialógico”, por exemplo, deve ser levado sempre em consideração por quem a estuda. Além disso, o aspecto não linear das conversas, a censura e a autocensura presente nos diálogos são elementos integrantes da atividade epistolar. Deve-se estar atento também às condições e locais em que as cartas foram escritas e quais os seus objetivos. Elementos esses importantes de serem considerados na presente pesquisa, principalmente no que tange ao período em que Flávia esteve submetida ao cárcere político uruguaio, quando suas cartas – repletas de diálogos e censuras (dela mesma e “de fora”) – eram o meio de contato com o “mundo lá fora”.

A campanha de libertação de Flávia teve uma grande participação da mídia. Isso fica evidenciado na cobertura por parte dos periódicos da grande imprensa – como *Correio do Povo*, *Jornal do Brasil*, *Zero Hora* e o *Globo* – e do envolvimento direto na mobilização da imprensa alternativa – principalmente *Coojornal* e *Em Tempo*. Deste modo, tal documentação será utilizada como fonte no presente trabalho e seus usos merecem igualmente alguns cuidados.

Em primeiro lugar, visualizamos que os periódicos analisados estão inseridos em um momento político de repressão, o que nos leva a considerar os papéis desempenhados por tais publicações nesse contexto; como diz Luca (2005, p. 129), “[...] seja na condição de difusor de propagandas políticas favoráveis ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos [...]”. A imprensa alternativa, especificamente, apresentava-se como uma forma de enfrentamento e resistência ao regime ditatorial. Seu envolvimento político-militante na campanha pela libertação dos “Flávios”<sup>11</sup>, e suas articulações e os sentidos que assumiram no momento de sua circulação são elementos levados em conta em nossa abordagem. Tais cuidados também são válidos para as publicações dos grupos que lutaram pela liberdade de Flávia, como o CBA e o MFPA, nas quais o fator político-militante é bastante visível.

A utilização de entrevistas de história oral, realizadas com Flávia, alguns de seus familiares, sua advogada e suas companheiras de prisão<sup>12</sup>, como fonte nos leva a algumas considerações importantes: a fonte oral é produzida para ser fonte, isto é, não é um vestígio que foi deixado pelo passado e que agora é analisado pelo historiador, mas sim uma construção realizada no presente a partir de interpretações dos acontecimentos passados. As discussões de Portelli (2010), nesse sentido, são bastante pertinentes para pensarmos sobre o uso da oralidade pelos investigadores. Segundo o autor, há uma relação entre os historiadores e os narradores orais, pois esses últimos “não são objetos da investigação, mas sujeitos de um projeto compartilhado, de um diálogo entre entrevistado e entrevistador” (PORTELLI, 2010, p. 03). Isso é, “a entrevista não é um ato de extrair informações, e sim o abrir-se de um espaço de narração, um espaço compartilhado de narração, em que a presença do historiador oferece ao entrevistado alguém que está ali para escutá-lo” (PORTELLI, 2010, p. 04).

---

<sup>11</sup> A campanha dos “Flávios” foi um movimento organizado para lutar pela libertação de Flávio Koutzii, preso na Argentina desde 1975, e Flávia Schilling, presa no Uruguai desde 1972.

<sup>12</sup> Durante a pesquisa foram realizadas três entrevistas com Flávia. Entrevistamos também sua tia Teresa e sua prima Estela, familiares bastante próximos a ela. Sua advogada no Uruguai, María Elena Martínez Salgueiro, e suas companheiras de prisão Lia Maciel e Adriana Castanera, também foram entrevistadas.

Por fim, é preciso ressaltar os cuidados para a análise da documentação da polícia política<sup>13</sup>. Segundo Fortes e Negro (2005, p.15), esses documentos são registros que nos remetem “à dinâmica de um mundo vigiado, em que as informações confidenciais são um recurso decisivo tanto para a preservação do poder do Estado e das classes dominantes quanto para a luta de outras forças políticas pela viabilização de suas estratégias alternativas”. Os autores também chamam a atenção à necessidade de manter certa suspeita sobre as afirmações neles presentes; afinal, os “policiais baseavam-se em informantes, podendo ser manipulados por suas fontes”, além disso, “seus olhares são treinados para reparar certas coisas e desconsiderar outras. Como qualquer analista, ambos não estão livres de preconceitos e lapsos” (FORTES; NEGRO, 2005, p. 25).

O problema geral da pesquisa se desdobra em cada capítulo em questionamentos mais específicos. No primeiro, abordamos a infância de Flávia, a relação e a influência de Paulo Schilling na sua formação como indivíduo, além do golpe civil-militar no Brasil e a necessidade do exílio político. Os anos iniciais no Uruguai, o processo de adaptação à nova realidade e os sentimentos de ser uma exilada, outros aspectos examinados nesta parte, são pensados a partir do processo de autoconhecimento da própria Flávia com base na situação vivida; analisaremos, assim, de que forma essas questões interferiram na construção de sua identidade.

O segundo capítulo pretende entender como se deu a opção de Flávia pela militância. Seria influência da trajetória de seu pai? O ambiente uruguaio contribuiu para essa escolha? A resposta está nas motivações da chamada “geração de 1968”? Como foi a sua militância? Como pensar o período de sua clandestinidade? Quais as suas memórias sobre todo esse processo? Pretendeu-se aqui, enfim, repensar as possibilidades de escolha de Flávia e quais os fatores que interferiram diretamente nesta tomada de decisão, fundamental para a sua constituição identitária. O capítulo estende-se até o ano de 1972, no momento em que Flávia acabou presa pelo governo uruguaio.

Na terceira e última parte buscaremos entender quais as possibilidades de construção do indivíduo em um ambiente extremamente restrito que é a prisão. Se o sujeito se constrói através de projetos pessoais e coletivos, e os mesmos se relacionam diretamente com o campo de possibilidades vivenciado, de que modo é possível pensar o cárcere político como um espaço de auto-elaboração individual? Como as cartas de Flávia deixam transparecer esse processo? Que indivíduo a repressão queria construir e como esse projeto interferiu no campo

---

<sup>13</sup> Para analisarmos a documentação da polícia política partimos de Fortes e Negro (2005). Para mais ver, entre outros, Bauer e Gertz (2009).

de possibilidades de nossa personagem? Além disso, pretende-se examinar a campanha organizada no Brasil pela libertação de Flávia, buscando compreender de que forma ela interferiu na sua vivência dentro da prisão.

Dito isto, já é hora de voltar no tempo. Repensar um período difícil. Transitar entre dois países. Reviver golpes de Estados. Exilar-se. Encontrar um lugar seguro onde esses pareciam não existir. Aparecer. Ser jovem. Escolher. Tornar-se militante. Confrontar o mundo. Esconder-se. Ser Encontrada. Baleada e presa. Ser refém. Resistir. Sobreviver. Libertar-se. (Re)descobrir-se. Reaprender-se. Relembrar. Rememorar. Enfim, viver.

## CAPÍTULO 01

### **Entre as muitas Encruzilhadas do Sul: a infância, o golpe e o exílio na formação do indivíduo Flávia (Brasil – Uruguai, 1953-1968)**

*Quando tinha uns oito anos, ouvimos falar – familiares falavam – que meu pai era comunista. Minha irmã Cláudia e eu fomos perguntar ao nosso pai: – o que é comunismo? Meu pai deu uma explicação muito boa: é quando as pessoas recebem da sociedade aquilo de que precisam para viver dignamente, independente do tipo de trabalho que fazem. Quem precisa mais, recebe mais: um operário que tiver muitos filhos carecerá de mais coisas que um médico, por exemplo, que tenha só um. Confesso que, já naquela época, tinha algumas ideias sobre status, distinções e privilégios que ficaram abaladas por esta explicação. Seria possível um mundo assim?<sup>14</sup>*

Seria possível um mundo assim? Tal questionamento motivou inúmeros debates ao longo da história, e talvez tenha sido também essa indagação que impulsionou muitos jovens durante as décadas de 1960 e 1970 a lutarem e engajarem-se na tentativa de construção desse mundo mais equânime. Mas quais outros motivos levaram tanta gente a se envolver na militância política nesse período? Como pensar a formação desses indivíduos? A trajetória de Flávia Schilling parece ser um bom ponto de partida para essa discussão.

Hoje, quando se pensa os percursos biográficos de nossa personagem, é bastante fácil ser induzido a explicações que levam a crer que tudo que aconteceu já estava previsto para acontecer; afinal, os acontecimentos da sua trajetória parecem “falar por si sós”. Mas como se deu esse processo concretamente? Como fugir de uma perspectiva determinista? Quais os fatores que devem ser analisados neste “acontecer”? De que maneira, enfim, examinar o processo de formação de Flávia Schilling?

Partindo dessas discussões pretende-se, em termos mais amplos, refletir na primeira parte do presente trabalho sobre como se dá a construção do sujeito<sup>15</sup> histórico e quais os fatores que interferem e que devem ser analisados a fim de tornar inteligível tal processo. Para isso, levar-se-á em conta, como caso específico de estudo, a constituição do militante político nas décadas de 1960 e 1970 e, mais especificamente ainda, a trajetória de Flávia Schilling.

---

<sup>14</sup> Memorial Flávia. Preferimos apresentar as citações do Memorial e das entrevistas de Flávia aqui de maneira diferente do que prescrevem as normas da ABNT para facilitar a sua visualização e inserção na narrativa. Elas serão expostas em itálico e sem espaço recuado.

<sup>15</sup> A noção de sujeito é utilizada aqui em função do caráter biográfico do trabalho proposto, no sentido de indivíduo e individualidade, e não para designar sujeitos coletivos. Para mais ver Hall (2006).

Como o indivíduo histórico se constrói? Será apenas “culpa” do contexto político, econômico, social e cultural? A história familiar é o ponto principal? A resposta está na geração? Qual foi, no caso em tela, o papel do exílio?

Através do percurso de Flávia pretende-se perceber como se deu esse processo e, assim, lançar luz, embora de forma parcial e modesta, às discussões acerca do indivíduo na história. Neste capítulo, serão abordados os primeiros anos da vida de nossa personagem, a relação com seu pai, o contexto brasileiro e uruguaio na década de 1960 e o exílio da Família Schilling após o golpe civil-militar de 1964, bem como sua adaptação ao Uruguai.

Mas começar por onde?<sup>16</sup> Pelo seu nascimento? Pelo momento histórico brasileiro? Pela trajetória de seus pais? Em entrevista, Flávia nos contou que era *“óbvio que o clima da política estava em casa, a gente vivia política. Então não havia muito como escapar, um pouco era o clima”*. Mas seria esse “clima” de casa o único motivo para o engajamento político futuro de Flávia? Qual a relevância dos primeiros anos de vida de nossa personagem nas decisões que ela viria a tomar? Este pode ser o ponto de partida.

### **1.1 “Se a memória é feita de pedaços de cada um, [...] não posso deixar de incluir nesta história a história feita por meu pai [...]” – Quando as histórias se entrelaçam: ser filha de Paulo Schilling**

*Moro, pequena, numa cidade chamada Encruzilhada do Sul. Este nome – por momentos – me entusiasma de forma absoluta: poderia ter vivido a primeira infância em outra cidade, com um nome que sintetiza tão bem nossas histórias de vida, vida-movimento que nos coloca diante de encruzilhadas o tempo todo? Não qualquer encruzilhada, mas sim as do SUL, da nossa América, SUL, utopia, barroco, dominação e promessa. América.*

*[...] Uma das lembranças de Encruzilhada é das brincadeiras na cooperativa de produtores de trigo. Um enorme galpão, com sacas e mais sacas empilhadas de trigo: nós, crianças, brincávamos de subir, escalar, pular sobre as sacas de trigo, morrendo de medo de ratos (dizem que onde há trigo, há ratos). Da experiência do meu pai, já afastado do Partido Comunista, após as denúncias dos crimes stalinistas na cooperativa, surge um livro – A*

---

<sup>16</sup> Para iniciar as reflexões acerca da trajetória de Flávia parto das discussões realizadas por Schmidt no primeiro capítulo do livro *“Flávio Koutzii: pedaços de vida na memória – uma biografia política”*, ainda em preparação, e das ponderações de Vilas Boas (2008), principalmente o capítulo sobre a descendência.

*questão do trigo*<sup>17</sup> –, até hoje um clássico, que muda nossas vidas: do interior para a capital, com o meu pai trabalhando na assessoria de Leonel Brizola, então governador do Estado.

*Em Porto Alegre, lembranças de muitas experiências, várias casas, a Rua Dona Leonor, o nascimento das irmãs mais novas, as primeiras percepções da política, o Colégio Americano, o assassinato de Kennedy, as brincadeiras na rua, a Rua da Praia: até hoje, Porto Alegre mora em meu coração.*

*Marcante foi o dia em que meu pai saiu de casa para ficar no palácio Piratini, com Brizola, na “luta pela Legalidade” [em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros]. Foi a única vez em que vi meu pai armado: era a luta para que João Goulart assumisse a presidência do Brasil. Luta vitoriosa por conta da resistência popular, que, em Porto Alegre, ganhou as ruas.*

*Após o fim da gestão de Leonel Brizola, fomos para o Rio de Janeiro. Brizola era então deputado federal. Morar no Rio! Era o sonho de todos! Lá ficamos pouco tempo, até o golpe de 1964. [Memorial].*

O trecho acima, apresentado no já referido Memorial de Flávia, nos dá uma ideia de como foram os seus primeiros anos de vida, período esse, é claro, reelaborado pela memória desde o presente; o início de sua caminhada, da sua trajetória, como diria Bourdieu (2006, p.183), “com suas encruzilhadas, [...], seus ardis, até mesmo suas emboscadas [...]”. E é entre muitas encruzilhadas que percebemos o relato de Flávia: em alguns momentos são os detalhes da vida cotidiana que pautam a narrativa, em seguida são os acontecimentos políticos do período que ganham destaque. A (re)elaboração das lembranças de Flávia costuma partir desse princípio: o prosaico e o “histórico” andam juntos, como se fosse praticamente inconcebível pensar um separado do outro. Observar-se-á mais essa questão ao longo do capítulo e de sua trajetória.

Nascida no dia 26 de abril de 1953 em Santa Cruz do Sul – pois Encruzilhada do Sul não tinha hospital naquele momento – Flávia Inês Schilling é filha da dona de casa Ingeborg Schilling e do economista, jornalista e político Paulo Schilling<sup>18</sup>. Logo após seu nascimento,

<sup>17</sup> O livro referido por Flávia será chamado ao longo desta dissertação de “A operação trigo”. Não conseguimos encontrar referências da obra “A questão do trigo”, mas, ao que parece, trata-se do mesmo livro por nós localizado. SCHILLING, Paulo. *A operação Trigo: Tentativa de interpretação político-econômica da triticultura nacional*. Porto Alegre, Ed. Moderna, 1956.

<sup>18</sup> É interessante observar que, quando se fala da vida de Flávia, frequentemente aproxima-se essa da atuação e militância de seu pai, Paulo Schilling. Tal relação parece se dar pela visibilidade pública que tem o nome de Paulo, entretanto não devemos deixar-nos enganar e minimizar a atuação de sua mãe em sua trajetória. Com os sucessivos envolvimento de Paulo na política, coube a Ingeborg um papel relevante na família Schilling. Mesmo quando expulsa do Uruguai, ela manteve-se presente e em contato com Flávia através da escrita frequente de cartas. Além disso, a campanha pela libertação de Flávia contou com a participação ativa de sua

Flávia volta para Encruzilhada e é lá, em uma chácara, que vai viver os seus primeiros anos de vida. Um período tipicamente marcado pelos costumes do interior gaúcho, com direito a churrascos nas fazendas dos tios, brincadeiras nas ruas e no pátio, e um cachorro que acompanhava Flávia todos os dias à escola<sup>19</sup>.

A situação, entretanto, se transformaria a partir da publicação de um livro. Paulo Schilling, após suas experiências na Cooperativa de Trigo - FECOTRIGO<sup>20</sup>, publica a obra denominada “A operação trigo”, acima mencionada, um de seus primeiros estudos econômicos. É a partir da repercussão dessa publicação que logo em seguida Paulo é convidado a trabalhar na assessoria de Leonel Brizola, então governador do estado do Rio Grande do Sul.<sup>21</sup> Flávia muda-se então para Porto Alegre:

*Aí quando eu tenho uns 6 anos, talvez até 7, a gente vai para Porto Alegre porque aí já é a época em que o pai começa a trabalhar na assessoria do Brizola, ele vai fazer, já tá publicado o livro do trigo, “A questão do trigo”, um dos primeiros estudos econômicos que ele faz, então ele trabalha com o Brizola, aí a gente se muda para Porto Alegre, mora lá na [Avenida] Osvaldo Aranha, depois se muda para a [Rua] Dona Leonor, e eu começo a ir para o Colégio Americano, eu estudo no Colégio Americano lá. Que era na frente não é? Morava aqui, aqui a lomba enorme lá do Colégio Americano, então atravessava a rua e tava lá, então eu vou no Colégio Americano<sup>22</sup>, faço a primeira, segunda, terceira e quarta série,*

---

mãe. Para mais ver Trindade (2009).

<sup>19</sup> Em entrevista Flávia contou que “a gente tinha um cachorro, um pastor alemão, que ele nos acompanhava para a escola, ia para a escola com a gente, ficava na porta do colégio até a gente sair e acompanhava a gente de volta”. Entrevista de Flávia Schilling ao autor. São Paulo, junho de 2012. Doravante “Entrevista Flávia 02”.

<sup>20</sup> Fundada em 16 de outubro de 1958, a Federação das Cooperativas Triticolas do Rio Grande do Sul (Fecotrig), hoje incorporada pela Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul (FecoAgro/RS), congregou 29 cooperativas tritícolas gaúchas e foi, em termos muito gerais, a matriz da expansão notável do cooperativismo na segunda metade dos anos 60 e início da década de 70. Para mais ver: BENETTI (1992).

<sup>21</sup> A publicação do livro de Paulo se deu no período em que haviam sido firmados os chamados “Acordos do Trigo Norte-Americano”, segundo os quais o Brasil compraria o trigo excedente do EUA podendo pagar em cruzeiros e com um prazo de até quarenta anos. Na mesma época as lavouras do cereal no Rio Grande do Sul já começavam a se desenvolver. Em 1956, a produção alcançava 800 mil toneladas, quase a metade do consumo nacional. Logo, esta relação com o governo americano praticamente liquidou a lavoura de trigo no estado e fez com que se criassem movimentos nacionalistas contra o referido acordo. Paulo participou desses movimentos e ainda envolveu-se na criação da FECOTRIGO e da COTRIJUÍ. Foi em função de seu envolvimento e conhecimento sobre o assunto que, quando Brizola assumiu o Governo do Estado, convidou-o a participar de sua assessoria e dirigir o setor agrário do Rio Grande do Sul. Entrevista de Limeira Tejo, Cláudio Accurso e Paulo Schilling, realizada por Enéas Costa de Souza, Mario Baiocchi, Nelson Castan e Rubem Soares de Lima em setembro de 1982.

<sup>22</sup> É interessante observar que o Colégio Americano de Porto Alegre era dirigido por uma organização metodista norte-americana, sendo visto como uma das escolas mais avançadas na educação feminina do período. A instituição apresentava em seu quadro docente professores leigos, o que o contrapunha aos “colégios de freiras” que tinham uma tradição de ensino mais disciplinador.

(fonte: <<http://www.celpcyro.org.br/v4/html/ZairaBittencourtMartins.htm>>. Acesso: 21/04/2013).

*talvez, lá e enfim, ali é Porto Alegre, então tinha algumas amizades. No final de Porto Alegre [sic] a gente se muda para o [bairro] Menino Deus, para a rua Barbedo e dali a gente vai para o Rio de Janeiro. Então um pouco a coisa ela é itinerante [...]. [Entrevista Flávia 02]*

Itinerante! A definição que Flávia apresenta em seu depoimento explica bem uma das principais características de seus primeiros anos de vida, que a perseguiria até a fixação da residência familiar em Montevideu. Mudar-se frequentemente, de cidade, de casa, de amigos, de escola, de espaços físicos e afetivos. Cada um desses lugares parece ter marcado a sua pessoa, como fica evidenciado nas palavras de carinho que ela atribui hoje às cidades pelas quais passou.

Encruzilhada do Sul é sempre recordada pela casa de sua família, a vida no interior, as brincadeiras, a infância. As lembranças sobre Porto Alegre são narradas com muito afeto, e dividem-se basicamente em dois momentos: no primeiro deles é a cidade grande, o Colégio Americano, as amizades, a luta pela Legalidade e o nascimento das irmãs que chamam a atenção; o segundo momento já se refere ao pós-golpe, e a retomada das amizades, o rever dos familiares e a iminente viagem ao Uruguai são as principais recordações. O Rio de Janeiro é rememorado por um filtro muito mais político, como veremos a seguir, e Montevideu, que encerra momentaneamente o “período de itinerância”, divide-se entre o frio e a paixão, mas isto é discussão para mais adiante.

É em Porto Alegre que nascem Valéria e Andréia, suas irmãs mais novas e, após aproximadamente três anos na cidade, Flávia e sua família acompanham a mudança de Paulo ao Rio de Janeiro. Brizola havia sido eleito Deputado Federal por esse estado com a maior votação até então obtida por um parlamentar federal: *“Talvez a gente tenha ido para o Rio de Janeiro em novembro [de 1963], a gente faz tanta coisa em tão pouco tempo não é?”* [Entrevista Flávia 02].

Flávia presenciou, através do envolvimento de seu pai, a Campanha da Legalidade – movimento que, após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, bateu de frente com os militares e setores da sociedade que pretendiam impedir a posse do vice-presidente João Goulart. Mas é com a transferência para o Rio de Janeiro que ela parece cada vez mais ter incorporado a noção de que fazia parte de um grupo diferente na sociedade, “uma certa minoria” como ela comentou:

*E nós vamos para o Rio de Janeiro também em final de [19]63. Então a gente vive o golpe de estado no Rio de Janeiro. E essa é uma lembrança interessante, porque uma das lembranças realmente mais fortes que eu tenho dessa situação do golpe é a noite do comício da Central do Brasil. Imediatamente antes ao golpe, não? [...].*

*E essa noite do comício da Central do Brasil pra mim é absolutamente marcante. Nessa época eu tinha, não tinha completado doze anos. Eu nasci... onze anos eu tinha. As esquinas ficaram absolutamente repletas de velas acesas e as pessoas orando de temor da chegada do comunismo no país. Essa é uma lembrança absolutamente marcante do Rio de Janeiro naquele momento, um pré-golpe. Isso eu digo, é muito marcante porque, até hoje [...] o Rio pra mim tem uma coisa assim: não é de confiança. Porque as pessoas apoiaram o golpe de Estado, não é? Porque foi um apoio muito intenso. Não era uma ou duas pessoas, eram centenas de pessoas nas esquinas, acendendo velas para afastar a ameaça do comunismo, estendendo panos brancos pela janela. Então acho que foi um momento muito marcante, daquela realmente sensação de pertencer a uma certa minoria, não é verdade? Que propunha outros rumos para o país. Então esta é uma situação, uma lembrança pré-golpe interessante.<sup>23</sup>*

É interessante observar no trecho citado a importância que Flávia atribui a esses acontecimentos consagrados pela história e pela memória coletiva. Relatados como momentos marcantes de sua vida, a situação pré-golpe e os eventos políticos no Rio de Janeiro são apresentados de forma a situá-la em uma posição muito atuante. Ela relata que sentiu e viveu aquele contexto como pertencendo a um grupo “que propunha outros rumos para o país”, “uma certa minoria”. Essa situação é bastante relevante para pensar o quanto a narrativa de Flávia, aos poucos, começa a construir uma identidade; isto é, a identidade militante que ela teria posteriormente já começa a ser elaborada, pelo menos em suas memórias<sup>24</sup>, quando a personagem atribui a um acontecimento político marcante da história brasileira (o Comício da Central do Brasil e a resposta dos setores anti-comunistas) a sua tomada de posição pessoal.

Mas o quanto essa memória de Flávia é individual? Partimos da discussão proposta por Pollak (1992, p. 201) para pensar tal questão. Segundo o autor, os fatos constitutivos da memória têm duas configurações: primeiro “os acontecimentos vividos pessoalmente” e depois “os acontecimentos [...] ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”.

<sup>23</sup> Entrevista concedida por Flávia Schilling às professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP. Doravante “Entrevista Flávia 01”.

<sup>24</sup> Nesse sentido, Pollak (1989, p. 9) expõe que “a memória [...] se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes [...]. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”.

As lembranças de Flávia a respeito do pré-golpe parecem muito marcadas pela situação vivida por seu pai naquele momento; afinal o “comunismo”, que levou tantas pessoas a se manifestarem nas ruas, tinha também Paulo como figura representativa<sup>25</sup>. Isto nos leva a pensar que o momento rememorado por ela faz parte daquilo que Pollak (1992, p. 102) se referiu como “acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”.

Não queremos dizer que Flávia não tenha vivido a situação narrada, ou mesmo se sentido como parte integrante de uma minoria, mas sim avaliar a forma como essa lembrança específica ganha força em sua memória. Concordamos nesse sentido com Pollak (1992, p. 204) quando ele diz que a memória é um fenômeno construído social e individualmente, e que “quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”. Isto ajuda a entender a memória de Flávia: por estar em suas narrativas construindo a sua identidade – a sua imagem de si, para si e para os outros (Pollak, 1992, p. 204) –, a apresentação daquilo que podemos pensar como “memória herdada” – a situação de seu pai frente aos acontecimentos políticos do Rio de Janeiro – nos leva a crer que a situação evocada ganha grandes dimensões não tanto pela participação de Flávia em si, mas sim pela atuação de seu pai e pela importância que tais fatos têm para a identidade do grupo no qual a personagem viria a se integrar.

Ao longo de seus relatos, nossa personagem aborda elementos importantes para pensar o processo político que o Brasil vivia na primeira metade da década de 1960<sup>26</sup>. Em um período de bipolarização entre o capitalismo (EUA) e o comunismo (URSS), nosso país e os demais da América Latina eram vistos pelos norte-americanos como territórios que não podiam ser tomados pelo comunismo internacional, perspectiva que se acentuou ainda mais após a vitória da Revolução Cubana em 1959.

As forças armadas brasileiras e as de outros países latino-americanos pareciam encarar a realização de golpes de Estado como um meio de impedir o avanço do comunismo. Agindo de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional – conjunto de princípios e normas que serviam de base ao sistema capitalista ocidental e segundo o qual o mundo estava dividido

---

<sup>25</sup> É interessante observar que no contexto de radicalização do pré-golpe, muitas vezes, no imaginário anti-comunista, trabalhistas e comunistas apareciam como partes do mesmo complô contra a “civilização cristã ocidental”.

<sup>26</sup> Para essa breve contextualização histórica partimos de Wasserman (2004). Para um aprofundamento do tema, ver, entre outros, Alves (2005) e Borges (2010).

entre o bem e o mal, o último representado pelo comunismo internacional (WASSERMAN, 2004, p. 30) –, a derrubada dos governos constituídos parecia a solução mais viável para acabar com o “perigo vermelho”<sup>27</sup> e suas tentativas de implantar o regime comunista, que visaria “subverter a ordem estabelecida [...] para implantar um regime sem Deus, sem propriedade, sem pátria, sem família” (RODEGHERO, 2007b, p. 97).

Mas os brasileiros não estavam totalmente a favor desse grupo ou de acordo com suas ideias. Era possível perceber uma divisão de opiniões e uma polarização da sociedade. Em meio a tal divisão, pode-se destacar dois episódios que estiveram diretamente ligados ao Golpe de 1964. O primeiro deles foi o Comício da Central do Brasil no Rio de Janeiro, que assumiu centralidade nas memórias de Flávia, conforme vimos acima. Realizado em 13 de março de 1964, o evento reuniu cerca de 200 mil pessoas e tinha como slogan as reformas de base. O discurso de Jango naquele dia bateu de frente com os ideais mais conservadores; afinal, como expõe Wasserman (2004, p. 36):

Jango prometeu a promulgação imediata de dois decretos: da nacionalização das refinarias particulares de petróleo e da desapropriação das propriedades rurais com mais de 100 hectares, próximas às ferrovias, rodovias e açudes públicos federais. Ainda prometeu enviar para o Congresso os textos de reformas eleitoral, universitária, constitucional e agrária; atacou “a mistificação do anticomunismo, a campanha do rosário da fé contra o povo e as associações das classes conservadoras” e anunciou a emergência de um “governo nacionalista e popular”. Entre as medidas urgentes anunciou o controle dos preços e o tabelamento dos aluguéis para conter a onda inflacionária.

Este evento, demonstrativo, sobretudo aos olhos dos grupos conservadores, da “esquerdização” do Presidente, acabou acentuando o temor dos setores dominantes, o que, somado ao desgaste que vinha sofrendo o governo Goulart e a sua dificuldade de reverter o quadro de crise econômica, conduziu à realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em São Paulo no dia 19 de março de 1964.<sup>28</sup> Organizado principalmente por setores do clero e por entidades femininas, o movimento congregou segmentos da classe média, temerosos do “perigo comunista” e favoráveis à deposição do presidente da República. Preparada com o auxílio da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), da União Cívica Feminina, da Fraterna Amizade Urbana e Rural, entre outras entidades, a marcha paulista

---

<sup>27</sup> Para um aprofundamento dos temas do “perigo vermelho” e do “imaginário anticomunista”, ver Rodeghero (2003; 2007a; 2007b) e Alves (2005).

<sup>28</sup> Segundo Wasserman (2004, p. 37), por mais que parte da historiografia brasileira aponte a Marcha como uma resposta ao Comício da Central do Brasil, ela não pode ser atribuída exclusivamente àquela primeira manifestação. É preciso levar em conta que as entidades de mulheres já vinham preparando uma grande cruzada em nome da fé, assemelhando-se à “cruzada do rosário”- campanha anticomunista das mulheres lançada em 1945 nos Estados Unidos. Para um aprofundamento do tema, ver Presot (2004).

recebeu também o apoio da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (LAMARÃO, 2004).

Reunindo cerca de 400 mil pessoas, a Marcha teve um grande envolvimento da população, demonstrando que a propaganda de que o governo Jango era comunista havia sido bem sucedida, sobretudo junto à classe média. Assim, “grande parte da sociedade brasileira passou a apoiar o golpe não porque o presidente da República quisesse realizar reformas, mas porque acreditaram que essas reformas eram identificadas com o socialismo [...]”<sup>29</sup> (WASSERMAN, 2004, p. 38). Marchas semelhantes foram realizadas em outras partes do país, antes e depois do golpe, e não é à toa que Flávia lembre-se de manifestações semelhantes no Rio de Janeiro, de velas acesas e pessoas orando contra o comunismo e os comunistas como seu pai<sup>30</sup>.

Segundo Alzira Alves de Abreu (2004, p.22), foi “o comício do dia 13 de março a senha para a união de todos os conspiradores civis e militares, que iniciaram os preparativos para a derrubada de Goulart”.

Neste contexto Paulo Schilling vinha sendo observado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). De acordo com a documentação consultada<sup>31</sup>, foi a partir da sua estada no Rio de Janeiro que os relatórios do órgão começaram a apresentar informações sobre ele. “O cabeça de Brizola”, como mencionado nos documentos, era supervisionado, entre outras coisas, pelo seu envolvimento com o “Grupo dos Onze”<sup>32</sup>, pelos seus contatos frequentes com Brizola e por ser “Superintendente do ‘Panfleto’”<sup>33</sup>, considerado veículo de propaganda do comunismo. Seu nome figura numa relação de elementos que cooperaram

---

<sup>29</sup> Ainda nesse sentido, o texto de Alzira Alves de Abreu (2004) chama a atenção para o papel e a força que tiveram a imprensa escrita e a incipiente televisão brasileira na queda do governo Goulart. De acordo com a autora (2004, p. 15), a imprensa foi um dos vetores de divulgação do fantasma do comunismo – utilizado como uma das principais justificativas para a derrubada do governo – e da ideia de que se necessitava restabelecer a ordem no país através de uma intervenção militar.

<sup>30</sup> A iniciativa da Marcha da Família repetiu-se em outras capitais, mas já após a derrubada de Goulart pelos militares em 31 de março, o que as tornou conhecidas como “marchas da vitória”. A marcha do Rio de Janeiro, articulada pela Camde, levou às ruas cerca de um milhão de pessoas no dia 2 de abril de 1964 (LAMARÃO, 2004).

<sup>31</sup> Aqui nos referimos aos documentos disponíveis no acervo pessoal de Paulo Schilling. Possivelmente Paulo já era observado anteriormente.

<sup>32</sup> Os “grupos dos onze”, conforme expõe Fernandes (2009, p. 104/105), “foram organizados antes da deflagração do golpe em 1963, surgindo da mobilização popular liderada por Leonel Brizola a fim de que as reformas de base fossem realizadas [...]”. A autora diz ainda que os tais grupos – entre 20 a 70 mil – “não eram grupos guerrilheiros, mas, sim grupos de pressão às reformas de base. [...] Eles possuíam uma orientação de defesa da legalidade, e não uma postura de deflagração de guerra, caso os setores conservadores arquitetassem um golpe contra a democracia”.

<sup>33</sup> O “Panfleto” foi o jornal do grupo nacional-revolucionário brizolista, porta voz da Frente de Mobilização Popular, enfim um veículo de comunicação produzido pelo brizolismo.

ativamente para o desenvolvimento do PCB, tendo publicado um livro na coleção “Cadernos do Povo”<sup>34</sup>, como nos informa o relatório<sup>35</sup>.

Paulo parece ter sido seguido e observado bem de perto, como fica visível em um relatório:

Quando alguém bate à sua porta, (mora n’um apto. grande com a família toda, mulher e 4 filhas) êle vem a porta da rua (o apto. está localizado n’um primeiro andar) e com ar de importante e misterioso, até falando baixo, diz: Você dá umas voltas por aí e vem depois, estou n’uma reunião fechada, ou então estou reunido com o “Setor Militar”. As vezes deixa escapar alguma coisa das tais “reuniões fechadas”, em conversas até de botequim. Muita coisa [que] o informante conseguiu foi exatamente dessas falas. E o homem é considerado da “mais alta responsabilidade”. [...]. Não fala noutra coisa senão revolução. Várias vezes declarou publicamente diante de pessoas até estranhas no Hotel: Vivo a 20 anos por conta de uma Revolução, sendo que a 12 me dedico inteiramente a ela. [...].<sup>36</sup>

Vale observar que o trecho citado evidencia a existência da espionagem política de cidadãos por parte do Estado já antes do golpe civil-militar. Aqueles que seriam os “pilares básicos da repressão” ditatorial segundo Fico (2010) – espionagem, polícia política, censura e propaganda – já se manifestavam anteriormente à ruptura da ordem democrática. Além disso, é interessante perceber a figura do “informante”, pessoa responsável por conseguir informações através de escutas telefônicas, reportagens de jornais, ou até mesmo, como parece ter ocorrido com Paulo, o acompanhamento diário do suspeito. O que chama a atenção nesse caso é a aparente proximidade do “informante”, isto é, em alguns momentos Paulo e o seu espião estavam frequentando o mesmo botequim ou o mesmo hotel. Pelas atitudes tomadas por ele após o golpe, a clandestinidade e o rápido pedido de asilo na embaixada do Uruguai, pode-se imaginar que o pai de Flávia soubesse, ou pelo menos suspeitasse, desse acompanhamento por parte do DOPS.

É com o clima de golpe no ar que os últimos dias de março de 1964 se passaram. Algumas vezes se ouviam boatos de que João Goulart e os setores de esquerda preparavam um golpe de Estado. Foram, entretanto, outros setores da sociedade que o realizaram: o golpe foi da direita, o golpe foi civil e militar, e tomou forma em 1º de abril de 1964. Um golpe, como aponta Toledo (2004, p. 36),

<sup>34</sup> Os *Cadernos do Povo Brasileiro* eram pequenos livros, em formato bolso, vendidos a preço acessível às camadas populares e de conteúdo inteligível à população menos intelectualizada, visando esclarecê-la acerca dos problemas mais candentes do Brasil. Paulo foi responsável pelo livro *O que é reforma agrária?* (GONZALEZ, 2009, p. 103-104).

<sup>35</sup> Relatório DOPS. Nº 5757, p. 03. Este documento faz parte do Acervo de Paulo Schilling, recentemente doado ao NPH da UFRGS. O acervo está sendo organizado e em breve estará disponível à consulta.

<sup>36</sup> Relatório DOPS. Nº 5757, p. 04. A grafia das palavras foi mantida igual ao original. Acervo Paulo Schilling.

contra a nascente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e econômicas; uma ação repressiva contra a politização das organizações de trabalhadores (no campo e nas cidades); um golpe contra o amplo e rico debate teórico-ideológico e cultural que estava em curso no país.

Sendo protagonizado principalmente pelas facções golpistas das Forças Armadas e o empresariado nacional – sem esquecer o incentivo da embaixada e de agências norte-americanas –, o golpe foi “saudado pelas classes dominantes e seus ideólogos, civis e militares, como uma autêntica revolução redentora” (TOLEDO, 2004, p. 38). Essa valoração positiva por parte de amplos setores da sociedade frente ao acontecido também faz parte das memórias de Flávia: *No dia do golpe [...] as janelas dos apartamentos ficaram cheias de bandeiras do Brasil, de panos brancos, saudando a “revolução” vitoriosa. Não compreendíamos totalmente estas questões, mas víamos e ouvíamos: lições para toda a vida*<sup>37</sup>. [Memorial]

Assim, “desarmados, desorganizados e fragmentados, os setores progressistas e de esquerda nenhuma resistência ofereceram aos golpistas” (TOLEDO, 2004, p. 39). Isto não quer dizer que não se tenha pensado ou tentado entender a situação e criar uma resistência. Jango preferiu o exílio político a assistir uma guerra civil, mas Paulo e outros companheiros tentaram, pelo menos por alguns momentos, questionar a situação:

*Bom, quando... o dia do golpe... se não me engano é o Padre Alípio que deixa um recado em casa: “O golpe está na rua”. E aí meu pai, ele vai para uma tentativa de resistência, junto com Dagoberto Rodrigues, que ele era coordenador da Central de Correios.*

*E ele avisa: “O golpe está na rua”. E aí meu pai sai de casa. E eles ficam um pouco percebendo os acontecimentos, que não haverá possibilidade de resistência. O João Goulart, ele realmente sai do país rapidamente. E aí meu pai sempre relata que ele e outros, eles foram, digamos, acolhidos nesse momento - “o que fazemos agora?” “É possível resistir ou não?” - pelo Tenório Cavalcante*<sup>38</sup>, *o homem da capa preta, na Baixada Fluminense, que os acolhe na casa deles e protege meu pai e outros militantes da época. E lá eles ficam durante,*

<sup>37</sup> Aqui podemos visualizar novamente aspectos da discussão realizada anteriormente, na qual apontamos o papel da memória na formação da identidade de Flávia. A força que as imagens da “revolução vitoriosa” têm em seus relatos parece assemelhar-se com a forma pela qual a personagem relata a situação pré-golpe vivenciada no Rio de Janeiro: em ambas as narrativas, ela parece ter muita ciência do que estava acontecendo, apesar dos seus poucos anos de idade; ela já desponta, enfim, como uma “militante em projeto”.

<sup>38</sup> Tema de livros e de filmes, Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque foi uma liderança política da região de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e que nos anos 50 passou a ganhar evidência nacional. Político, advogado e jornalista - proprietário do jornal *Luta Democrática* - teve seu mandato cassado após o golpe de 1964. Para mais ver GRZYNSZPAN (1990).

*mais ou menos, uma semana. Para perceber a direção do movimento, se é possível resistir, o que fazer. Enfim, quando percebem que isso não é possível, o próprio Tenório providencia um carro para eles e leva eles até a cercania da embaixada do Uruguai. Eles pulam o muro da embaixada solicitando asilo político. [Entrevista Flávia 01].*

A tentativa de entender as proporções políticas do que estava acontecendo parece ter sido o motivo da espera de Paulo e seus companheiros para sair do Brasil. É interessante perceber a existência de um grupo de apoio neste momento. Suspeitando da perseguição que sofriam e sem saber o que poderia ser feito contra eles, a clandestinidade se tornou o rumo a ser seguido rapidamente.

Sem ter como agir e temendo até mesmo pela própria vida, sair do país foi a solução encontrada por Jango, Paulo e tantos outros brasileiros naquele momento para enfrentar as mudanças políticas que estavam ocorrendo. Assim, logo após o golpe e o breve momento de clandestinidade, o pai de Flávia buscou asilo na embaixada do Uruguai, motivado pela “perseguição aos políticos ligados ao governo deposto pelo golpe e aos que eram vistos como opositores ao novo regime” (MARQUES, 2006, p. 19).

Levando em consideração o dia 1º de abril como data do golpe civil-militar, em menos de uma semana, no dia 7 do mesmo mês, segundo relatório do DOPS<sup>39</sup>, a residência de Paulo foi vistoriada, momento em que Flávia e sua família ficaram sabendo do paradeiro do pai: *“Ficamos sabendo, porque, exatamente, no dia em que ele pede o asilo [...] a polícia, o DOPS, vai em casa. E aí sabemos pelo DOPS que ele está exilado”*. Entretanto, a primeira referência que temos de Paulo após o golpe é do dia 05 de abril, quando lhe foi concedido, e a mais quatro pessoas, asilo no Uruguai. O “Relatório secreto do DOPS sobre os cidadãos brasileiros que solicitaram asilo nas embaixadas ou países Sul Americanos”<sup>40</sup> infelizmente não nos apresenta as datas do salvo conduto e da partida de Paulo, mas, a partir das informações de outros asilados, imaginamos que ele possa ter ficado na Embaixada até um mês após a concessão do asilo.

É significativo observar que a supervisão das atividades de Paulo pelas forças repressivas não cessou com sua saída do Brasil. Mesmo partindo para o país vizinho, ele continuou sendo vigiado pelo DOPS, como fica evidente em inúmeras passagens de outros relatórios<sup>41</sup>. Paulo teve, inclusive, dois mandados de prisão contra si<sup>42</sup>: foi condenado a dois

<sup>39</sup> Ofício DOPS. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1965. p. 02. Acervo Paulo Schilling.

<sup>40</sup> Relatório secreto do DOPS sobre os cidadãos brasileiros que solicitaram asilo nas embaixadas ou países Sul Americanos. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Assuntos Jurídicos. Acervo Paulo Schilling.

<sup>41</sup> Para outros exemplos consultar a pasta “Arquivo DOPS” do Acervo Paulo Schilling.

<sup>42</sup> Histórico de Paulo Schilling – Departamento de Ordem Política e Social – Divisão de Informação. p. 02.

anos de detenção pela Auditoria da 1ª RM, como incurso no art. 33 nº I e IV do Decreto-lei 314/67<sup>43</sup>, e, na data de 4 de julho de 1967, a nove anos de prisão – pena máxima estipulada –, pela Auditoria da 5ª CJM, como incurso no Art. 3º da Lei 1802/53, que o acusava de “Promover insurreição armada contra os poderes do Estado”. Após seu retorno ao Brasil, o que veio a ocorrer somente no início de 1980, depois da Lei de Anistia, ainda encontramos informações sobre ele nos relatórios dos órgãos policiais, o que demonstra a atenção dada pelo governo Figueiredo aos exilados ditos “perigosos” que retornavam ao Brasil e o quão de perto eles continuaram a ser observados.

Sobre a “visita” do DOPS a sua casa no Rio de Janeiro, Flávia nos conta um episódio interessante sobre a apreensão dos livros de Paulo, o qual parece, pela repetição do assunto em várias de suas falas, ter marcado bastante aquele momento de sua vida. Em entrevista, ela contou que:

*A gente tinha uma biblioteca imensa na casa. E uma das coisas que eles [agentes do DOPS] fazem, para não sair todos de mãos abanando, é levar metade da nossa biblioteca. Porque na época, enfim, os russos, não é? Então eles levam o livro “Vermelho Negro”, “Guerra e Paz” do Tolstoi, “Crime e Castigo” do Dostoiévski. Enfim, eles levam livros, muitos livros, dão uma olhada na casa, enfim se retiram, “não há nada para levar a mais na casa”. [Entrevista Flávia 01].*

A história se repete em outro relato:

*[...] quando [...] meu pai [...] se asila, imediatamente o DOPS, que já tava vigiando nossa casa, eles entram lá em casa e dão uma geral. Eu nunca me esqueço, olhando livro por livro, que é aquilo, estante por estante, e era mais literatura mesmo, e eles pegando “Crime e Castigo” do Dostoiévski, “Guerra e Paz” do Tolstoi, tudo que era russo – entendeu? – era subversivo e a gente já lia essas coisas e dizia: “mas eles já morreram” [risos], e levaram um monte de livros [...] [Entrevista Flávia 02].*

E aparece ainda em seu Memorial:

*[Nós] (sempre tivemos bibliotecas imensas em nossas casas): “O Vermelho e o Negro”, “Guerra e Paz”, “Crime e Castigo”, entre outros. Já conhecedora da literatura universal, fico espantada com esta seleção e tento alertá-los do erro que cometem: estes autores, é verdade, são russos, usam títulos que remetem a cores subversivas, porém, já*

---

“Arquivo DOPS”. Acervo Paulo Schilling.

<sup>43</sup> O Decreto-lei nº 314, de 13 de Março de 1967, definia os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dava outras providências, sendo que Paulo foi indiciado pelo artigo 33 por incitar publicamente: I - à guerra ou à subversão da ordem político-social e IV - à luta pela violência entre as classes sociais. A pena seria detenção, de 1 a 3 anos, e se o crime fosse praticado por meio de imprensa, panfletos, ou escritos de qualquer natureza, radiodifusão ou televisão, a pena, seria aumentada de metade.

*estavam mortos e os livros eram apenas romances! Porém, talvez, eles não estivessem errados. A boa literatura sempre é subversiva.*

Flávia é até hoje uma grande leitora. Suas cartas escritas na prisão falam frequentemente de livros. Sua dissertação cita inúmeros autores literários. Seus textos e artigos seguidamente recorrem à literatura, sem contar a interessantíssima biblioteca que tem em sua residência. Tais pontos levantados podem ser indícios do porquê a apreensão de livros feita pelo DOPS tenha ficado gravada na sua memória, sem contar a vontade de ironizar e depreciar os seus perseguidores, incapazes de distinguir a boa literatura universal de escritos “subversivos”. Além disso, podemos imaginar que este tenha sido o primeiro momento em que Flávia se viu em uma situação de confronto direto com a polícia, e devido a isso a violência cometida lhe marcou profundamente.

Outro elemento que perpassa a fala de nossa personagem e que chama a atenção no episódio por ela contado é o fato da repressão levar inúmeros livros que, à primeira vista, nada tinham a ver com alguma forma de oposição ao governo. Isso se devia, como expõe Sandra Reimão<sup>44</sup>, ao fato de que antes do decreto-lei 1.077/70 – que instituiu a censura prévia com vistas a publicações literárias – não havia uniformidade na metodologia da censura. Conforme salienta a pesquisadora, “antes de 1970 havia coação, apreensão a livros, invasão de livrarias e prisão de livreiros de maneira desorganizada. A censura era feita por órgãos do Estado e, depois do AI-5, passou a ser função do Ministério da Justiça”. Podemos sugerir assim que a apreensão dos livros da biblioteca da família Schilling tenha seguido essa mesma lógica (ou, talvez, “falta de lógica”), resultando inclusive em episódios (hoje) cômicos.

É a partir do momento da apreensão dos livros, lembrado na atualidade com ironia e com certo ar de graça por Flávia<sup>45</sup>, que mais uma vez a mudança de endereço voltou à pauta da família Schilling. Quando a “visita” do DOPS aconteceu, Flávia estava em casa com sua irmã mais velha e a empregada – sua mãe e as irmãs menores estavam brincando na pracinha. Ela nos relatou o acontecido como algo traumático, principalmente pela postura dos agentes repressivos: *naquele estilo, debochado, perguntando: “onde é que está teu pai?”, meio*

<sup>44</sup> Entrevista de Sandra Reimão concedida à *Revista Fapesp* (Edição 199 - Setembro de 2012) e organizada por Gustavo Fioratti no artigo “As páginas proibidas: Lista de livros censurados pelos militares após o AI-5 revela critérios de apreensão”.

<sup>45</sup> Segundo Araujo (2012, p.27), é interessante observar a grande quantidade de relatos de militantes que combateram a ditadura em que se evidenciam casos que são narrados de forma cômica ou jocosa, como a narrativa de Flávia. Segundo a autora, “a narração de episódios cômicos retira o depoente da condição de vítima e o reintegra na humanidade”, possibilitando um elo de ligação, uma cumplicidade, entre entrevistado e entrevistador. Além disso, Araujo assinala que nesses tipos de narração “os depoentes também mostram como que uma vitória sobre a violência: afinal, não tem apenas lembranças duras, marcas de sofrimento, mas também lembranças engraçadas, são capazes de rir do que passou”.

*peitando e aquela coisa, claro, duas meninas, muito ruim* [Entrevista Flávia 02]. Após esse acontecimento, Ingeborg Schilling decidiu que não dava mais para a família ficar vivendo no Rio e voltaram todos a Porto Alegre.

Flávia permaneceu morando no Rio Grande do Sul até agosto de 1964, quando rumou, juntamente com o restante de sua família, para o novo país. Questionada em entrevista sobre a viagem ao Uruguai, ela disse:

*A nossa ida, ela foi cercada de cuidados também. O Ênio Silveira, editor da [editora] “Civilização Brasileira”, ele nos ajudou a sair do país. Enquanto família de um exilado havia um certo temor que pudéssemos ser parados na fronteira, não é? Então eu me lembro que a gente foi com ele até o Chuí, aí depois pegamos um trem para chegar em Montevideú.* [Entrevista Flávia 01]<sup>46</sup>.

Flávia encontrou lá um ambiente muito diferente do vivido no Brasil: o Uruguai se apresentava então como um lugar com forte experiência democrática, com um ensino de qualidade e gratuito, e com ideias muito conservadoras em relação aos costumes, o que ocasionou uma espécie de “choque cultural”, como ela própria narra<sup>47</sup>. Mas isto é discussão para logo mais. Gostaria agora de realizar uma rápida análise dos primeiros anos de vida de Flávia, brevemente apresentados até aqui.

Começo com uma questão: o que significou durante o início da trajetória de Flávia ser filha de Paulo Schilling? Inicialmente, é possível dizer que isto permitiu a ela vivenciar alguns dos principais processos políticos do período através da participação de seu pai nos acontecimentos “quentes” daquele contexto – e aqui podemos chamar a atenção para a visita do DOPS a sua casa no Rio de Janeiro como um dos mais importantes momentos dessa vivência direta dos fatos políticos e, por que não, traumáticos. Além disso, as constantes mudanças de endereço ocasionadas pela militância política de Paulo – Encruzilhada do Sul, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Montevideú – são outro fator ligado diretamente a essa situação familiar.

Mas o que isso quer dizer? Através desses elementos percebemos uma influência familiar diferenciada, em relação à “normalidade” das famílias de classe média à época, na trajetória de Flávia. Afinal, por meio de sua família, ela foi levada a viver situações distintas de muitas crianças da sua idade e de sua classe social. Entretanto, também não podemos

---

<sup>46</sup> Em nossas pesquisas não encontramos uma linha de trem específica que fosse do Chuí/Chuy até Montevideú. Possivelmente Flávia tenha utilizado outro meio de transporte ou mesmo embarcado em outro local para chegar a Montevideú de trem.

<sup>47</sup> Entrevista disponível na Revista do Movimento do Ministério Público Democrático - *Dialógico* – ano VI, n. 28, dezembro de 2009, p. 13.

atribuir um peso maior do que se deve a esse fator. Nesse sentido, Alzira Alves de Abreu (1997, p. 189), ao abordar a trajetória dos guerrilheiros das décadas de 60/70 no Brasil, expõe que:

“a casa, a família, foi onde se deu, em geral, o início da socialização política dessa geração. As primeiras discussões políticas, a percepção e compreensão das desigualdades e injustiças sociais se deram dentro da família. [...] As discussões em casa sobre o problema das favelas, e da pobreza, sobre o direito à escola para todos etc., acompanharam o crescimento desses jovens”.

Essa interpretação também se aplica à Flávia, como pode ser observado no trecho que abre o presente capítulo. Entretanto, isso não parece suficiente para explicar a trajetória futura de nossa personagem. Por exemplo, mesmo que as irmãs menores da personagem não tenham vivenciado de igual maneira ou nem mesmo percebido os acontecimentos familiares até então, Cláudia – sua irmã mais velha – experimentou os mesmos fatos que ela e posteriormente não veio a se envolver na militância política. Não podemos considerar, assim, que o simples fato de ser filha de Paulo Schilling levou Flávia a se tornar o indivíduo que viria a ser.

Defende-se aqui, portanto, a ideia de que, mesmo com toda a influência familiar, mesmo vivenciando inúmeros acontecimentos políticos importantes de muito perto, como ocorreu com Flávia, isso não quer dizer que o indivíduo necessariamente vá engajar-se nos mesmos projetos dos pais, como se estivessem predestinados a ter essa postura. Acredita-se, entretanto, que, se ela seguiu uma trajetória semelhante à de Paulo, isto é, engajou-se politicamente, militou, lutou por transformações sociais, certamente esses primeiros anos de sua vida e todos os acontecimentos então experimentados contribuíram para as decisões que ela veio a tomar posteriormente no exílio de seu pai, que logo se tornou também seu, e que, como campo de possibilidades, levou-a à militância política.

## **1.2 “O Mundo que se abria” (ou: O Uruguai como país de exílio)**

*Chegamos ao Uruguai em agosto de 1964. Minha irmã e eu odiávamos tudo aquilo, por ter deixado os laços já formados – não os do Rio, que não lamentávamos deixar depois da experiência vivida – mas os de Porto Alegre, para onde voltamos logo após o início do exílio de meu pai. Fomos todas: minha mãe, minhas irmãs. Viajamos de trem, enquanto minha mãe e minhas irmãs foram de carro, por outro caminho, com um amigo, passando pela fronteira do Chuí/Chuy. Muita expectativa e medo. Medo da polícia, de sermos barradas na fronteira.*

*Era um rompimento, uma nova fase não desejada. Lamentávamos o que deixávamos para trás. Não que tivéssemos “raízes”: já as tínhamos, em todo caso, “aéreas”, por conta das inúmeras mudanças. As formas de viver essa experiência? Diversas: para minha mãe, uma coisa; para minhas pequenas irmãs, outra; para minha irmã mais velha, outra. Pontos de encontro, pontos de alegria e liberdade, pontos de perda e dor. Sempre muito difícil.*

*Depois de alguns anos de fechamento, no grupo dos filhos de exilados, chegamos, de fato, ao Uruguai. Pois no começo, tudo era estranho: os costumes, as roupas, as músicas, os códigos. Tudo era diferente. Assim conhecemos, na pele, o que significa ser exilado. Exilado é aquele que não conhece os códigos, que, muitas vezes sem querer, quebra os códigos. Exige-se, assim, de todas um grande esforço de contenção, de atenção, de alerta. [...]*

*Nunca esquecerei a sensação de “dominó” daqueles tempos; um após outro, nossos países viviam golpes de estado: Brasil, Bolívia, Peru, Uruguai, Argentina, Chile. Foi um tempo duro, de ser “estrangeiro” e estranho, de quebra de códigos. Não havia lugar seguro. O medo e a dor. A dificuldade de sobreviver, meu pai lutando para sustentar uma família grande. Cabe lembrar os trabalhos do meu pai na Editora Diálogo, no Semanário Marcha, cada uma de nós tentando achar um lugar possível para viver. Tempos em que a política dava as cartas, determinava cada momento de nossas vidas. [Memorial]*

Em seu relato, Flávia apresenta algumas das inúmeras dificuldades e questões que se colocaram para aqueles que tiveram de viver a situação de exílio. Com expressões e imagens fortes, tenta rememorar e reorganizar o que foi essa “fase não desejada”. A insegurança – *não havia lugar seguro* –, a angústia e os sentimentos que ficaram marcados, quase corporalmente – *conhecemos, na pele, o que significa ser exilado* – são evocados para tentar dar sentido à sucessão de acontecimentos que marcaram o início de sua trajetória no exterior.

Flávia emprega a metáfora das raízes, também utilizada por Rollemberg (1999) em seu importante estudo sobre o exílio, para representar a situação de ser arrancada de seu cotidiano e da vida a que estava habituada. As raízes itinerantes de Flávia, que não podiam se fixar no solo, mas que cresciam livres pelos ares ligando as inúmeras cidades em que viveu, tiveram de ser cortadas para serem recriadas no Uruguai, momento em que parecem finalmente alcançarem o solo e lá se desenvolverem por longos dezesseis anos.

Estar exilado era um desafio. A viagem ao novo país, o período de adaptação, o estranhamento - momentos que Flávia compartilhou com inúmeros brasileiros e latino-americanos que experimentaram a mesma situação nas décadas de 60, 70 e 80. Fase em que, como expõe Escolar (2012, p. 03), as pessoas eram obrigadas a viver longe de seu país,

forçadas a abandoná-lo por razões políticas ou ideológicas, a fugir para garantir a sobrevivência e impedidas de voltar a sua pátria.

Com a sucessão de golpes civil-militares na América do Sul, sair do país se tornou algo iminente e necessário para aqueles que se opunham aos novos governos ou eram considerados inimigos dos mesmos. Nesses casos, o exílio não era uma opção. Como aponta Rollemberg (1999, p. 61):

Em muitos casos, a decisão de partir foi tomada diante da ameaça de prisão iminente, da clandestinidade que ia se tornando cada vez mais penosa, perigosa, em meio do cerco que se apertava, das *quedas*, das prisões, das notícias de barbaridades cometidas nas prisões políticas. Sair, ir para o exílio era, então, escapar.

Nesse sentido, o exílio político durante a ditadura civil-militar pode ser visto como um processo de duas vias: ao mesmo tempo em que garantia um meio de fuga e de preservação da vida para os opositores, era encarado pelo governo como uma forma de desestabilizar a oposição e servir de exemplo à população. Segundo Marques (2006, p.20), o exílio político

foi visto pelo novo governo como uma eficiente maneira de desarticular a oposição ao regime, pois objetivava afastar os principais líderes da oposição, e concomitantemente, servir de exemplo àqueles que se propusessem a ingressar na luta contra a Ditadura Militar. Portanto, o exílio era um dos mecanismos de controle utilizados pelos militares, pois, ao isolar, afastar e segregar opositores, contribuía para a desarticulação dos grupos de esquerda.

Era, enfim, mais um meio de intimidar, através do medo, os diferentes grupos sociais e colocá-los a favor do governo militar instituído a partir do golpe, ou ao menos não em oposição a ele. Como indica Marques (2006, p. 21), “a possibilidade do exílio como uma ameaça àqueles que contestavam o regime militar ficou demonstrada na excessiva exposição de *slogans* como, *Brasil: Ame-o ou deixe-o*, por meio de músicas e adesivos em automóveis”.

Essa primeira geração de exilados<sup>48</sup> – a segunda viria após os movimentos de luta contra o regime do fim da década de 1960 – escolheu preferencialmente o Uruguai, e, mais especificamente, a sua capital como local de residência fora do Brasil<sup>49</sup>. De acordo com Marques (2006, p. 24), entre 1964 e 1967, as movimentações políticas de exilados brasileiros no exterior se centralizavam no Uruguai. O declínio dessa concentração começou a partir de

<sup>48</sup> Primeira geração que, segundo Rollemberg (1999, p. 50), em geral é associada a “aqueles que se identificavam com os projetos de reforma de base, ligados a sindicatos e partidos políticos legais, como o PTB, ou ilegais, como o PCB”. Ainda sobre essa geração, Marques (2006, p. 21) informa que seus integrantes foram alvo da denominada “Operação Limpeza”, codinome adotado pelos militares para designar este conjunto de medidas adotadas pelo novo governo, para eliminar e afastar os seus opositores, em conformidade com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional”.

<sup>49</sup> Conforme Fernandes (2009, p. 78), a primeira geração de exilados também buscou refúgio em outros países como México, Chile, Bolívia, Argélia e França, por exemplo.

1967, quando Jorge Pacheco Areco assumiu a presidência do país e deu início ao combate aos grupos considerados ligados às ideias comunistas.

Para Montevideu foram,

entre outros, o presidente deposto, João Goulart; o ex-governador do estado do Rio Grande do Sul e deputado pelo Rio de Janeiro, Leonel Brizola; o reitor da Universidade de Brasília e chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro; um dos principais assessores de Brizola, Paulo Schilling; e um dos líderes da revolta dos marinheiros, em 1964, o almirante Cândido Aragão (FERNANDES, 2009, p. 78)

Mas porque o Uruguai? Por que Montevideu? Fernandes (2009, p. 78) explica que esse país “possuía uma sólida tradição democrática e uma forte solidariedade aos exilados políticos”; além disso,

desde a década de 1950, o Uruguai abrigava cidadãos paraguaios exilados desde o estabelecimento da ditadura de Alfredo Stroessner, em 1954, bem como argentinos que fugiram após a queda de Juan Domingo Perón, em 1955. É difícil mensurar o número de exilados brasileiros que foram para Montevideu, mas estima-se que tenha sido entre 500 e 1000 pessoas recebidas pelo governo uruguaio. Esta cidade passou a ser vista como sinônimo de lugar de liberdade de expressão política (FERNANDES, 2009, p. 78).

A historiadora Teresa Marques (2006, p. 24) reforça essa perspectiva e explica que no Uruguai “um perseguido político obtinha facilmente asilo político, sua população era considerada avançada cultural e democraticamente, a justiça social era levantada como a maior bandeira do país, entre diversas outras características [...]”; tudo isso contribuiu para que os brasileiros optassem pelo exílio político por lá. Outros fatores, entretanto, podem nos ajudar a entender melhor essa escolha por parte dos exilados, como, por exemplo, a possibilidade de se entrar e sair do país.

Fazendo fronteira com o Rio Grande do Sul – estado de origem de Paulo Schilling e outros tantos políticos exilados – sua grande fronteira por terra propiciava rotas para a entrada e saída de pessoas. Tal fronteira, entretanto, não era um elemento importante apenas para as organizações de esquerda, ela foi utilizada também pelo aparato repressivo.

Nesse sentido, Fernandes (2009, p. 94-95) explica que a fronteira do Rio Grande do Sul – principalmente a grande extensão de fronteira seca e as cidades “binacionais” (Chuí-Chuy e Santa do Livramento-Rivera) – era constantemente atravessada seja por refugiados ou mesmo cidadãos “comuns” que se sentiam ameaçados e desejavam ir para outros países, como também por agentes da repressão brasileira que “usavam esses caminhos, seja em

atividades clandestinas ou de colaboração com a repressão uruguaia, a fim de realizarem ações de perseguições e de operações de buscas”<sup>50</sup>.

E foi justamente esse o caminho escolhido pelo restante da família Schilling para ingressar no novo país:

*Bom, a gente chega em Porto Alegre, [...] [...] e aí o pai quer que a gente vá para o Uruguai. E aí imagina, nem eu nem minha irmã queríamos ir, jamais ir para lugar algum, porque por incrível que pareça, nessa volta, a gente teve que voltar talvez em maio para Porto Alegre, a gente tinha já alguns amigos lá na rua e no colégio, a gente estava se dando super bem, a gente não queria de jeito nenhum ir para o... não era nem para o Uruguai, que ninguém nunca nem tinha ouvido falar, um lugar gelado e frio e tal. E aí é um drama realmente, a gente resiste, mas a insistência é que vamos, vamos e em agosto a gente vai para lá. E a gente vai pra lá com todo um esquema de segurança, porque, claro, havia muito medo de não deixarem passar pela fronteira, tanto que a minha mãe vai com as minhas irmãs, se não me engano, com o Ênio da Silveira, que era o editor da Civilização Brasileira, não é? Ele é uma das pessoas que ajuda naquele momento e vai com eles de carro, e minha irmã e eu a gente vai de trem, mas a gente vai com alguém, eu não consigo lembrar quem, me acompanhando e a gente vai de trem. [Entrevista Flávia 02].*

Apesar do drama, da resistência e dos inúmeros cuidados para atravessar a vigiada fronteira Brasil-Uruguai, Flávia chegou, enfim, ao frio de Montevidéu. Frio que aparece frequentemente em suas narrativas a respeito da capital uruguaia. Flávia havia ficado alguns meses no Rio de Janeiro, onde o frio dificilmente aparece, mas para quem viveu em Porto Alegre, as temperaturas do país vizinho não eram assim tão diferentes. Por que será que a imagem do frio é tão recorrente em suas recordações? Vejamos uma possível explicação.

Cora Escolar (2012, p. 02), ao pensar o exílio, expõe que o mesmo seria responsável por provocar uma crise fundamental na história do sujeito. O exilado, segundo ela, “enfrenta a la disilución brutal de sus propias coordenadas”, é privado de seus marcos de referência próprios, enfrenta um “desenraizamento” sem nenhuma preparação material ou emocional prévia. O exílio muda o espaço geográfico, apresenta o novo e leva a uma situação de intensos sentimentos e emoções. Todos esses fatores e situações, para a autora (2012, p. 06), conduzem a distintas “fantasias inconscientes” em relação ao próprio país como também ao local de exílio.

---

<sup>50</sup> Para um aprofundamento do assunto, ver os trabalhos de Aseff (2009) e Assumpção (2011).

É a partir dessas noções que a autora vai defender que o exílio não deve ser pensado como um assunto para uma teoria e sim como uma maneira de ser. Isto é, não se trata de um conceito que deve ser aplicado de maneira fechada, mas entendido a partir do indivíduo que o viveu. Assim, ao visualizarmos o exílio de nossa personagem como uma experiência particular na qual ela despreendeu-se das coordenadas conhecidas e imergiu em um turbilhão de novos sentimentos e códigos, parece-nos pertinente imaginar que, dentre todas as mudanças vividas e sentidas por Flávia neste momento, foi o frio da nova cidade, o frio do desconhecido, que possivelmente mais a marcou.

Ao examinar o exílio no Uruguai é importante perceber que, durante um primeiro momento, o país recebeu bem e apoiou os exilados políticos e suas famílias. Entretanto, com o correr do tempo, nota-se a presença cada vez mais agressiva de alguns grupos civis e militares uruguaios que percebiam esses estrangeiros como pertencentes ao grupo dos “inimigos internos”. Soma-se a isso uma pressão do governo brasileiro para obter informações sobre os seus exilados que lá estavam, a fim de, aos poucos, conseguir um controle, pelo menos informacional, de suas atividades. Tendo por base a noção de fronteiras ideológicas, isto é, de que as fronteiras nacionais não eram mais limites para a soberania de um país,

o Brasil considerava totalmente válido questionar o governo uruguaio – seja através da ameaça velada de violações de fronteiras, ou de pressões das mais variadas formas – para vigiar o “inimigo interno” que estava destacadamente no Uruguai, fora de suas fronteiras territoriais. Apesar das autoridades uruguaias e da população em geral terem apoiado os exilados e suas reivindicações, determinados setores da sociedade e parte das forças policiais e militares posicionaram-se a favor dos interesses da ditadura brasileira, o que viabilizou, a curto prazo, o estabelecimento eficiente de mecanismos de controle e monitoramento dos exilados, tanto por parte do Brasil quanto do Uruguai (FERNANDES, 2009, p. 81).

Nota-se, assim, uma presença e uma pressão – política, diplomática e econômica – bastante grande da ditadura brasileira no país vizinho, o que ocasionou um forte controle dos exilados brasileiros no Uruguai<sup>51</sup>. Tal elemento iria se tornar ainda mais presente após a referida subida de Pacheco Areco à presidência em 1967 – a partir desse momento percebe-se um aumento da repressão, que viria a se consolidar com a instalação da ditadura uruguaia em 1973 e com a organização da Operação Condor. A presença brasileira na ditadura uruguaia

---

<sup>51</sup> Segundo Fernandes (2009, p.81), “o controle dos exilados deu-se através dos órgãos civis e militares de informação, repressão e espionagem”. Além disso, percebe-se que “os órgãos diplomáticos também participaram do sistema de informação da ditadura. Para tanto, foi criado o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), vinculado ao Serviço Nacional de Informação (SNI) e ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, para espionar os brasileiros que haviam se retirado do país seja por exílio, fuga ou banimento. A Montevideu do exílio brasileiro foi o ‘laboratório’ para a criação desse centro. O mesmo esteve ativo durante toda a ditadura e se projetou, também, para outros países, principalmente os do Cone Sul”.

pode ser percebida, por exemplo, na expulsão de Paulo Schilling de Montevideu. Segundo Fernandes (2009, p.138),

já na ditadura uruguaia, em 1974, o general Geisel fez um pedido pessoal para o presidente civil Juan María Bordaberry para que Paulo Schilling fosse expulso do país. [Paulo] Acabou se deslocando para a Argentina, onde dois anos depois também seria dado um golpe de Estado<sup>52</sup>.

Observe-se, como expõe Fernandes (2009, p. 126), que setores do aparato repressivo uruguaio estavam em sintonia com as diretrizes da ditadura brasileira e que o monitoramento dos exilados pelos órgãos dessa última não teria sido tão eficiente sem a colaboração daquele. O exílio dos brasileiros no país vizinho foi visto como preocupante pela nossa ditadura até o golpe de Estado no Uruguai em 1973, sendo possível perceber que, desde a ruptura com a democracia no Brasil, a coordenação repressiva com base na Doutrina de Segurança Nacional já estava acionada e recebendo adesões por parte de agentes sociais uruguaio. Assim, passado o primeiro momento de recebimento dos exilados, nota-se que

devido às pressões que o Brasil estava impondo sobre este país, o governo uruguaio começou a ceder em algumas questões referentes ao asilo político, atingindo seu ponto máximo com o confinamento de Leonel Brizola no balneário de Atlântida (FERNANDES, 2009, p. 126).

A partir das questões apresentadas, é possível destacar temas que vêm sendo debatidos e revistos atualmente sobre a ditadura uruguaia, principalmente a ideia de continuidade política de certos elementos do período anterior ao golpe e o apoio de parte da sociedade civil ao regime ditatorial instalado no país. Como aponta Jaime Yaffé (2012, p. 14),

[...] desde hace algunos pocos años, se ha ido abriendo camino otra forma de entender la caída de la democracia y la instauración de la dictadura, reconociéndose que también hay fuertes elementos de continuidad entre la política uruguaya anterior y posterior a la ruptura institucional. En este sentido, el golpe de Estado no debe ser entendido como el origen único y absoluto de la dictadura. Esta se habría ido gestando en el período previo, y por tanto el golpe puede ser explicado más bien como un resultado, como la culminación de un proceso de progresiva instalación del autoritarismo a lo largo de los años sesenta y principios de los setenta.

A adesão da sociedade civil também é abordada pelo autor. Preocupados com a ameaça revolucionária, associada à organização e mobilização de certos grupos, em especial trabalhadores e estudantes, alguns setores sociais, juntamente com os militares, acreditavam no golpe e na ditadura como um possível elemento de contenção ao caos e à revolução. Nas palavras do autor:

---

<sup>52</sup> A passagem citada denota a importância de Paulo e a sua “periculosidade” aos olhos da ditadura brasileira, motivo pelo qual, possivelmente, tenha ficado entre os oito últimos brasileiros a serem anistiados e permitidos de retornar ao Brasil após o fim do AI-5.

Más bien pienso que lo que surge del discurso, la documentación y la acción de los militares y de algunos de los actores civiles conservadores que adhirieron al régimen dictatorial, es que su mayor preocupación y motivación estaba centrada en conjurar lo que veían como una amenaza revolucionaria efectiva y creciente (no solo, entonces, potencial) y en desactivar la organización y movilización de la sociedad civil que alteraba el orden y, según ellos creían, producía una situación de caos que entendían favorecía el desarrollo de aquella amenaza revolucionaria.

Por tanto, la prevención contrarrevolucionaria y la desactivación de la sociedad civil habrían sido las principales motivaciones, al menos iniciales, de los militares y algunos de sus aliados civiles en el proceso golpista y en la instauración del régimen dictatorial. La alianza con sectores civiles claramente orientados por su ideología neoliberal y su proyecto de reestructura económica habría sido entonces producto de una mutua conveniencia a partir de motivaciones diferentes. (YAFFÉ, 2012, p. 24-25).

Ainda nesse sentido, mas referindo-se ao contexto pós-ditatorial, Aldo Marchesi (2010, p. 566) expõe que “enquanto a ditadura se nomeava como ‘cívico militar’, na democracia o rol dos ‘colaboradores’ civis pareceu dissipar-se da lembrança coletiva”. Para ele, “o discurso dos setores democráticos colaborou com a referida omissão com sua ênfase na oposição civil militar”. Levando-se em conta essa participação conjunta de setores civis e militares, é possível compreender, como aponta o autor (2010, p. 566), que a ditadura não foi um acidente na história nacional do Uruguai, afinal “grande parte de suas propostas e suas ideias expressava uma longa tradição conservadora que, embora nunca tivesse conseguido adquirir um papel tão preponderante, tinha existido ao longo do século XX”.

Portanto, o ambiente encontrado por Flávia ao chegar ao Uruguai misturava esses elementos. Ao mesmo tempo em que ela deixa transparecer em suas entrevistas uma visão positiva da sociedade uruguaia quanto à presença dos exilados, é possível notar, a partir da bibliografia consultada, que nem todos estavam satisfeitos com a situação do país e que, aos poucos, grupos da sociedade foram tomando o lado da ditadura civil-militar brasileira.

Mas por que será que Flávia não incorpora esse “outro lado” nas suas memórias do exílio? Por que, quando expõe a situação vivida no Brasil, ela evidencia fortemente a participação civil no apoio ao golpe, mas quando fala da situação uruguaia não chama a atenção para esse fator?

A participação e apoio civil aos golpes de Estado das décadas de 60 e 70 é uma temática recente tanto na historiografia brasileira quanto na uruguaia. Nas memórias de Flávia, o suporte civil aos militares no Brasil parece ter ficado marcado em suas memórias, talvez pela vivência da agitação no Rio de Janeiro que precedeu o acontecimento, pela investida da polícia em sua casa ou mesmo pelas esfuziantes Marchas da Família com Deus pela Liberdade. No Uruguai, entretanto, a participação de civis no golpe não a marcou a ponto

de ser algo presente em suas lembranças. O fato de Flávia cair presa em um Uruguai que ainda vivenciava um governo democrático e não presenciar manifestações civis como as vistas no Brasil pode nos ajudar a compreender tais silêncios e esquecimentos da personagem sobre esse tema.<sup>53</sup>

Dando um passo para trás, é importante destacar que os fatores que levaram os membros da família Schilling ao exílio são diferentes. Enquanto Paulo, que estava diretamente envolvido com grupos políticos de esquerda e apresentava-se como um opositor à situação instalada no pós-golpe no Brasil, foi obrigado a deixar o país, sua mulher e suas filhas não tiveram a mesma obrigação. Elas não apresentavam um envolvimento direto com as questões políticas brasileiras e partiram ao exílio para acompanhar o marido e pai. Tal situação familiar não foi exceção, como aponta Marques (2006, p. 74):

[...] a maioria dos brasileiros da primeira geração de exilados da ditadura militar eram pais de família, [assim] diversos são os casos de famílias inteiras exiladas. [...]. A documentação sobre mulheres e crianças exiladas no Uruguai é extremamente escassa, o que explicita mais uma característica predominante da primeira geração de exilados pelo golpe de 1964: as mulheres exiladas da primeira geração em geral não eram militantes, ou sequer mantinham algum tipo de vinculação direta com movimentos políticos. Partiram para o exílio para acompanharem o marido, diferente das exiladas da geração de 1968.<sup>54</sup>

Esse “sentimento de exílio” diferenciado, entretanto, pode ser discutido e nuançado. Mesmo que a perseguição política brasileira não recaísse diretamente sobre Flávia e que ela pudesse entrar e sair do Brasil livremente – como fez em algumas de suas férias escolares –, de uma forma ou de outra a personagem também estava exilada. O distanciamento de parte da família, a perda dos laços criados em Porto Alegre e a necessidade de reconstruir a vida cotidiana em outra cidade a partir de um acontecimento não planejado com antecedência e de forma involuntária, sentimentos marcantes em muitos exilados políticos, também se fizeram presentes na experiência de Flávia.

Aos poucos ela foi percebendo que esses “sentimentos de exílio” também faziam parte da sua vida, e que mesmo sem ser perseguida por nenhum governo, ou correr algum risco maior de vida, se encontrava exilada. Em entrevista, ela comentou tal situação:

---

<sup>53</sup> Agradeço as contribuições de Enrique Padrós para compreender melhor os motivos do silêncio de Flávia.

<sup>54</sup> É interessante observar o que expõe Rollemberg (1999, p. 71) sobre a mudança em relação à presença feminina entre a primeira e a segunda geração de exilados. De acordo com a autora, na geração de 1968, “os casos de mulheres exiladas por sua própria participação política aumentaram consideravelmente”. Além disso, ela destaca que, diferentemente da primeira geração, a grande maioria das mulheres da geração de 1968, no momento de deixar o país, ainda não tinha filhos.

*[...] para a gente foi difícil perceber que o exílio também foi nosso, porque durante muitos anos a gente achava que o exílio era do pai. Então a questão de filhos de exilados, ele [sic] de alguma maneira oculta que nós também fomos exilados e o dano, ele também é nosso. E nós fomos uma das poucas famílias também que viveu o tempo todo no exílio. Porque, claro, quem tinha mais estrutura ou posses, deixava a família no Brasil e a família vinha passar as férias [no Uruguai] com os que estavam exilados; então a maior parte dos filhos de exilados não ficou lá, apenas algumas poucas famílias mantiveram os filhos e a esposa, etc., por perto. E essa é uma diferença nossa. Como eu te falei, são exilados, porque, imagina você, tem do João Goulart, eu te diria, ao meu pai [risos]. [Entrevista Flávia 01].*

No trecho citado, Flávia evidencia, para além da percepção do seu exílio, uma característica marcante do processo vivenciado por sua família: a partida de todos os seus componentes. Esse fato é significativo, principalmente em dois sentidos: primeiro, deixa claro os diferentes exílios vividos naquele período, já que, enquanto alguns indivíduos partiam sozinhos para o novo país, certas famílias não tinham estrutura financeira para viver em lugares diferentes, ou mesmo interesse em tal possibilidade. Em segundo lugar, destaca as diferentes realidades econômicas dos exilados e a desigualdade existente entre eles. Voltaremos a essa discussão mais adiante.



No exílio, em Montevideu, Flávia (centro) posa para foto acompanhada de seus pais, Cláudia e uma amiga. As roupas e o cenário simples possibilitam pensar nas diferentes realidades dos exilados. Acervo pessoal de Flávia.

Flávia expôs em seu depoimento que ela e sua família viveram o “tempo todo no exílio”, ao mesmo tempo chama a atenção ao fato de que foi difícil perceber que esse processo também era dela, de suas irmãs e de sua mãe. Assim nos perguntamos: em que

momento Flávia percebeu que estava exilada? Quando começou o “seu” exílio? Essas perguntas não valem apenas para o caso de Flávia. Segundo a historiadora Denise Rollemberg (1999, p. 89), “não é tão evidente, como pode parecer a princípio, a delimitação desse momento [início do exílio]. A percepção de estar vivendo o exílio nem sempre coincidiu entre os exilado”. Parece-nos necessário, entretanto, explorar mais alguns elementos antes de tentar responder as questões propostas.

Percebe-se que, assim como os motivos que levaram as pessoas ao exílio foram diversos<sup>55</sup>, o próprio exílio não foi algo sentido e vivido igualmente por todos os atingidos, ficando longe de ser uma experiência homogênea. Entretanto, através da análise dos depoimentos de Flávia e dos trabalhos das historiadoras Denise Rollemberg e Teresa Marques, é possível tentar perceber alguns pontos em comum. Para tanto, analisar-se-á agora a ideia de “breve exílio” presente tanto entre o primeiro grupo de exilados como na geração de 1968.

Quando Flávia foi questionada sobre como era estar exilada, disse:

*Era muito difícil. Significava, de forma metafórica, nunca desfazer as malas. A expectativa era de um exílio breve, “em dois anos estaremos de volta”, e durou mais de 15 anos! Ser exilado [...] implica em uma situação de violência muito especial, a perda progressiva dos laços, não voluntária, o estar rejeitado, perseguido.*<sup>56</sup>

“Nunca desfazer as malas”. A imagem utilizada por Flávia para referir-se ao exílio é representativa de uma sensação que certamente também se apresentou a outros indivíduos na mesma situação: a forma diferente de perceber o tempo. Como já apontamos anteriormente, o exílio é responsável por uma ruptura, um desenraizamento, uma perda de referências e esse processo também se relaciona à noção de tempo, ao tempo vivido. “Nunca desfazer as malas” é estar sempre pronto; preparado, como se a qualquer momento fosse a hora de partir. Não se planeja, perde-se a noção de futuro, ao mesmo tempo em que o passado congela-se, sem poder dar referências àquela situação. Vive-se no presente. O “presente contínuo”, como expõe Escolar (2012, p. 02), é o tempo do exilado, um presente que ocorre em “outro tempo”,

---

<sup>55</sup> Rollemberg (1999, p. 52) nos apresenta uma interessante lista das diferentes motivações de partida dos exilados: “Houve os atingidos pelo banimento; houve quem decidiu partir, às vezes até com documentação legal, por rejeitar o clima que se vivia no país; houve quem pessoalmente, não era alvo da polícia política, mas exilou-se ao acompanhar o cônjuge ou os pais [como no caso de Flávia e do restante de sua família]; houve os diretamente perseguidos, envolvidos, uns mais, outros menos, no confronto com o regime militar; houve quem foi morar no exterior por outras razões que não políticas e, através do contato com exilados, integrou-se às campanhas de denúncia da ditadura e já não podiam voltar com tantas facilidades. Os casos são inúmeros”.

<sup>56</sup> Entrevista de Flávia Schilling disponível na Revista do Movimento do Ministério Público Democrático - *Dialógico* – ano VI, n. 28, dezembro de 2009, p. 13.

sem continuidade com o passado e sem projeto de futuro; um “presente contínuo” que é “la duración de una larga espera”.

É a partir dessa noção de “presente contínuo” que o restante da fala de Flávia parece ganhar mais sentido. Em uma leitura rápida do trecho citado, uma ideia-chave nele contida pode passar despercebida, mas, ao continuar a pesquisa sobre o exílio e o pensar a partir da noção de tempo discutida por Escolar, a frase “*a expectativa era de um exílio breve, ‘em dois anos estaremos de volta’*” ganha força. Marques entrevistou Cláudia, irmã de Flávia, para a sua dissertação. Ao lermos seu relato podemos constatar que esta ideia também estava presente para ela:

Desde o início vivíamos uma situação de transitoriedade. Quando fomos para lá, a resposta que nos davam era: “temos de ir, mas daqui a um ano a gente volta”. Ninguém esperava que a ditadura tivesse uma tão longa duração. Mas a expectativa era essa, passavam os anos, mas a gente estava “sempre voltando” [...] (Entrevista Cláudia Schilling in MARQUES, 2006, p. 26).

Nesse sentido, Rollemberg (1999, p. 54) – ao comentar a ideia inicial de um breve retorno, que com o passar do tempo acabou ficando claro que não aconteceria tão cedo – nos apresenta uma interpretação que ajuda a entender as memórias das irmãs Schilling. Em suas palavras:

nos dois primeiros anos de regime militar, os exilados acompanhavam com grande interesse o que se passava no país [Brasil], mantendo a expectativa quanto à possibilidade de reversão da conjuntura. Para muitos da geração de 1964, o golpe assemelhava-se a um rearranjo de elites políticas e o exílio a um breve intervalo, de onde observariam os desdobramentos do episódio. No entanto, depois de 1965, já começava a ficar claro que o rápido retorno, no quadro do restabelecimento da ordem democrática, não era tão evidente.

Constata-se, assim, que tal ideia foi muito presente para aqueles que saíram do Brasil logo após o golpe civil-militar de 1964. A dificuldade de entender as proporções do que estava acontecendo e de ter parâmetros para pensar a duração de tudo aquilo fez com que a noção de um breve retorno se mantivesse bastante forte nos primeiros anos de exílio<sup>57</sup>.

Rollemberg expõe ainda que a ideia de um breve retorno era tão presente que alguns nem se preocupavam em se inserir socialmente no país de exílio, como é possível perceber no depoimento de Herbert de Souza:

---

<sup>57</sup> Podemos assim sugerir que a escolha do Uruguai como país de exílio também estava relacionada à ideia do breve retorno. Sua proximidade com o Brasil, somada à facilidade de se conseguir informações e mesmo de se deslocar de um país ao outro, provavelmente foram elementos levados em consideração na escolha do país platino como “capital do exílio”.

A colônia brasileira dessa época, os que conheci entre 1964/1965, usavam o Uruguai como uma base territorial para estruturar, pensar, discutir politicamente em função do Brasil. Nada a ver com o Uruguai (*in* ROLLEMBERG, 1999, p. 92).

Desde essa perspectiva, o distanciamento do Brasil era apenas geográfico, afinal, pensava-se, em breve se estaria de volta. Tal situação permitiu um grande acúmulo de informações sobre o país natal entre o grupo de exilados, além de tentativas de organizar formas de retornar e mudar a situação política lá vivida. As discussões versavam sobre inúmeros temas e até mesmo os jovens participavam dos debates, como nos contou Flávia:

*E uma boa lembrança, enfim, bem nessa perspectiva de “logo voltaremos”, foi uma organização de cursos: curso com Darcy Ribeiro, Cibilis [Viana]<sup>58</sup>, meu pai, todo mundo deu cursos para os filhos de exilados sobre Brasil, foi ótimo. Então a gente organizou algumas coisas assim, interessantes até [...]. [Entrevista Flávia 01]*

Talvez como forma de aproximar-se sentimentalmente do Brasil ou como uma tentativa de manter nos jovens a noção de pertencimento ao país pelo qual eles, pais, lutaram e tiveram de partir, a organização desses cursos pode ser vista como uma atividade relacionada à ideia de breve retorno. Além disso, é possível sugerir que isso tudo refletia a busca de conformar-se com a situação vivida; uma maneira de encontrar balizas e apoios para a reestruturação das vidas que haviam sido modificadas pelo exílio.

Tudo isso fez parte dos primeiros anos fora do país, quando a ideia de logo voltar esteve presente com muita intensidade. Chegou um momento, entretanto, que se intuiu que tal retorno não aconteceria tão cedo<sup>59</sup>. Percebendo que ficariam ali por um bom tempo, tornou-se necessário integrar-se ao novo país. Era necessário vencer o “choque cultural” inicial, era preciso, como nos disse Flávia, começar a entender os códigos. Mas não foi simples passar pelo primeiro impacto. Quando questionada sobre as dificuldades de adaptação na chegada a Montevideú, ela disse:

---

<sup>58</sup> Cibilis Viana é economista e professor aposentado da UFRGS. Participou ativamente da Campanha da Legalidade, em 1961. Foi chefe de gabinete de Administração e Planejamento de Leonel Brizola no Estado, além de ter sido membro da comissão que elaborou o programa de reforma agrária desse mesmo governo. Exilou-se em Montevideú após o golpe de 1964. Publicou várias obras sobre economia e desenvolvimento brasileiro, além de dois romances. Foi fundador e dirigente do PDT. (Fonte: <[www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=2927&p\\_secao=56&di=2007-04-10](http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=2927&p_secao=56&di=2007-04-10)> e <[www.7letras.com.br/autor?id=11](http://www.7letras.com.br/autor?id=11)> Acesso: 21/04/2013). O segundo site havia sido acessado em 21/04/2013, mas foi tirado do ar.

<sup>59</sup> É possível apontar também como elemento que explica a noção de brevidade do exílio a espera da definição das eleições de 1966 no Brasil. Após o Golpe houve a promessa – noticiada fartamente no rádio, na televisão e na imprensa em geral – que a Constituição de 1946, a normalidade democrática e as eleições seriam preservadas e restabelecidas rapidamente (no mais tardar em 1966), após o fim do mandato oficial de Jango, que estaria sendo preenchido pelos interventores militares. Além disso, Rollemberg (1999, p. 90) aponta que é após o golpe do Chile, em setembro de 1973, que os exilados entendem que estavam diante de uma etapa duradoura de suas vidas.

*[...] o “choque cultural” foi imenso, porque Rio de Janeiro em 64 era Beatles, minissaia, uma certa, incrível, liberdade. Os anos 60, obviamente depois cortada [a liberdade], em grande parte pelo golpe. E em Montevideú, o Uruguai era um país completamente diferente, ainda muito conservador em relação aos costumes. Então nós causávamos escândalo por usar, inclusive, calça comprida. As mulheres não usavam calça comprida, imagina, minissaia jamais, os Beatles não tinham chegado... A nossa adolescência já estava marcada por essa tônica, então houve choques em todos os sentidos. Então eu diria assim: o começo foi difícil, o começo foi difícil [...] [Entrevista Flávia 01].*

Em seus “Estudios sobre la sociedad uruguaya (I)”, escritos no mesmo ano da chegada da família Schilling a Montevideú, Aldo Solari (1964, sem página) chama a atenção para algumas características de seu país. Segundo ele, o Uruguai era “un país cuyas tasas de analfabetismo, de natalidad, de mortalidad, etc., se aproximan más a la de los países altamente desarrollados que a la de los países de América Latina”. Solari evidencia também que o Uruguai havia alcançado “un nivel de estabilidad política y social muy superior al de los demás países de América” e que o lento crescimento populacional “posibilitó una transición sin sobresaltos pero sumamente lenta y destinada a mantener las estructuras fundamentales incambiadas”. Todas essas características faziam do Uruguai um país diferente do Brasil de Flávia e, de certa forma, contribuíram ainda mais para a perda de referências cotidianas ocasionadas pelo exílio, aumentando a sensação de “choque cultural”.

Um dos grandes desafios vivenciados por Flávia foi então deixar o Brasil e iniciar a “nova fase não desejada”, decisão à qual ela e a irmã se opuseram. O desconhecimento do novo país, as dúvidas sobre o que iriam encontrar por lá foram constantes no período de mudança, como ela nos disse em entrevista:

*[...] era uma situação realmente de ter sido arrancado de uma determinada vida e ir para um desconhecido total, porque se até hoje ninguém sabe o que é o Uruguai, imagina naquela época. Ninguém nunca tinha ouvido falar, nem do futebol [risos]. Era um lugar incógnito e muito frio, obviamente [Entrevista Flávia 01]<sup>60</sup>.*

Chegando ao novo país, e tentando aos poucos entender seus códigos e o funcionamento daquela sociedade, Flávia se deparou com outro desafio: a língua espanhola. Questionada em entrevista como se deu o processo de adaptação ao novo idioma, ela disse:

---

<sup>60</sup> É possível pensar que o grupo de exilados mais velhos soubesse o que era o Uruguai. Flávia, com 11 anos de idade, é bem possível que desconhecesse o país vizinho.

*A gente conseguiu se matricular no primeiro ano do Liceu lá, um pouco como aluna especial para só aprender a língua. A gente fez um pouco de aulas, algumas aulas de espanhol para começar a pegar. [Entrevista Flávia 01].*

O desconhecimento do país e a língua diferente parecem ter sido à primeira vista os primeiros obstáculos à adaptação ao Uruguai. Soma-se a isso o início das aulas no liceu uruguaio<sup>61</sup>, que apresentava algumas particularidades frente ao ensino brasileiro, as quais foram logo percebidas por Flávia:

*Então o choque cultural foi enorme, e isso um pouco aparecia no próprio Liceu, a gente chega lá e o Liceu é público, é misto, então meninos e meninas, obviamente, iguais, estudando juntos<sup>62</sup>. Aquela coisa da importância da escola pública, então os meninos de gravata – até hoje, os meninos de ginásio na Argentina vão à escola pública de terno, gravata. Todo mundo de uniforme, aquela coisa muito tradicional de um nível fantástico. [Entrevista Flávia 01].*

É interessante observar que não era somente pelo fato de Flávia ser brasileira que o choque existiu, mas também sua pouca idade influenciou nesta percepção. Ela chegou a Montevideú com 11 anos, era uma pré-adolescente que já havia criado algumas raízes – pelo menos aéreas, como diz – no Brasil. Essa situação parece ter sido um obstáculo, ao menos no início, para a sua adaptação no Uruguai. Com o passar dos anos, porém, percebemos que Flávia foi se integrando àquela sociedade, até sentir-se parte dela, mas isso é assunto para mais adiante.

Alguns elementos parecem ter auxiliado Flávia e outros exilados a vencer tal choque inicial. Conforme nos diz Marques, para os gaúchos provavelmente foi mais fácil esse processo de assimilação<sup>63</sup> e adaptação. Segundo a autora, a proximidade de determinadas práticas culturais – beber mate ou chimarrão, o costume da carne bovina como prato principal, por exemplo – e mesmo do clima facilitaram a sua adaptação ao exílio. Paulo, em entrevista ao *CooJornal*<sup>64</sup>, comentou um pouco sobre essa situação:

---

<sup>61</sup> O Liceu uruguaio, mesmo com o choque inicial, parece ter tido uma grande importância para Flávia e suas irmãs ao longo dos anos. Voltaremos a esse assunto adiante no texto.

<sup>62</sup> É interessante destacar esse aspecto progressista no campo dos costumes, que contrasta com o conservadorismo identificado por Flávia na sociedade uruguaia.

<sup>63</sup> Sobre a noção de assimilação, ver SPITZER (2001).

<sup>64</sup> A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojornal) foi responsável pela publicação do periódico de mesmo nome em Porto Alegre de 1975 a 1982. Segundo Jayme Mansan (2008), “a principal função ideológica do Coojornal, ao longo de sua história, foi o fortalecimento da oposição ao regime ditatorial. O Coojornal apoiou direta ou indiretamente partidos políticos e movimentos sociais de oposição, apresentando matérias críticas sobre questões nacionais e internacionais (especialmente latino americanas) de política, economia e cultura. Tratou de: ditaduras latino-americanas dos anos 1960 e 1970 e suas práticas repressivas (Brasil em especial); Operação Condor; conservadorismo de setores da Igreja Católica; greves, sindicalismo, cooperativismo e lutas dos

Nós, os gaúchos, que nos refugiamos no Uruguai e na Argentina fomos privilegiados. As mudanças não foram demasiadas, inclusive a dieta é fundamentalmente a mesma [...]: o churrasco e o chimarrão. Estar no Uruguai ou na Argentina é estar com um pé no Brasil: às 4 da tarde chegam os diários brasileiros, se escuta a Gaúcha e a Guaíba [emissoras de rádio], como se fossem locais, se vê e se fala com brasileiros de “dentro” a cada dia [...] (MARQUES, 2006, p.61 - citando: PEREIRA, Tomás. “Prato feito não!” *Coojornal*. Porto Alegre-RS. Ano IV. n.º. 38. Fevereiro de 1979).

Essa familiaridade pode ter facilitado o processo de assimilação no exílio, mas outras questões também foram importantes, como, por exemplo, a existência de uma “colônia de brasileiros” exilados no Uruguai. Como citado anteriormente, esse país foi o principal receptor dos exilados da primeira geração, e tal concentração parece ter sido um elemento positivo para os recém-chegados. Embora a receptividade da sociedade uruguaia fosse grande, em um primeiro momento percebe-se, entretanto, a preferência dos exilados em estreitar laços com os próprios brasileiros, para então, em seguida, inserirem-se de forma mais clara no novo país. Cláudia Schilling, em seu relato à historiadora Teresa Marques (2006, p. 62), comentou essa situação:

Quando chegamos lá, havia uma grande colônia de exilados brasileiros, cada um deles com sua respectiva família, e assim de repente fazíamos parte de um grande grupo de adolescentes, o que eu adorei, e conservo algumas dessas amizades até hoje. [...] Tirando o contato com os colegas no ginásio, naquela época não houve muito contato com a “sociedade uruguaia” como tal, porque na verdade meus amigos ficaram sendo os outros filhos de exilados, situação que perdurou pelo menos por uns dois anos, até que a grande maioria dos exilados começou a voltar para o Brasil ou foi para outros lugares. [...] Portanto, sempre havia laços, e embora com o tempo todos estivéssemos perfeitamente adaptados, nunca deixamos de ser “brasileiros no Uruguai”.

A narrativa de Cláudia possibilita perceber alguns pontos importantes para pensar o exílio. A existência de uma colônia de exilados é uma característica bastante presente nas situações em que um grande grupo de pessoas se vê obrigado a sair de um país e se reagrupar novamente em outro. Cora Escolar (2012, p. 3) reflete sobre essa questão e evidencia que

la pérdida de esos grupos de referencia primaria (referindo-se aos grupos existentes antes do exílio) lleva a la necesidad de reconstruirlos en el exilio, fuerza al refugiado a crear concentraciones demográficas – grupos que viven en una zona próxima. La creación de *ghettos* corresponde a la necesidad de seguridad y de preservación de la propia identidad. (grifos no original).

Além da segurança – e porque não do conforto emocional – que esse grupo proporcionava, a possibilidade de reconstrução de um ambiente próximo àquele que foi

deixado para trás expressa também a tentativa de manutenção de uma identidade. Segundo Escolar (2012, p. 2-3), o exílio seria responsável por uma ruptura da própria identidade, “una fractura emocional” que tira o indivíduo de sua cotidianidade e de suas referências. Nesse sentido, a organização da colônia brasileira pode ser pensada como uma base de apoio para a reorganização ou manutenção das identidades dos exilados. A presença de outras famílias de brasileiros, os cursos organizados para os jovens, além das novas amizades construídas permitem ponderar sobre o quão importante foi essa reunião de exilados e o quanto ela contribuiu para que as identidades perdidas com o exílio fossem refeitas no novo país, afinal, como apontou Cláudia, “nunca deixamos de ser brasileiros no Uruguai”.

Em nenhum momento queremos dizer que o exílio foi algo fácil. Pensando o mesmo como um processo de assimilação, um “*processo de adaptação e ajustamento continuum*” (SPITZER, 2001, p. 41) ao novo meio onde os exilados brasileiros foram obrigados a se inserir. O fato de ser gaúcho e a existência da colônia de brasileiros podem ter facilitado a integração de alguns (como os membros da família Schilling) ao novo espaço, mas as dificuldades não foram poucas; afinal, “sendo exilado político não havia como escapar da distância do lar, da família, de amigos, enfim da terra natal” (MARQUES, 2006, p. 68). Exemplos desses desafios foram as dificuldades econômicas e a necessidade de se conseguir emprego e dinheiro para manter a família no exílio, como ressaltam as irmãs Schilling:

A situação financeira sempre foi muito precária, porque meu pai demorou para conseguir trabalho, e tinha mulher e quatro filhas. Tínhamos um apartamento no Rio, que foi vendido, e outro em Porto Alegre, e com isso vivemos os primeiros anos. Depois meu pai começou a trabalhar colaborando com vários jornais do Uruguai e do exterior, e a situação melhorou um pouco, mas nossa vida sempre foi extremamente simples. (Entrevista Cláudia Schilling in MARQUES, 2006, p. 69).

Flávia complementa:

*E essa é uma coisa também que um amigo recentemente comentou que realmente a condição do exilado com uma família, com quatro filhos, não é? Sendo que obviamente a nossa família não é uma família de posses, a gente não tinha ingressos. [...] Então há exílios e exílios. Eu sempre comento isso. Então a gente vai, uma família de quatro pessoas mais a minha mãe. [...]*

*Você tem estratos sociais, não é igual a experiência do exílio para todos. Para alguns foi muito difícil, não é verdade? Dependendo da posição socioeconômica dos exilados, as condições de trabalho [Entrevista Flávia 01].*

Esta situação foi contornada por Paulo através de suas atividades como jornalista, primeiramente trabalhando no periódico *Marcha*<sup>65</sup> e em seguida escrevendo também para a “Prensa Latina”<sup>66</sup> - Agência de Notícias Cubana – e tirando dessas funções o sustento da família nos primeiros momentos do exílio.

Todavia, não só coisas ruins foram as marcas deixadas pelo período. Nesse sentido, gostaríamos de ressaltar um aspecto apresentado por Flávia em várias das entrevistas que concedeu, considerado positivo nessa fase de exílio: a possibilidade de estudar no Liceu uruguaio. A escola pública e mista, diferente de sua realidade no Brasil, além das diversas disciplinas que não faziam parte da grade curricular brasileira, são salientadas por ela como uma característica marcante de sua formação:

*[...] Até hoje eu agradeço, eu digo, o meu sucesso escolar, a minha cultura se deve ao ginásio... [...]. Ao liceu uruguaio, à escola pública uruguaia. Eu sempre brinco, a gente tinha literatura universal desde a... seria a segunda ou terceira série do ginásio?... talvez sexta, sétima série. E aquela coisa: a gente começava com a Ilíada, não tinha discussão. E isso me formou de uma maneira maravilhosa. Até hoje eu agradeço isso. E eu fiz literatura, a gente estudou literatura até o preparatório, que seria o colegial, então a gente tem todo um, a questão da leitura. Filosofia a gente tinha também direto desde a sétima série, filosofia mesmo. E tinha francês como língua prioritária, porque na época era isso e não o inglês. Depois tinha duas línguas, quer dizer, um nível cultural fantástico. Então essa foi realmente uma experiência muito importante para mim. [Entrevista Flávia 01]*

E isso não é sublinhado apenas por Flávia. Sua irmã Cláudia relatou a mesma sensação em entrevista à historiadora Teresa Marques: “isto [referindo-se ao estudo no Uruguai] me deu as ferramentas para ser a tradutora-intérprete que sou até hoje. Por isso sempre repito que ‘o Uruguai me deu régua e compasso’” (MARQUES, 2006, p.76).

Marchesi apresenta em seu trabalho algumas considerações sobre o ensino formal no Uruguai ao destacar a perseguição ocorrida nos ambientes educacionais após a ditadura (e mesmo antes). Tal fato sugere que esses espaços possibilitavam a divulgação de ideias e

<sup>65</sup> O *Marcha* foi um semanário uruguaio fundado em junho de 1939 e editado até 22 de novembro de 1974, momento em que foi cerceado pela ditadura. Foi um semanário político e cultural destacado do país tanto por sua linha independente como pela equipe de colaboradores, que, além de Paulo Schilling, contava com Mario Benedetti, Eduardo Galeano e outros. (Fonte: [http://es.wikipedia.org/wiki/Marcha\\_\(semanario\)](http://es.wikipedia.org/wiki/Marcha_(semanario)). Acesso: 02/04/2013).

<sup>66</sup> A Prensa Latina é uma agência de notícia cubana fundada em 1959, logo após a vitória da Revolução. Criada com o objetivo de colocar nos fluxos informativos internacionais uma visão de mundo diferente à dos monopólios midiáticos de então, a agência teve como seus principais impulsores Fidel Castro e Ernesto Che Guevara e, como seu primeiro diretor, o jornalista argentino Jorge Ricardo Masetti. (Fonte: [http://www.ecured.cu/index.php/Prensa\\_Latina](http://www.ecured.cu/index.php/Prensa_Latina). Acesso: 02/04/2013).

discussões dos mais variados tipos, o que não era bem visto pelo regime que se instalava. Nas palavras do autor:

[...] o espaço em que a perseguição à cultura foi mais claramente institucional e explícita foi a educação formal. No caso do ensino fundamental e secundário [o mesmo que Flavia havia frequentado] o processo de perseguição expressou uma radicalização daquele que tinha iniciado em administrações democráticas anteriores. Durante fevereiro de 1970 e junho de 1971, os Conselhos de Ensino Médio e Universidade do Trabalho (UTU) sofreram intervenção do Poder Executivo com o objetivo de perseguir a suposta politização e infiltração marxista que a educação pública estava sofrendo, na visão dos setores conservadores e autoritários. Neste período existiram variados casos de perseguição ideológica a estudantes e docentes de esquerda. Em 1973, o Poder Legislativo votou uma lei de educação que dava maior influência ao Poder Executivo nas decisões do sistema educativo. (MARCHESI, 2010, p. 568)

Pode-se atribuir, assim, ao Liceu uruguaio – público, misto e de qualidade em termos de formação humanística – uma importância bastante grande na trajetória de nossa personagem. Descrito por Marchesi como um ambiente politizado, é possível pensar o Liceu e o ensino nele praticado como um espaço de conscientização, como um elemento de aproximação de Flávia com o Uruguai, que permitiu a ela “sair” do grupo de exilados e politizar-se com mais autonomia.<sup>67</sup>

Na fotografia abaixo, vemos Flávia com a sua turma do Liceu em 1967. É interessante analisar a composição mista do grupo; mesmo que a maioria seja de homens (dos 25 alunos apenas sete são meninas), a presença feminina é representativa para um período em que muitos dos colégios, como no Brasil, eram ainda exclusivos para apenas um sexo. Além disso, os uniformes bastante formais chamam a atenção. As meninas todas de saia (diferença destacada por Flávia, que já costumava usar calças compridas no Brasil) e os meninos de terno, camisa e gravata deixam transparecer um ar de importância e formalidade atribuído ao ambiente escolar. A vestimenta do professor – de óculos na primeira fila – também reforça esse clima sério e profissional. Marcas daquilo que, segundo Carlos Demasi (1995, p. 29), satisfazia aos uruguaiois: “el nivel de difusión y la calidad de la educación básica”.

---

<sup>67</sup> Voltaremos à questão do ensino no Uruguai no próximo capítulo. Parte importante da aproximação de Flávia com o novo país, o Liceu e posteriormente o Instituto Alfredo Vásquez Azevedo ainda teriam um papel relevante no processo de sua inserção na militância política.



Flávia (sentada – 2ª da direita para esquerda) com a turma do Liceu em 1967.  
Acervo pessoal de Flávia Schilling.

\* \* \* \*

Ao longo deste capítulo foi possível conhecer os primeiros anos da vida de Flávia, a sua relação com a trajetória do pai e o seu exílio no Uruguai. Constatou-se que, por mais que Paulo tenha tido uma forte influência nos percursos de nossa biografada, não se pode atribuir a ele a “responsabilidade” pelos caminhos escolhidos pela filha para construir-se como sujeito.

O exílio pode ser visto também como outro elemento que a influenciou profundamente. Pensando-o como um espaço para a criação de projetos – mesmo que a elaboração de novos projetos tenha ficado primeiramente de lado e a proposta inicial tenha se resumido ao retorno ao Brasil – é possível perceber que, aos poucos, a família Schilling “chegou” definitivamente ao novo país. O Uruguai tornou-se então o campo de possibilidades presente e possível, e nele Flávia deu início à formulação e implementação de seus projetos mais pessoais, distinguindo-se, de certa maneira, do projeto familiar coletivo.

Mas como se deu a construção “do indivíduo Flávia” a partir da “chegada” definitiva ao Uruguai? Qual a relação entre os seus projetos e os da chamada “geração 68”? Que papel pode ser atribuído ao exílio nessas tomadas de decisões? Para responder a essas questões é preciso voltar a 1968 e entender como e quando Flávia se apaixonou pelo Uruguai.

## CAPÍTULO 02

### **Da fase não desejada à paixão pelo Uruguai: a militância política no campo de possibilidades de Flávia**

Ao longo do primeiro capítulo foi possível entender a chegada de Flávia ao Uruguai. A necessidade do exílio da sua família e as dificuldades dos primeiros anos no Estado vizinho a posicionaram em um “entre lugares”, isto é, na situação de não pertencer completamente a nenhum país. Flávia era uma brasileira no Uruguai, exilada, estrangeira e com costumes diferentes da população local. Quando viajava ao Brasil, por mais que aqui tivesse nascido e passado alguns anos de sua vida, não era uma adolescente comum, e sim uma brasileira que morava no Uruguai. Chegou um momento, entretanto, que essa realidade pareceu se transformar. Flávia se inseriu na sociedade uruguaia e, com isso, permitiu-se abrir um novo campo de possibilidades, no qual o projeto da militância se tornava possível.

Pretende-se nas páginas que seguem entender como se deu a opção de Flávia pela militância. É preciso evidenciar, contudo, e mais uma vez, que aproximar tal escolha simplesmente com o momento vivido e com a militância de seu pai, ou seja, considerar que, por ter experimentado certos conflitos políticos dentro de casa, suas escolhas futuras já estavam predestinadas, parece simplista. Partimos do princípio de que Flávia não nasceu militante nem estava fadada a militar; as suas escolhas, que certamente passaram por inúmeras reflexões, hesitações, incertezas e acasos, e a construção de seus projetos tiveram como base os campos de possibilidades que lhe foram abertos com o exílio no Uruguai, ou seja, a realidade vivida por ela e sua família naquele momento e local. Pretendemos questionar, assim, a ideia de um plano organizado e pré-determinado para a sua trajetória e entender como se deu a construção do indivíduo Flávia a partir da “chegada” definitiva naquele país.

De que modo a trajetória de seu pai influenciou nas suas decisões? Como o ambiente político, econômico, social e cultural uruguaio contribuiu para suas escolhas? De que maneira é possível pensar a sua militância política como um projeto ao mesmo tempo individual e coletivo, e como parte da sua construção como sujeito? Como pensar o período de sua clandestinidade? Quais as suas memórias sobre todo esse processo? Estas são algumas das questões que pretendemos responder nas páginas que seguem. Busca-se, enfim, repensar as escolhas de Flávia e quais os fatores que interferiram direta e indiretamente na formulação de seus projetos, evidenciando as suas próprias opções diante dos campos de possibilidades a ela

apresentados. O capítulo estende-se, em termos cronológicos, até o ano de 1972, momento em que ela acabou presa pelo governo uruguaio.

## **2.1 “Eu me apaixonei pelo Uruguai”: O fim da ilusão [ou o “fim” do exílio] e o início da militância**

*E em algum momento eu me apaixono pelo Uruguai. (risos) Acho que aquele desgosto é superado e uma paixão se produz de alguma maneira. Inclusive talvez para escapar um pouco daquela situação de “vamos voltar já”, eu já sabia que não iríamos “voltar já”; e se precisa ter raízes em algum lugar, então a gente se entrega ao lugar onde se está e decide: “não, eu gosto deste lugar”. Então eu também me apaixono por esse lugar, e eu creio que me apaixono em torno de [19]68. [Entrevista Flávia 01].*

O trecho acima permite perceber um momento marcante na vida de nossa personagem, o qual, de certa forma, assinala o início de uma transformação em seu cotidiano. Ao longo do primeiro capítulo visualizamos Flávia como uma exilada, na espera do retorno ao Brasil. Entretanto, como é possível notar a partir de suas memórias, há um momento em que essa situação se modifica, abrindo-se caminho a outro horizonte. O Uruguai deixa de ser um local de espera e passa a ser visto como um novo campo de possibilidades, de atuação. Flávia parece ter encontrado motivos para criar raízes no país vizinho. Mas como é possível entender esse processo?

Questionada sobre isso, Flávia comentou:

*Tem muito a ver (com) estar lá, no Instituto Alfredo Vasquez Acevedo, que era o ensino médio preparatório, eu fazia o preparatório pra Medicina, em que você já era tratado como adulto<sup>68</sup>. Então era a primeira vez que não tinha uniforme, as pessoas fumavam em sala de aula e tinha aquela coisa que eu te contei, de uma pichação na sala de aula que dizia: “A virgindade produz câncer, vacina-te”, feita pelos meninos, óbvio. Então havia um espírito muito interessante e era muito bom o ensino, você tinha muita liberdade, ao mesmo tempo você tinha exames difíceis no final do ano e, claro, o movimento acontecendo. [Entrevista Flávia 03].*

Flávia parece ter encontrado no IAVA<sup>69</sup> um ambiente propício para se vincular ao Uruguai. A realidade da nova escola, as liberdades nela vigentes, o contato com outras

<sup>68</sup> Neste período, o acesso à universidade em Montevideu era universal e gratuito, sem a necessidade de exames para o ingresso. Era preciso, entretanto, dois anos de "preparatório" e somente após ser aprovado nessa etapa entrasse definitivamente no ensino superior. Entrevista de Flávia ao autor – Porto Alegre, abril de 2013. Doravante “Entrevista Flávia 03”.

<sup>69</sup> Segundo o site do Instituto, o IAVA foi inaugurado “em 1911, como ‘Sección de Enseñanza Secundaria y

peessoas parecem ter propiciado essa sensação de que chegara a hora de adotar o seu novo país. E com Montevidéu como horizonte o projeto da militância política começava a tomar forma. Como nos disse Flávia:

*Não há, não é uma questão ideológica muito clara, tá? Há uma coisa muito ligada exatamente à recusa, talvez, de exílio, de ser de lugar nenhum. Então tanto a integração no movimento estudantil, como no movimento tupamaro, que é um pouco uma decorrência, era uma porta de entrada. [...] De alguma maneira representava o fim de uma história brasileira, que eu acho que pra nós era muito pesada. Era um fim de ficar pendente de acabar a ditadura para voltar. Era um fim de não ser de lugar nenhum.*

[...]

*[...] uma recusa em ser aquela que espera voltar. Era uma aceitação de uma integração, de uma constituição de uma raiz. Eu acho que, estou te falando que tem menos a ver com uma questão de escolha ideológica, apesar de ser um movimento, isso tava um pouco imprevisto. Era uma vontade de mudança, uma vontade de igualdade, uma vontade de, enfim, de transformações. Não era algo tão ideológico [...].<sup>70</sup>[Entrevista Flávia 03].*

A opção pela militância, no caso de Flávia, pode ser vista, portanto, como uma forma de inserção na sociedade uruguaia, uma busca de espaço que “de alguma maneira representava o fim de uma história brasileira”, “um fim de não ser de lugar nenhum”, a “aceitação de uma integração, de uma constituição de uma raiz”. A militância era, enfim, a porta de entrada para algum lugar desejado, uma forma de sair da sua realidade de exilada, de “fora do lugar”, e de encarar algo novo, diferente. Neste processo, a questão ideológica parece ter ficado em segundo plano, ao menos segundo suas memórias atuais. Porém, a escolha de Flávia certamente não foi isolada. Outros jovens, naquele momento, também visualizaram na atividade política o vetor para transformar as suas vidas<sup>71</sup>. É preciso, assim, entender o porquê da militância política ter sido o caminho escolhido por eles (e por ela). Por que tal forma de atuação estava em voga naquele contexto histórico? Para responder a essa pergunta torna-se necessário ampliar a nossa escala de observação por alguns momentos, a fim de visualizarmos

---

Preparatoria’ de la Universidad. También se inauguró el propio edificio de la universidad. Todo ello en medio de importantes ceremonias y grandilocuentes discursos, con una gran expresión de orgullo nacional, en el marco de un país en crecimiento. [...] Hacia 1935, se separa la enseñanza secundaria de la Universidad, pero el ‘Vásquez’ siguió realizando su tarea formadora de jóvenes. Por la década de 1940 ya era solo ‘preparatorios’, el único público de todo el país, y llegó en esas funciones a tener un enorme prestigio hasta la dictadura”. Disponível em <http://iava.edu.uy/historia.htm>, acesso em 27/12/13.

<sup>70</sup> A alegada falta de uma perspectiva ideológica na escolha de nossa personagem pela militância política será analisada adiante neste capítulo.

<sup>71</sup> Um exemplo nesse sentido, no caso do Brasil, é a trajetória de Maria Regina Pilla. Para mais ver: SCHMIDT, B.B.; DI LACCIO, C. J.; SILVA, D. S., (2013).

o Uruguai e o mundo de maneira mais ampla, no sentido de examinar o significado do famoso e agitado ano de 1968, para daí sim tentarmos explicar as escolhas de nossa personagem.

## 2.2 A militância como “projeto”: ideais e escolhas de uma “nova geração”

*E em [19]68 eu sou muito jovem ainda, ainda estou no ginásio [...]. E há obviamente uma agitação em Montevideú, a coisa é, eu diria assim, é Europa, é México, é Argentina, é Uruguai, é Brasil. Hoje ficam falando do Orkut, das redes sociais e do Twitter, imagina, não tinha nada disso, e de alguma maneira [19]68 pega. [Entrevista Flávia 01].*

“1968 pega”: a expressão utilizada por Flávia não poderia expressar melhor o impacto que se atribui a este ano no desenrolar dos acontecimentos históricos ao redor do mundo: “Mil novecentos e sessenta e oito foi o ano síntese da explosão de múltiplos acontecimentos mundo afora que tiveram, no seu epicentro, a participação dos estudantes” (PADRÓS, 2003, p. 09). Foi o resultado da integração de inúmeros eventos que, de uma forma ou de outra, desorganizaram e tencionaram o espaço social, político e cultural mundial.

Conforme expõe Hobsbawm (2008, p. 292-293):

[...] se houve um momento [...] que correspondeu ao levante mundial simultâneo com que os revolucionários sonhavam após 1917, foi sem dúvida 1968, quando estudantes se rebelaram desde os EUA e o México, no Ocidente, até a Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia, socialistas, em grande parte estimulados pela irrupção de maio de 1968 em Paris, epicentro de um levante estudantil continental.

1968 foi, pois, um tempo de contestação. Ainda segundo Hobsbawm (2008, p. 295), “não surpreende de modo algum que a década de 1960 se tenha tornado a década da agitação estudantil *par excellence*”. Nas palavras do autor,

Em 1968-9, uma onda varreu os três mundos, ou grande parte deles, levada essencialmente pela nova força social dos estudantes, cujos números se contavam agora às centenas de milhares mesmo em países ocidentais de tamanho médio, e logo se contariam aos milhões. Além disso, seus números eram reforçados por três características políticas que multiplicavam sua eficácia política. Eram facilmente mobilizados nas enormes usinas de conhecimento que os continham, deixando-os ao mesmo tempo mais livres que os operários em fábricas gigantescas. Eram encontrados em geral nas capitais, sob os olhos dos políticos e das câmeras dos meios de comunicação. E, sendo membros das classes educadas, muitas vezes filhos da classe média estabelecida, e – quase em toda parte, mas sobretudo no Terceiro Mundo – base de recrutamento para a elite dominante de suas sociedades, não eram tão fáceis de metralhar quanto as classes mais baixas. (HOBSBAWM, 2008, p. 431)

Mesmo levando-se em conta essa efervescência em escala mundial, e sem desconsiderar o seu impacto nas sociedades ocidentais, é interessante observar o que diz Maria Paula Araujo (2008) a respeito do embate entre a história e a memória de 1968 e a mistificação que se constrói sobre a data. Para a autora, “1968” é muitas vezes apresentado como “um ano mítico, carregado de significados que remetem às noções de juventude, rebeldia, movimentos estudantis”, o que o leva a ser pensado como um “evento em si, um personagem, uma entidade”. É preciso evidenciar, entretanto, ainda de acordo com Araujo, que “quando se fala em ‘68’ fala-se de eventos muito diferentes entre si, como se eles tivessem um significado único. As diferenças são apontadas, mas minimizadas. O que importa não são as diferenças, mas as semelhanças”. (ARAUJO, 2008, p.102-104).

A partir dessas considerações, é preciso evidenciar que para a América Latina esse movimento não ficou “fechado” no ano de 1968. O “espírito” de sessenta e oito<sup>72</sup> manifestou-se de forma diversa, em recortes cronológicos diferentes e com intensidades distintas. Conforme expõe Padrós (2003, p. 12), o 68 latino-americano ocorreu durante toda a década de sessenta, e provavelmente dura até 1973, ano dos golpes militares no Chile e no Uruguai. E diz ainda:

o subcontinente teve movimentos próprios, autônomos, com lógicas explicativas nacionais e conectados, de forma geral, com as reivindicações universais daquela onda. A crítica global ao imperialismo, ao colonialismo, ao racismo, à exploração e à desumanização da civilização esteve acompanhada de elementos particulares e concretos nas diversas realidades nacionais (PADRÓS; FERNANDES, 2009, p.29).

No caso do Uruguai, 1968 pode ser visto como um momento marcante na escalada rumo ao regime autoritário. Como aponta Souza (2003, p. 71), “entre os anos de 68 e 71, houve um deslizamento das formas políticas democráticas para a ditadura”. Segundo Padrós e Fernandes (2009), o 68 uruguaio iniciou, de certa forma, com a morte do presidente Oscar Gestido, em dezembro de 1967, e sua substituição pelo vice-presidente Jorge Pacheco Areco, governo marcado, desde o começo, pelo autoritarismo.<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> Quando falamos do “espírito de 68” partimos das ideias de Araujo (2008). Para a autora, “o ‘espírito de 68’ é uma construção da memória, de certa memória sobre a época, que procura galvanizar numa imagem única, com um sentido e um conteúdo único, uma série de eventos, posturas, propostas e posições com conteúdos e sentidos muito diversos entre si. Esta operação – que apaga as diferenças e reforça as semelhanças entre os eventos – tem como resultado a construção quase mítica de um ano símbolo das utopias revolucionárias do séc. XX”. (ARAUJO, 2008, p. 113).

<sup>73</sup> É importante entender que, além disso, conforme veremos logo a seguir, a década de 1960 marcou o aprofundamento de uma crise estrutural que atingiu as bases das políticas de bem-estar social uruguaias: “A pauperização da população, o arrocho salarial e a deterioração dos serviços sociais estatais intensificaram um descontentamento que passou a se expressar em constantes mobilizações sociais dos mais diversos matizes”,

O Uruguai do pós Segunda Guerra Mundial, conforme expõe Padrós (2005, p. 256), era uma sociedade caracterizada pela presença do Estado, o qual sustentava uma proposta de bem-estar social que, em termos latino-americanos, sem dúvida ficava acima da média. Além disso, de acordo com Villalobos (2006, p. 52),

[...] o Uruguai apresentava todos os requisitos exigidos para ser considerado uma democracia no sentido ocidental da palavra. Havia eleições livres regularmente, todos os partidos estavam autorizados a funcionar, não existia censura à imprensa e os direitos legais eram respeitados.

Este quadro vai mudar no final da década de 50 e início da de 1960. Nesse período começa a desenhar-se “uma crise de ordem estrutural que produziu desdobramentos intensos e profundos” (PADRÓS, 2005, p. 256) naquele país.

Conforme aponta Padrós (2005, p. 261), a estagnação econômica dos anos 60 inviabilizou a permanência da conciliação social construída a partir do legado do Estado de “bem-estar” batllista. A deterioração dos padrões distributivos expôs um embate social latente. Some-se a isso um conflito a partir das reivindicações dos trabalhadores das plantações de açúcar, trazendo à tona um “inédito e organizado movimento de trabalhadores do campo” (PADRÓS, 2005, p. 261).

Nas cidades a situação não era diferente. Conforme expõe Markarian (2012, p. 21),

mientras el sistema político tradicional trataba de reaccionar, un abanico de nuevos actores se organizó para responder. [...], los sindicatos se embarcaron en un largo proceso de unificación en una central única; el movimiento estudiantil se radicalizó y se unió a los trabajadores en sus reclamos y movilizaciones; los viejos partidos de izquierda reconsideraron sus posiciones y nuevos grupos fueron creados para hacer frente a la crisis y promover el cambio por medios diferentes.<sup>74</sup>

Por fim, é preciso ressaltar ainda uma característica do panorama geral dos anos 60 no Uruguai que diz respeito, segundo Padrós (2005, p. 264), ao resultado de duas ordens de combinações:

uma interna, de tensões e contradições resultantes do esgotamento econômico pela dependência estrutural do mercado mundial, da incapacidade política das velhas elites para encontrar soluções à crise e do protagonismo crescente de atores sociais em processo de pauperização acentuada; outra, na vinculação desses fatores internos com uma série de

---

levando o governo Pacheco Areco a utilizar-se da violência como principal instrumento de ação política (PADRÓS; FERNANDES, 2009, p. 30-31).

<sup>74</sup> Conforme expõe Padrós (2005, p. 262), foi neste contexto que os trabalhadores fundaram, em 1964, a Convención Nacional de Trabajadores (CNT), qualificada estrutura de organização e de superação da anterior atomização do movimento operário, o que atraiu inclusive a participação de estratos médios da população, até então distantes dos setores populares.

fatores e questões externas que realimentaram a dinâmica interna (a Revolução Cubana, a Guerra libertadora do Vietnã, a guerrilha de Che Guevara, o Maio Francês, etc.). Isso gerou um efervescente cenário que marcou a geração da crise, multifacetada quanto ao campo de atuação, mas coincidente em questões de fundo.

A crise econômica, somada ao fechamento político<sup>75</sup>, levou parte da população uruguaia a se manifestar politicamente. Lia Maciel, companheira de prisão de Flávia, ambas integrantes dessa “geração da crise”, quando perguntada sobre a situação uruguaia na década de 1960, comentou:

Há uma situação de crítica do ponto de vista econômico do país e do ponto de vista das liberdades políticas, sumamente restringidas. Governava-se com medidas prontas de segurança<sup>76</sup> permanentes; então digamos que do ponto de vista dos protestos a sociedade uruguaia estava muito organizada, havia uma central única de trabalhadores, havia uma central única de estudantes universitários, outra de estudantes secundaristas, que por isso, nessa situação, gerava um permanente estado disso que tu viu hoje [cheguei ao Uruguai em um dia de “Paro”, uma paralisação de inúmeros setores da sociedade que tomou as principais ruas de Montevidéu], isto era permanente. Três anos assim, quatro anos, paralisação, repressão, cárcere<sup>77</sup>.

Questionada se isso tudo representava o ano de 1968, Lia disse:

[19]67, [19]68, [19]69, [19]70, [19]71, todos esses anos. Foi crescendo. Mas começou em [19]67 a parte dos protestos, da pressão popular e a parte da repressão. E, “bueno”, a censura de imprensa, dos semanários, fechava um, abriam outro, fechava, abriam outro<sup>78</sup>. Estes anos foram assim, de uma situação onde não havia a possibilidade de expressar-se, menos ainda de organizar-se ou tentar uma participação na vida política legal. Não havia onde, salvo a nível gremial, que tinha essas conseqüências. [...]. Surge como alternativa ingressar nos movimentos clandestinos, como o MLN [...].<sup>79</sup>

<sup>75</sup> A situação piorou ainda mais quando, em dezembro de 1967, nove meses após o início do seu mandato, faleceu o então presidente da República, vítima de um infarto; a condução do país, em momento tão incerto, acabou, conforme já referimos, nas mãos do vice-presidente Jorge Pacheco Areco. A mudança de comando político implicou inflexões autoritárias bem concretas, mas não alterações na orientação econômica (PADRÓS, 2005, p. 271).

<sup>76</sup> Uma das características do governo de Pacheco Areco foi a banalização e a utilização indiscriminada das *medidas prontas de seguridad* (dispositivos constitucionais de exceção). Tais medidas acentuaram o clima de insegurança geral e aceleraram o processo de radicalização e confronto no interior da sociedade (PADRÓS; FERNANDES, 2009, p. 31). Conforme aponta Villalobos (2006, p. 58), “entre junho de 1968, [...], e 1971, ele [Pacheco Areco] só abriu mão desse recurso por três meses”, foram, no total, 83 *medidas de pronta seguridad* em seu governo.

<sup>77</sup> Entrevista de Lia Maciel ao autor – Montevidéu, julho de 2013. Entrevista realizada em espanhol e transcrita em português.

<sup>78</sup> Sobre a censura no período ver PADRÓS (2005) e VILLALOBOS (2006).

<sup>79</sup> Entrevista Lia Maciel, op. cit.

É interessante observar no depoimento de Lia a forma como o Uruguai vai entrando no “espírito de 1968”. Um processo de fechamento político, aumento das *medidas prontas de seguridad (MPs)*, escalada rumo à ditadura, crise econômica, tudo isso se misturando a grandes manifestações populares, pois grupos de trabalhadores, estudantes e militantes estavam frequentemente reivindicando nas ruas. Um cenário propício a almejar e vislumbrar mudanças e transformações, que de certa forma motivou Lia, Flávia e tantos outros jovens naquele momento<sup>80</sup>.

A atuação do movimento estudantil uruguaio é muito marcante nos anos 1960. Conforme explicam Padrós e Fernandes (2009, p. 35), a mobilização dos estudantes daquele país vinha numa progressão crescente desde o início da década, e inegavelmente o 68 estudantil no Uruguai foi indissociável da dinâmica que explodiu em todo o mundo e que gerou um acentuado protagonismo deste setor. Segundo os autores,

O movimento estudantil vinha questionando, há tempo, a política econômica do governo, a crise estrutural e o uso das MPs. As mobilizações de 1968 iniciaram-se com duas questões pontuais: o aumento da passagem escolar e a discussão do orçamento da Universidad de la República (pública). Entretanto, a dinâmica do movimento ampliou o leque de reivindicações, assumindo a rejeição das MPs, o repúdio ao congelamento salarial, o protesto contra a invasão policial nos *campi* universitários e, finalmente, o confronto com o governo quando este tentou destituir as autoridades universitárias. Tudo isso se retroalimentou com os desdobramentos dos acontecimentos que varriam a França, o Brasil, a Argentina, o México, a Tchecoslováquia, os EUA, etc. (PADRÓS; FERNANDES, 2009, p. 36).

Com este panorama aqui brevemente esboçado, que circunscreve um campo de possibilidades e limites, é possível voltar a nossa personagem. Flávia, em artigo publicado em 1998, escreveu:

Los temas de la década estaban en mi repertorio: Cuba, revolución, imperialismo, luchas populares, Vietnam, Praga, dictadura. Convivían en mi cotidiano los Beatles [...] y Che Guevara. [...] Pienso, con referencia al hoy, que lo que caracterizaba el 68 era la imposibilidad de elegir una preocupación o punto de vista dominante. Las dos consignas, mudar la vida y cambiar la sociedad, se unían profundamente. Entonces, el pelo, relaciones amorosas, militancia política, música, tendían a apoyarse mutuamente, formando un intrincado sistema. Las decisiones eran hechas de emoción y pasión, construcción de identidades estéticas y éticas. La belleza, el cuerpo, convivían con el discurso libertario en el plano político. [...] una diferencia con el hoy es precisamente ésta: los signos parciales de la contestación no se encontraban fragmentados, capturados por el mercado (todavía). [...] Había una sensación de estar “galopando el caballo blanco de la historia” y había

<sup>80</sup> Os dados referentes a 1968 são bem demonstrativos da inconformidade dos setores populares e do seu grau de ativação política e mobilização. Nesse ano ocorreram 134 greves em empresas e instituições estatais; 130 em empresas privadas; 56 em instituições de ensino; 446 paralisações e ocupações de fábricas; 220 manifestações estudantis; 40 ocupações de faculdades; etc. (PADRÓS, 2005, p. 278 e 279)

aquella impresión muy propia de la juventud de invencibilidad, de fuerza, de empuje. [...] es importante insistir en la identidad colectiva (mundial, incluso) que se crea en la época y rompe con la soledad (tan profunda en la adolescencia), la de la juventud.<sup>81</sup>

As memórias de Flávia sobre “68” parecem ir ao encontro daquilo que ficou consolidado como marcas do período: o ano das revoluções, utopias, transformações, da força da juventude. É interessante observar, nesse sentido, o que expõe Araujo (2008) sobre essa lembrança. Segundo a autora, o olhar que as pessoas que viveram “68”, e aqui incluímos nossa personagem, lançam sobre o ano é, também, o olhar que dirigem sobre sua juventude. Em suas palavras: “De certa forma para toda uma geração [...] o ano de 1968 tornou-se a metáfora de suas juventudes. Talvez até mais do que a metáfora: o melhor momento e a melhor representação de suas juventudes” (ARAUJO, 2008, p. 107).

Nossa personagem viveu e sentiu, e introjetou como parte de sua identidade, os ares de 1968. Era uma estudante enquanto estes fatos aconteciam. As transformações, mudanças e ensejos de revolução eram parte do seu dia-a-dia. A militância e o engajamento abriam-se como vias legítimas em seu campo de possibilidades. Colegas e amigos começavam a organizar seus projetos a partir dessa realidade, atribuindo ao grupo geracional a ideia da juventude invencível que “galopava o cavalo branco da história”.

Nesse processo, é preciso novamente refletir sobre a importância do IAVA em tal contexto. Conforme contou Lia, o Instituto – onde ela e Flávia estudaram<sup>82</sup> – era “el centro” da militância estudantil, muito organizado e atuante.<sup>83</sup> E foi neste ambiente que Flávia iniciou o seu envolvimento com o movimento estudantil:

*E claro, eu entrei no movimento estudantil em 69, então já um pouco tardiamente, mas lembra, não é um período cronológico... é um tempo em que isso tá acontecendo. Tem muito a ver [com] estar lá, no Instituto Alfredo Vasquez Acevedo [...]. [...] E o movimento ele acontece muito por uma identificação juvenil. Acho que é uma das primeiras expressões, a questão da emergência da questão da juventude e do movimento juvenil. Ela é realmente*

<sup>81</sup> SCHILLING, Flávia. La adolescencia sin soledad. *Cotidiano Mujer*. Montevideo: III Época, n. 28, p. 5, ago./nov. 1998.

<sup>82</sup> Lia nos contou como conheceu Flávia: “Nós duas fomos ao mesmo centro de estudos, não nos conhecíamos, mas fomos ao mesmo lugar e ingressamos no mesmo lugar na militância. Mas sem se conhecer, nós vamos nos conhecer depois [no período em que fomos reféns]. Porque, inclusive, ela é menor do que [eu], um ano menor do que eu e por isso estávamos em diferentes classes” (Entrevista ao autor – Montevideu – Julho 2013).

<sup>83</sup> Lia contou um episódio interessante sobre a força dos estudantes nesse período; segundo ela, “no instituto, os estudantes estavam muito organizados e com uma atitude muito militante, a ponto que conseguimos expulsar o diretor porque comprovamos corrupção. Conseguimos, com os protestos, conseguimos que o tirassem. Para nós uma vitória. Jovens, apaixonados. Foi uma vitória a retirada do diretor corrupto”. Entrevista ao Autor – Montevideu, julho 2013.

*mundial, pelo menos nessa parte do Ocidente, e ela é muito entusiasmante.* [Entrevista Flávia 03].

É interessante perceber na fala de nossa personagem as referências à “identificação jovem”, à emergência da questão da juventude e do movimento juvenil. Não era apenas Flávia que sentia isso. Tratava-se de uma questão maior, que fugia ao indivíduo e abarcava todo um grupo. Essa emergência do tema da juventude deve ser percebida, enfim, como uma questão social e histórica. Segundo Hobsbawm (2008), o crescimento de ocupações que exigiam educação secundária e superior levou muitas famílias a colocarem seus filhos nesses níveis de ensino, acreditando na possibilidade de que eles, através dos estudos, pudessem conseguir uma renda melhor e um status social superior. E foram essas massas de rapazes e moças e seus professores que constituíram um novo fator na cultura e na política.

Ainda para o historiador britânico (2008, p. 295-296), os estudantes ficavam em uma posição meio incômoda em relação ao resto da sociedade. Ao contrário de outras classes e agrupamentos sociais mais velhos e estabelecidos, eles não tinham, nela, um lugar determinado, nem um padrão de relações. Os jovens sentiam que tudo podia ser diferente e melhor, mesmo não sabendo exatamente como.

Concretizando essa interpretação mais ampla, pode-se citar o exemplo do depoimento de Cristina Castanera, militante do MLN e companheira de prisão de Flávia, a respeito do que era essa juventude:

Bem, era outra realidade, outra cabeça, outra maneira de se portar frente à sociedade. Os jovens hoje, ainda que tenham jovens que queiram mudar a sociedade, como éramos nós, os jovens hoje não se atrevem a questionar o poder, o poder mesmo. [...] Os jovens de hoje buscam saídas individuais de oposição ao sistema. Para nós, a única saída real que havia era derrubar o sistema. Nós nem duvidávamos se era possível, não duvidávamos. Podíamos ter distintas opiniões de como fazer, mas tínhamos o convencimento de que íamos derrubar o sistema. [...]. Todos pensávamos que era possível.<sup>84</sup>

É neste cenário que Flávia começa a ter as suas primeiras experiências de participação política. Episódio marcante em tal processo, e paradigmático como ela assinalou, relaciona-se à invasão soviética em Praga e as manifestações que aconteceram no Uruguai relacionadas ao fato:

---

<sup>84</sup> Entrevista de Cristina Castanera ao autor – Montevideu, julho 2013. Entrevista realizada em espanhol e transcrita em português. É interessante perceber na fala de Cristina a homogeneização construída por ela quando se refere aos jovens de sua época, uma idealização por contraste ao tempo presente.

*Uma questão que eu sempre comento que é para mim o momento mais paradigmático disso foi uma vez... Bom, uma das questões que se vive nessa época é a Primavera de Praga e a invasão soviética reprimindo a Primavera de Praga. Isso é pouquíssimo lembrado aqui e foi muito interessante porque no ginásio... Eu estudava no ginásio, no Liceu Suarez que fica no Boulevard España quase em frente à Embaixada Soviética. Aí eu me lembro de a gente ter uma enorme discussão no ginásio, se perguntando se iríamos ou não manifestar contra a invasão da União Soviética. Porque na época, se você se manifestava contra a União Soviética, você era a favor dos Estados Unidos e, portanto, capitalista. Então era um pouco a coisa antagônica. E eu me lembro que foi uma discussão imensa, porque ao mesmo tempo a gente apoiava a luta, e era uma luta jovem, também por liberdade, etc. E se decidi ir manifestar. Eu digo [que] isso é ótimo, porque é muito paradigmática essa história, porque é um pouco o momento em que talvez as grandes contradições, de socialismo/comunismo X capitalismo, a coisa da Guerra Fria, começa de alguma maneira já a se transformar, por conta de outras lutas que emergem, no caso as lutas juvenis, as lutas por liberdade, enfim.*

[...]

*Mas eu me orgulho muito que nós fomos manifestar contra a invasão da União Soviética e a favor dos jovens tchecos. Então essas são algumas situações que mostram um pouco o clima reinante. [Entrevista Flávia 01].*

O protesto contra a URSS expressa o clima de agitação vivido por aqueles jovens. O engajamento atribuído a eles era por um mundo considerado melhor, por transformações em todos os planos da vida social, por relações mais solidárias. Criticar a União Soviética em meio à guerra fria podia significar, como disse Flávia, apoiar os EUA; entretanto, a agitação era tanta que os estudantes foram lá e se manifestaram, mostrando que não estavam dispostos a se enquadrar no binarismo da época. O momento permitia (e estimulava) os protestos. Era o “clima reinante” de que nos fala Flávia, Lia e Cristina.

Isso tudo nos leva a supor que as escolhas e decisões tomadas por aqueles jovens foram fruto de uma conjuntura, de um momento, de uma geração. Mas será possível pensar efetivamente em uma “geração 68”? Ou, ao menos, em uma “geração 68” de jovens uruguaios? Seria o sentimento de pertencimento a este grupo que levou Flávia a ingressar no FER e na militância política?

O uso da noção de geração motiva debates entre os historiadores. Conforme expõe Abreu (1997, p. 183),

[...] os estudos sobre geração têm mostrado disparidades e contradições, e que um grupo geracional apresenta um grande número de fatores

heterogêneos em sua formação, o que provoca muitas objeções ao uso da própria noção. [...]. Apesar dessas restrições, a noção de geração tem permitido análises ricas sobre as subculturas dos jovens, seus modos de vida, suas modificações de valores, sua organização e projeto.

Parece-nos proveitoso, não obstante as ambiguidades próprias à categoria, levá-la em consideração para entender o campo de possibilidades de nossa personagem. Partimos do princípio de que uma geração é um “conjunto de pessoas [...] que compartilhou experiências, ideias, valores, uma certa visão de mundo, enfim, viveu uma mesma conjuntura histórica e teve um mesmo projeto [...]” (ABREU, 1997, p. 182). Mas é preciso ir além.

Wilhelm Dilthey<sup>85</sup> defende que

aqueles que receberam as mesmas impressões durante seus anos de formação constituem uma geração. Nesse sentido, uma geração consiste em um círculo fechado de indivíduos que formam uma unidade holística por meio de sua dependência em relação aos mesmos eventos e mudanças históricas por eles experimentadas durante seus anos de formação a despeito de outras diferenças.

Até que ponto é possível pensar em uma identidade geracional relativamente homogênea? Como delimitar uma geração? Schmidt (1998, p. 9-10), nesse sentido, argumenta, incorporando as ideias de Thompson sobre a formação de classe, que a noção de geração

não é uma coisa, mas o resultado de um processo ao longo do qual um certo número de pessoas se comporta de maneira geracional. Este comportamento tem por base certos eventos comuns experimentados que, para além das diferenças individuais, são incorporados como referências nas práticas e representações de um grupo.

Abreu (1997, p. 183-184), utilizando-se das ideias de Karl Mannheim, evidencia que “uma geração se distingue não apenas pela contemporaneidade cronológica, mas pelo fato de viver os mesmos acontecimentos e experiências, o que cria e reforça entre seus membros laços de solidariedade, amizade e dependência”. Essa relação e vivência conjunta “gera uma forma comum de estratificação da consciência, e por isso, os indivíduos de uma mesma geração se reconhecem dentro dos mesmos códigos e das mesmas práticas políticas, sociais e culturais”.

Valendo-nos destas interpretações, parece-nos plausível pensar a militância de parte dos jovens nos anos 60<sup>86</sup>, e isso inclui a nossa personagem, no âmbito de uma geração, de um

<sup>85</sup> JAEGER, Hans. Generations in History: reflections on a controversial concept. IN: *History and Theory: studies on the philosophy of History*, v. XXIV, nº 3, 1985. p. 276, apud. SCHMIDT, Benito. *O(s) uso(s) da noção de geração na história social*. Texto inédito, 1994.

<sup>86</sup> É interessante perceber que não foram todos os jovens que se engajaram na militância política (fato

grupo etário engajado em um mesmo caminho. Desconsiderar tal questão pode ser, parecidos, problemático para a análise. Afinal, é preciso, conforme expõe Abreu (1997, p. 190-191), perceber que “a construção de projetos dos atores sociais que aderiram à luta armada foi sendo elaborada ao mesmo tempo em que determinadas condições da realidade social se redefiniam”. Isto é, “os jovens [...] construíram suas trajetórias de vida a partir de um campo de possibilidades em que se entrecruzavam tanto o seu projeto individual como o projeto coletivo”.

E é nesse sentido que nos parece relevante pensar em termos de geração, na tentativa de visualizar o indivíduo no interior de um certo grupo, de perceber os seus projetos conectados a outros projetos. Falar em geração, portanto, possibilita compreender algumas coerências nas práticas e representações de um conjunto de indivíduos nascidos em um período próximo e que passaram por experiências marcantes comuns, sem perder de vista, ao mesmo tempo, a diversidade e a singularidade de suas trajetórias (SCHMIDT, 1998, p. 21-22).

Flávia viu no campo de possibilidades que se abria uma forma de inserção na realidade uruguaia. O pertencimento a uma geração, a “geração 68”, abriu caminhos para suas tomadas de decisões. Entretanto, essa realidade não é suficiente para definir e explicar as escolhas da personagem. Torna-se necessário entender ainda a forma como o seu ambiente familiar interferiu em seus projetos. Compreender, sobretudo, o papel que teve Paulo Schilling em todo esse processo. Não obstante todas essas explicações, é preciso, igualmente, considerar os “resíduos de indecifrabilidade”<sup>87</sup> que estão na base de qualquer processo decisório, incluindo, no caso específico do presente trabalho, as decisões de Flávia.

Em seu trabalho sobre os jovens revolucionários no Brasil das décadas de 1960 e 1970, Abreu (1997, p. 189) destaca que “a casa, a família, foi onde se deu, em geral, o início da socialização política dessa geração. As primeiras discussões, a percepção e compreensão das desigualdades e injustiças sociais se deram dentro da família”. É possível supor que isto também tenha ocorrido com Flávia. Afinal, a política estava dentro de sua casa, com ela nos contou: *Óbvio que o clima da política estava em casa, a gente vivia política. Então não havia muito como escapar, um pouco era o clima* [Entrevista Flávia 02]. A experiência do exílio

---

aparentemente óbvio, mas que nem sempre ganha visibilidade nas análises sobre a “geração 68”). Muitos preferiram continuar na universidade e não interromper a sua formação. Além disso, dentre os jovens envolvidos havia posicionamentos conflitantes, o que possibilita pensar em unidades distintas dentro dessa mesma geração. Para mais ver Mannheim (1982) e Hobsbawm (2008).

<sup>87</sup> Parodiando GINZBURG, 2006, p. 26

contribuiu igualmente para o entendimento e o sentimento da política no seio da família Schilling, como visto no primeiro capítulo.

É possível, entretanto, pensar que tal “clima” influenciou definitivamente as escolhas de Flávia? Sim, pois não se pode negligenciar que todo esse envolvimento familiar parece ter contribuído para que ela construísse uma determinada avaliação sobre a realidade, a qual possivelmente lhe favoreceu o engajamento político; mas ao mesmo tempo é preciso observar que as experiências vividas pela família Schilling não devem ser consideradas de maneira determinista, como algo que necessariamente leve à militância; afinal de contas as irmãs de Flávia viveram os mesmos eventos e nem por isso se envolveram com esse tipo de atividade.

Perguntada sobre a sua militância, Flávia nos disse:

*Eu sempre digo assim, a coisa da militância ela tem a ver [comigo]... [ela é] minha, separada do grupo brasileiro. Então eu considero assim: o grupo dos brasileiros é um grupo velho, que está vivendo uma ilusão, eles não vão voltar, só vai brigar entre si, eu tô fora não é? [Entrevista Flávia 02].*

E complementou:

*[...] quando a gente tem 14, 15, 16, 17, 18 (risos), a gente tenta de alguma maneira se opor, não é verdade? Aos pais, normal. [...]. Mas o clima daquela época era isso. Eu acho que várias escolhas foram, e é um barato que é uma oposição, mas ao mesmo tempo, se tu olhar com clareza, muito contraditória, porque ela é também uma realização, né? É uma obediência também [...] a uma determinada expectativa paterna de compromisso, militância, solidariedade. Então de um lado é oposição, porque é a luta armada, é relacionada a um país que não é o dele, então eu não tô nem aí para o Brasil, eu quero o Uruguai, e não é via ação política partidária, digamos assim, é por ação militar. Mas não deixa de ser também a realização de um desejo paterno. Mas na época ela é vista como oposição; meu pai, ele reage, ele diz que não, que isso vai atrapalhar os trabalhos que eles estão fazendo em relação ao Brasil, e que não tem nada a ver. Então há uma oposição, não é verdade? E que obviamente eu desconsidero, como qualquer adolescente. Então ela é mais do que ambígua, lembrem a questão da ambiguidade, ela cabe em tudo isso, nada é totalmente branco ou preto, as coisas são misturadas, ambíguas. Enfim... e é muito circunstância também. As circunstâncias de por acaso estar nessa época, que é uma época de efervescência do movimento juvenil, estudantil, do mudar a vida e mudar a sociedade, um determinado cenário, em um determinado lugar [em] que isso estava acontecendo [...]. [Entrevista Flávia 02].*

Flávia deixa transparecer nas suas memórias a forma pela qual a militância passou a fazer sentido em seu projeto de vida. Ela destaca, nessa direção, a influência, mesmo que “ambígua”, de Paulo Schilling no seu direcionamento político. Afinal, o exemplo estaria dentro de casa. Na perspectiva da ex-militante, mesmo se colocando contra as suas opções, talvez pelo desejo de protegê-la, ele sabia que ela estava seguindo seu exemplo, “seu compromisso, militância e solidariedade”. De acordo com tal visão retrospectiva, a militância significava criar raízes, se envolver com o Uruguai, achar espaço, acabar com as ilusões do breve retorno. Era começar a projetar. Projetar em um campo de possibilidades mais amplo: efervescente, estudantil, juvenil, engajado, revolucionário.

Buscamos assim romper com a “ilusão biográfica” de que Flávia iria ser inexoravelmente militante devido as suas raízes familiares. É preciso ir além dessa explicação determinista e unilateral, e entender o contexto em que estava inserida a personagem. Ela morava no Uruguai em um momento no qual parcela significativa dos estudantes encontrava-se muito envolvida com a política. O país vizinho passava por uma forte crise e vivia intensa ebulição social. Entendendo que ali era o lugar para criar raízes, que era no Uruguai que iria ficar por um bom tempo, Flávia se distanciou da militância do pai (que tinha como horizonte a volta ao Brasil) e se inseriu de fato na nova realidade. Viveu em uma geração e em um momento precisos. Construiu-se como indivíduo nesse meio e a partir das relações que o constituíam. Toda a situação familiar experimentada até ali deixou suas marcas, mas não foram somente as vivências estabelecidas dentro de casa que a influenciaram. Essas só ganharam sentido em um campo de possibilidades mais amplo, o qual possibilitou à personagem construir-se como militante e projetar novos caminhos individuais e coletivos.

### **2.3 A militância no FER e a militância Tupamara**

*E lá, já era [19]69, lá sim a militância estudantil era muito presente, o agrupamento que se destacava era o FER, Frente Estudantil Revolucionário. Obviamente o movimento Tupamaros já estava, digamos, muito ativo, numa situação de intensa visibilidade.*

*[...]*

*Digamos assim, não havia mistura. Uma coisa era luta armada, obviamente, e outra, a luta política estudantil. Mas a luta estudantil servia de alguma maneira como base de recrutamento depois para o movimento armado. Então, cuida, e os conflitos, todo mundo fala em [19]68, mas enfim, os conflitos, em [19]68, [19]69, [19]70, não é algo que tenha se limitado a um, dois anos, é algo que se propaga também. Aí eu começo a me envolver, me*

*envolvo mais no segundo ano, na militância do FER, e a partir do FER eu ingresso num grupo de base do MLN, que é o movimento Tupamaros, Movimento de Libertação Nacional.* [Entrevista Flávia 03].

O projeto de efetiva militância política de nossa personagem se iniciava. A partir das relações no IAVA, Flávia passa a integrar o FER. Segundo o pesquisador e ex-militante do grupo Alvaro Gascue (2010, p. 26), a Frente Estudiantil Revolucionario foi “a agrupación estudiantil más significativa por su pertinaz presencia a lo largo de todo período mencionado [1968-73], por su capacidad de movilización, de organización y de elaboración política”.

Em seu período de fundação<sup>88</sup>, o FER obteve uma modesta implantação no IAVA. Entretanto, chama atenção Gascue (2010, p. 29), “por la importancia cuantitativa del IAVA<sup>89</sup>, dado que era casi el único preparatorio existente en Montevideo, tuvo una particular gravitación en la marcha del movimiento radical estudiantil el FER de dicho Instituto”.

Javier Cardoso, em seu projeto de pesquisa “Historia y memoria del FER”<sup>90</sup>, nos possibilita entender um pouco mais este grupo. De acordo com o autor,

Al momento de ingresar a la agrupación, la gran mayoría de los militantes vivía con sus padres (87%), mientras un 6% lo hacía con otros familiares, un 3% con algún compañero/a y un porcentaje similar vivía solo.

De cada diez militantes que ingresaba a la agrupación, seis se dedicaban a estudiar, tres a estudiar y a trabajar, y el restante a estudiar y realizar otras actividades.

De acuerdo con la propia percepción de los respondentes, la gran mayoría (70%) de los militantes que se incorporaba a la agrupación provenía de hogares con niveles de ingresos medios. (CARDOSO, 2011, p.10-12).

Como é possível perceber, Flávia se assemelhava à grande maioria do grupo. Vivia com seus pais, estudava e pertencia a uma classe média. Isto mostra um pouco quem eram os companheiros de militância de nossa personagem. Jovens que, ao viver o momento conturbado uruguaio, viram na militância uma forma de agir, de tentar mudar a realidade experimentada. Cardoso (2011, p. 16), igualmente, ressalta:

Independientemente de los motivos personales que llevaron a los militantes a sumarse a cada una de las agrupaciones, se les preguntó cuáles consideraban que eran las razones que impulsaron la actividad militante en aquellas épocas. En tal sentido, la opinión que mayor cantidad de adhesiones obtuvo (36%) es que en esos años primaba la necesidad de organizarse para provocar cambios y crear una sociedad más justa.

<sup>88</sup> “En enero de 1967 se formalizó la constitución del FER, concebido como ala gremial de la Juventud del Movimiento Revolucionario Oriental (JMRO)” (GASCUE, 2010, p. 26).

<sup>89</sup> “En aquellos momentos el IAVA era en mucho desde el punto de vista de la participación y la militancia un espejo del panorama nacional, aunque con una participación mayor de la izquierda” (GASCUE, 2010, p. 29).

<sup>90</sup> O trabalho de Javier Cardoso se baseia em entrevistas com 106 antigos militantes da FER.

El segundo motivo más mencionado (27%) hace alusión al creciente autoritarismo del Estado, los golpes militares y la consecuente suspensión de los derechos civiles, la represión al movimiento sindical y estudiantes. Por último, un porcentaje no menor de militantes (13%) hizo hincapié en resaltar la ola de movilizaciones que se estaba desarrollando en la región y en el mundo (Cuba, Vietnam, Mayo Francés, la victoria de la UP en Chile, etc.).

Como vimos anteriormente, Flávia misturou um pouco de tudo isso para criar seu projeto de militância. Resta-nos saber qual o motivo que a levou a escolher o FER como grupo político. Novamente o trabalho de Cardoso (2011, p.17) pode nos ajudar:

Indagados sobre las razones por las cuales habían ingresado a la agrupación, las opiniones de los militantes tienden a diferir y tornarse heterogéneas. Sin embargo, puede establecerse un motivo que prevalece claramente sobre el resto: la línea política y la acción gremial y política que venía desarrollando la agrupación (59%). [...].

El segundo factor con mayor cantidad de menciones (18%) es el relacionado con el hecho de que ninguna de las otras alternativas políticas existentes durante la época era atractiva [...]. En tercer lugar se ubica, como motivo principal de ingreso, el hecho de que en la agrupación militaban amigas/os (13%).

As colocações do autor nos ajudam a intuir os motivos da escolha de Flávia. Em suas falas, ela menciona a falta de outras opções políticas. Mas também ressalta o fato do FER ser um movimento, e não um partido, o que permitiria que as passagens e ingressos fossem mais fluídos:

*Então eu diria assim: Movimento Tupamaro, Movimento Estudantil, e a questão de ser “movimento” e não ser partido, são coisas que se entrecruzam. [...]. Então tanto a integração no movimento estudantil, como no movimento tupamaro, que [era] um pouco uma decorrência, era uma porta de entrada. Era uma coisa que se nem sentia que tinha feito a passagem<sup>91</sup>. [Entrevista Flávia 03]*

Flávia ingressou no FER e continuou a frequentar o IAVA. Combinando militância e estudo foi aos poucos participando das atividades do grupo. Questionada sobre suas ações nesse momento, disse:

*De fato as coisas eram bastante insignificantes, as lutas eram grandiosas, a gente... Pátria pra todos! Terra pra todos! A questão da igualdade era muito posta, então os objetivos eram muito generosos e era muito grande, mas eu te diria que basicamente as ações*

---

<sup>91</sup> É interessante que, em seus depoimentos, Flávia não menciona o papel das amigas em seu engajamento político. Entretanto, como mostram outros casos, não se pode desconsiderar esse fator. Lia Maciel e Cristina Castanera, por exemplo, nas entrevistas realizadas para este trabalho, comentaram sobre a influência das amigas na militância política. A trajetória de Flávio Koutzzi e Maria Regina Pilla, militantes no Brasil e posteriormente na Argentina, também apontam para o mesmo caminho. Para mais ver: SCHMIDT, B.B.; DI LACCIO, C. J.; SILVA, D. S., (2013).

*eram muito pequenas. Era uma época de ditaduras do norte ao sul, então não havia o que fazer.* [Entrevista Flávia 02].

Mesmo que Flávia aponte para “ações muito pequenas”, é preciso levar em conta que a FER expressava a efervescência de ideias e atitudes da década de 60 uruguaia. As transformações sociais e protestos estavam na pauta das discussões e práticas do grupo. Simpáticos à Revolução Cubana e à figura de Che Guevara<sup>92</sup>, seus membros buscavam fazer a revolução para instaurar uma sociedade mais justa<sup>93</sup>. Assim, a FER era um importante espaço no qual os estudantes podiam se envolver para apoiar as lutas sindicais e engajar-se em atividades políticas mais concretas. Além disso, é possível perceber um incentivo aos integrantes da Frente a participarem de debates na busca de soluções para os problemas da educação e do país em geral (CARDOSO, 2011, p. 18).

Nesse sentido, percebe-se nos grupos estudantis um envolvimento em várias e constantes lutas. Suas ideias não ficavam apenas na teoria, havia toda uma vontade, muito característica, aliás, dessa geração, de colocá-las em prática, de mudar efetivamente a vida e o mundo. Mesclando trabalhadores, estudantes secundaristas e estudantes universitários, a agitação e os movimentos nas ruas não davam trégua. Conforme expõe Padrós (2005, p. 304), a metodologia da ação estudantil apresentava certos padrões:

ocupação de prédios (no caso dos secundaristas, com a participação de alunos com idade entre 12 e 14 anos); montagem de barreiras no trânsito com distribuição de panfletos à população; cobrança de pedágios para arrecadar fundos; manifestações relâmpago de alta mobilidade com palavras de ordem e panfletagem; manifestações contra alvos específicos (bancos, empresas dos EUA, sedes de organismos estatais), combinadas com apedrejamento e ataques com coquetéis molotov (ações comuns contra ônibus em jornadas de greve geral).

E complementa:

A construção de barricadas foi outro recurso tático importante para bloquear ruas e prédios. A dispersão em pequenos grupos consistiu em tática diversionista empregada para dividir, cansar e distrair a polícia; de certa forma, a vantagem numérica facilitava o movimento de recuo, reagrupamento e nova progressão. Embora houvesse planejamento, o calor

<sup>92</sup> Segundo Wolff (2007, p. 20), a figura de Che Guevara na militância política na década de 1960 era icônica: “o chamado do Che, os chamados das organizações de esquerda encontravam ressonância entre os estudantes, homens e mulheres”. Além disso, a autora expõe a forte identificação imagética entre os jovens revolucionários e a figura de Guevara: “o grande espelho do guerrilheiro era Che Guevara, com seu ar altaneiro e sério, seu charuto cubano, barba e uniforme verde-oliva, o olhar crítico e suas palavras de violência e ternura – hay que endurecerse pero sin perder la ternura jamás” (WOLFF, 2007, p. 33).

<sup>93</sup> Nesse sentido Gascue (2010, p. 28) aponta que “a su vez, respondiendo a la necesidad de enfrentar ideológicamente tanto a la derecha como al resto de la izquierda el FER profundiza su base teórica, valorándose en particular, además de, obviamente, a Marx, Lenin, y Guevara, a Trotsky y Mao Tse Tung, difiriendo en este aspecto con la orientación cubana. [...] También discreparía con la posición de Cuba de apoyo a la intervención militar soviética en Checoslovaquia”.

do embate exigia rápidas decisões e mudança de planos – às vezes, motivadas por desavenças internas entre base e direção (PADRÓS, 2005, p. 304).

Ao mesmo tempo em que estudantes se manifestavam, o governo tentava repreender tais protestos, procurando limitar a autonomia e a iniciativa estudantis<sup>94</sup>. De acordo com Padrós (2005, p.306), a política do pachecato para a educação teve uma dimensão repressiva, que muitas vezes vinha acompanhada de violência.<sup>95</sup> Além disso, o discurso oficial procurava convencer a população de que os estudantes se haviam transformado em massa de manobra da guerrilha urbana:

definitivamente, o movimento passava a ocupar o rol de “inimigo interno junto com o MLN, a CNT e os partidos ‘marxistas’.” A direita via os estudantes como ingênua massa de manobra, ovelhas perdidas pelo canto de sereia subversivo. Setores despolitizados viam suas ações como reflexo do choque de gerações onde assumiam um caráter romântico e idealista, o que não era, necessariamente, motivo suficiente de condenação, até porque entendiam que isso era transitório e fazia parte do ritual de amadurecimento. Desde a esquerda, o movimento estudantil foi visto como protagonista contra o establishment existente, denunciando a crise estrutural e o capitalismo como sistema enquanto desempenhava a função estratégica de ser ponte de integração entre os setores médios e populares (PADRÓS, 2005, p. 306).

Para Gascue (2010, p. 31), é nesta conjuntura que o FER surge como estrutura organizada com uma proposta político-gremial adequada às circunstâncias vividas em Montevideu; além disso, neste momento suas filiais se multiplicam e sua influência se estende por outros liceus da cidade. O IAVA, conforme aponta o autor, viveu plenamente o impacto deste processo:

El salón de actos del Instituto, de hecho bajo control estudiantil, fue marco de una serie de debates con participación de sindicalistas y militantes barriales de distintas orientaciones, allí se definieron muchas posiciones personales y grupales, y se acuñaría la denominación con la cual se designaría a todo el sector de la izquierda radical: la tendencia. (Eran panelistas habituales, entre otros, Carlos Gómez, Hugo Cores, Abraham Guillén y sacerdotes partidarios de la teología de la liberación) (GASCUE, 2010, p. 32).<sup>96</sup>

<sup>94</sup> É interessante observar, conforme aponta Markarian (2012, p. 26), que “las movilizaciones estudiantiles, por su parte, contaban con profusos antecedentes desde comienzos del siglo, destacándose [...] la de década de 1950 en torno a los asuntos del gobierno y el funcionamiento de la Universidad de la República, pero también con planteos más generales en coordinación con los sindicatos obreros. Hacia finales de los sesenta, los estudiantes organizados tenían una agenda aun más amplia, centrada tanto en la problemática internacional desde una perspectiva antiimperialista como en la búsqueda de soluciones a la crisis nacional”.

<sup>95</sup> A violência estatal fez várias vítimas entre os estudantes, como Líber Arce, Hugo de los Santos e Susana Pintos, comovendo a sociedade uruguaia (PADRÓS, 2005, p. 208).

<sup>96</sup> Hugo Cores esteve diretamente ligado a criação da “central única de los trabajadores” que deu origem em 1964 à “Convención Nacional de Trabajadores (CNT)”. Era membro da “Federación Anarquista Uruguayana” (FAU) desde 1956. Abraham Guillén foi um militante e teórico anarquista, professor de economia política e

Em meio a todos esses acontecimentos e no cenário efervescente do IAVA, Flávia terminou o preparatório, passou nos exames e entrou na faculdade de Medicina. Foi neste momento que ela começou a se envolver com o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaro (MLN-T) – e principiou a desenvolver uma militância política mais intensa<sup>97</sup>. Para nossa personagem,

*[...] o ser tupamaro era uma forma de integração, e era algo que dizia respeito um pouco a essa questão da juventude como protagonista na época, das mulheres já não ocupando uma posição secundária, [...] o que tinha a ver com essa questão da igualdade. E de uma integração.* [Entrevista Flávia 03].

Dentro da esquerda uruguaia, a principal organização armada foi, sem dúvida, o MLN-T. Segundo Padrós (2005, p. 290),

Entre 1968 e 1969, o movimento intensificou seu protagonismo através de uma tipologia de ações que caracterizaram essa fase de luta como “etapa Robin Hood”. Orientado pelos dirigentes “históricos” (entre os quais se destacava Raul Sendic) e recebendo lideranças provenientes da luta social e calejadas no trabalho subterrâneo de organização e acumulação de experiência, o MLN centrou a ação nas denúncias de corrupção política (caso da Financieira Monty). Realizando ações que ridicularizavam as forças policiais pela sua ineficiência, os tupamaros efetuavam expropriações de bancos, financeiras e casas de penhora, ações de apropriação de documentos comprometedores sobre sonegação fiscal ou ganhos ilegais de grupos econômicos e expropriações massivas de alimentos que eram repartidos nas comunidades mais carentes, etc.<sup>98</sup>

Isso tudo levou o movimento a decolar: “suas ações vitoriosas e as simpatias recolhidas junto a alguns setores da população explicam um grande crescimento em número de quadros, qualidade técnica, operativa, organizacional e influência política. [...] Suas ações que expunham mazelas da corrupção nas altas esferas, sem utilização de violência física, geravam repercussões muito favoráveis ao movimento (PADRÓS, 2005, p. 293).

---

diretor de investigação econômica na Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Buenos Aires. Não localizamos mais informações sobre quem era Carlos Gómez.

<sup>97</sup> Mesmo sendo um movimento secundarista, o FER, como vimos, funcionou como “base de recrutamento” para o movimento armado. Conforme aponta Gascue (2010, p. 33), “en el plano político un número significativo de los cuadros surgidos en el 68 se integró a los diversos niveles del MLN, dejando de lado la mayoría su militancia gremial. A pesar de su incidencia nunca fue en este período el FER parte del frente de masas del MLN, reservándose para sí un alto grado de autonomía política e ideológica”.

<sup>98</sup> Nessa fase, evitava-se o uso da violência, embora já ocorresse o sequestro de autoridades governamentais, que eram detidas nos chamados “cárceles del pueblo” com finalidade política ou para obtenção de informações. Havia uma orientação da direção da organização para evitar ações indiscriminadas e, na medida do possível, perda de vidas; nas “expropriações”, o alvo deveria ser a “propriedade burguesa”, e não os trabalhadores, pequenos comerciantes ou produtores (PADRÓS, 2005, p. 291).

É integrada ao MLN que Flávia terá que tomar uma grande decisão em sua vida. O seu campo de possibilidades lhe permitia dois projetos, naquele momento vistos como excludentes: a Faculdade de Medicina ou a militância política. Era preciso abrir mão de um deles. Deixemos Flávia narrar tal episódio:

*Bom, aí eu comecei a cursar Medicina, mas já vinculada. Então o meu ano de Faculdade de Medicina, ele foi bastante lamentável. E aí foi o momento de uma das decisões trágicas, que é uma das coisas terríveis da militância, que foi em algum momento: “ou você continua militando ou você vai para a Faculdade de Medicina”. Então essa é uma decisão trágica, eu acho que é brutal. Eu realmente fiquei muito mal com essa situação, terminei abandonando a Faculdade. Mas é uma das coisas cruéis, porque eu acho que nunca deveria ter sido dito por ninguém que milita. Eu até tinha um professor na Faculdade de Medicina, fantástico, que eu realmente já estava percebendo um pouco tudo e ele veio conversar comigo e disse assim: “você é uma aluna tão legal, não sei quanto, eu estou percebendo que você está vinculada, e tal. Não abandona, porque é tão importante ter pessoas muito formadas na luta revolucionária”, ele estava cheio de razão.*

[...]

*Porque as organizações têm um momento em que elas te querem. [...] a organização, ela pretende em algum momento ser o teu fator de organização, pretende te organizar. Então tem um lado que te quer inteiro, então essa é uma questão realmente complicada, não é?, dessas, até hoje, aliás.*

[...]

*O meu dirigente na época, no momento, falou: “olha gente, não dá mais. Ou você fica na Medicina, ou você se dedica. Opta.” Enfim. E não sei se era uma orientação, não tenho a menor ideia, ou se foi uma coisa circunstancial do grupo. Então é mais ou menos essa questão. [Entrevista Flávia 01].*

A organização “te quer por inteiro”: a situação política conflitiva e o recrudescimento da repressão governamental parecem ter levado o MLN a se fechar e a colocar os seus integrantes como partes permanentes e com foco total em suas atividades. Os espaços públicos e privados de cada indivíduo seriam então diluídos no espaço da militância. A

organização passava a ser o “fator de organização” da vida de seus membros<sup>99</sup> E é nesta situação que nossa personagem optou integralmente pelo projeto da militância política<sup>100</sup>.

Após a saída da Universidade, Flávia relatou que *“teve um tempinho ainda [de militância política], um tempo de militância organizada”* [Entrevista Flávia 01]. Quando questionada, entretanto, sobre essas atividades disse: *“eu já era do movimento Tupamaro, e eu ia nas manifestações de apoio à Frente Ampla [...]. As ações de estado nossas eram muito insignificantes”* [Entrevista Flávia 02].

Sem entrar em muitos detalhes sobre suas atividades no MLN, caracterizadas por ela como “insignificantes”<sup>101</sup>, Flávia fez referência a sua participação nas manifestações de apoio à Frente Ampla, o que nos levou a pensar sobre o surgimento deste grupo e a importância que tiveram as eleições de 1971 no desenrolar da história política uruguaia. Conforme expõe Moreira (2000, p. 4), “a Frente Ampla surge em 1971 como uma coalizão de grupos e partidos de esquerda para disputar as eleições nacionais daquele ano”. Segundo o autor,

Algumas explicações para o surgimento da FA assentam-se no modelo desenvolvimentista do pós-guerra, na crise de legitimidade do bipartidarismo tradicional, na pauperização e na radicalização da classe média, que havia sido a base e a sustentação do modelo batllista, na "difusão" desencantada dos movimentos de esquerda latino-americanos, surgidos sob o influxo da Revolução Cubana, e no surgimento de uma nova "fonte" de socialização política, como o movimento sindical, que possibilitou a criação de uma cultura política diferente (MOREIRA, 2000, p. 5).

Também a respeito do tema, Padrós (2005, p. 286) argumenta que “as linhas mestras da Frente Ampla conferiam-lhe um perfil de esquerda, anti-imperialista, popular, terceiro-mundista e anti-oligárquica”. No seu programa, “destacava a necessidade de romper com a dependência e a consecução de fins socialistas de organização econômica”. Pode afirmar-se, assim, “que a formação da Frente Ampla consistiu na resposta de amplos setores populares diante de uma situação de deterioração social, econômica e política sem precedentes”.

<sup>99</sup> Os trabalhos de FERREIRA (1996) e GARCIA (1997) contribuem para o debate sobre o fechamento das organizações políticas e a necessidade do militante se inserir “por inteiro”, adaptando-se às regras impostas por elas.

<sup>100</sup> A imposição da escolha à Flávia parece estar relacionada diretamente com o momento vivido pelo MLN. Conforme aponta Padrós (2005, p. 293): “a evolução dos fatos e o crescimento da organização tornaram inevitáveis confrontos cada vez mais violentos contra a polícia. O crescimento da violência fez refluir a simpatia e admiração que o MLN havia capitalizado até então. [...]. O sequestro e execução de supostos ou reais responsáveis de violação dos direitos humanos e integrantes de esquadrões da morte não foi bem digerido por uma sociedade que não tinha familiaridade com esse tipo de luta. A guerra de informação sobre tais fatos garantiu a versão oficial, e com isso a guerrilha se isolou cada vez mais”.

<sup>101</sup> Em seus textos e depoimentos, Flávia não detalhou suas funções dentro do MLN, comentando apenas que durante a clandestinidade ajudou a tirar companheiros do país. Para entender esse fato, deve-se considerar que a questão da violência revolucionária é um tema delicado de ser abordado na atualidade. Talvez por isso, ela não tenha se referido a ações armadas. Entretanto, levando em consideração a conjuntura daquele período, é possível supor que as atividades realizadas por nossa personagem e seus companheiros de militância tenham sido relevantes, até mesmo por serem seguidamente as únicas possíveis naquele momento.

É preciso assinalar que o surgimento e a construção da Frente Ampla ocorreram dentro da terrível conjuntura de guerra interna aberta entre as Forças Armadas e o MLN<sup>102</sup>. Entretanto, o objetivo mais imediato da Frente

foi o de constituir-se como opção político-eleitoral democrática, distanciada da tese da ação direta da luta armada. Aliás, o surgimento da Frente Ampla, seu rápido crescimento e sua proposição de um caminho pacífico também representou um desafio à estratégia tupamara, na medida que se configurava uma espécie de sobreposição de simpatias sobre as mesmas parcelas da população. Avaliado o impacto e o potencial da nova força política, o movimento guerrilheiro emitiu um comunicado expressando seu apoio crítico à coalizão, porém, sem abrir mão da sua opção pela luta armada. De qualquer forma, na voragem de acontecimentos em que imergiu a dinâmica política uruguaia após o momento eleitoral, as relações entre Frente Ampla e MLN se tornaram, em alguns momentos, diluídas, difusas e até ambíguas, acarretando maior complexidade a uma conjuntura de decisiva deterioração democrática (PADRÓS, 2005, p. 288-289).

Foi nesse clima de tensão geral que ocorreram as eleições de 1971. O governo vigente tentava manter-se no poder, e para isso chegou a criar novos cargos públicos, aumentar salários, controlar preços da cesta básica, entre outras medidas. A Frente Ampla, por sua vez, conquistava cada vez mais o apoio popular, o que lhe permitiu, em pouco tempo, apresentar-se como opção eleitoral viável ao pleito eleitoral.

Com um clima conflitivo perpassando toda a campanha eleitoral, a Frente Ampla "sofreu forte campanha orquestrada pelos setores conservadores dos partidos tradicionais, um anticomunismo visceral acompanhado pela ação impune parapolicial contra seus militantes e Comitês de Base". Simultaneamente a isso é relevante observar a opção do MLN em apoiar a Frente Ampla, reconhecendo a importância daquelas eleições (PADRÓS, 2005, p. 307), o que ajuda a explicar as lembranças de Flávia sobre sua participação nas manifestações de apoio à organização.

Assim, enquanto a esquerda vinha coligada na inédita Frente Ampla e apresentava como candidato presidencial o general Líber Seregni<sup>103</sup>, o Partido Colorado, com sua pretensão continuísta, apresentou cinco sub-legendas para a presidência, cuja corrente majoritária vinculava-se ao esforço da reeleição (Unión Reelectionista), com base na fórmula Pacheco Areco-Bordaberry. Caso a reforma constitucional, necessária à reeleição de Areco, não fosse aprovada, as mesmas forças tinham a alternativa de votar na candidatura Bordaberry-

<sup>102</sup> O fato de que alguns setores da Frente Ampla mantivessem canais de conversação com a guerrilha não significava que a coalizão respaldasse ou apoiasse a luta armada. As principais lideranças, aliás, enfatizavam sua discordância com os métodos dos tupamaros (PADRÓS, 2005, p. 288).

<sup>103</sup> Militar de origem progressista que havia sido Chefe da Região Militar Nº 1. Por divergências com o governo Pacheco Areco, em novembro de 1968, passara para a reserva (PADRÓS, 2005, p. 309).

Sapelli<sup>104</sup>. Pelo Partido Nacional duas candidaturas foram apresentadas: a primeira aglutinou-se em torno de Wilson Ferreira Aldunate<sup>105</sup>, enquanto a segunda candidatura, de perfil conservador, era liderada pelo general Aguerrondo, reconhecido pela sua trajetória conspiratória e golpista, e referência da nova geração de setores duros do Exército.

Mesmo com o clima das semanas imediatamente anteriores à eleição sendo marcado por ameaças, agressões e atentados contra os simpatizantes da Frente Ampla, seus comitês de base, suas caravanas, assim como contra jornais de esquerda, as eleições aconteceram e tiveram uma participação inédita: 97% dos cidadãos aptos a votar foram às urnas e deram a vitória ao Partido Colorado. Como a reforma constitucional não atingiu o percentual mínimo necessário para aprovação, Pacheco Areco viu frustradas suas pretensões continuístas e seu candidato alternativo, Juan María Bordaberry, acabou eleito presidente (PADRÓS, 2005, p. 314).

Em meio à vitória do Partido Colorado – que assegurou a continuidade das posturas do governo anterior e corroborou para a deterioração das relações democráticas – e o aumento da repressão<sup>106</sup>, Flávia se viu obrigada a ficar clandestina: *Aí quando começa a repressão, já é mais março, abril de 1972, aí sim a clandestinidade se coloca até final de novembro.* [Entrevista Flávia 01].

#### **2.4 A clandestinidade, o vazio e a “queda”: os tempos no “lugar-nenhum”**

*Bom, então em final de [19]72 eu fico clandestina [...]. Se o exílio é estar com malas prontas o tempo todo, que isso é uma situação, um desgaste também inacreditável, a clandestinidade é a tua morte social. É uma situação que até hoje eu não gosto de lembrar porque exatamente como você não vive socialmente, é um tempo em branco. [...] É um espaço vazio. É de uma inutilidade, assim, ele é de uma brutalidade. A clandestinidade realmente é um momento terrível. Porque você não faz nada, você só se esconde, você só... você não existe. [...] Você só espera, em última instância, ou ia embora porque era uma alternativa que estava obviamente posta. O meu grupo ajudou muitas pessoas a ir embora naquele*

<sup>104</sup> Conforme expõe Padrós (2005, p. 308), a campanha deste setor foi montada com foco no presidente e seu discurso de “homem forte” para “manter a ordem” e “deter a subversão”. O núcleo continuísta aproveitava a grande vantagem de ser governo e de ter o próprio presidente como candidato.

<sup>105</sup> Corrente identificada com a mudança e com pontos programáticos, onde despontavam a reforma agrária, a nacionalização do sistema financeiro e o fortalecimento da democracia – contraponto ao autoritarismo vigente; a ideia era apresentar-se como opção de mudanças moderadas para cooptar um eleitorado crítico da gestão de Pacheco Areco (PADRÓS, 2005, p. 309).

<sup>106</sup> Sobre esse contexto ver, entre outros, PADRÓS (2005) e VILLALOBOS (2006).

*momento, que era isso. As prisões já estavam acontecendo por todos os cantos. Eu fui ser presa dia 24 de novembro de 1972, quer dizer, já quase no final de uma intensíssima repressão, do movimento espatifado, eu diria assim, na verdade. E já o Uruguai militarizado.* [Entrevista Flávia 01].

Morte social: a definição apresentada por Flávia para a clandestinidade é forte e, ao mesmo tempo, muito representativa da situação que nossa personagem e inúmeros tantos outros militantes latino-americanos tiveram de enfrentar nas décadas de 60 e 70. Devido à perseguição ao MLN e ao contexto político uruguaio, Flávia passou para a clandestinidade, ficando aproximadamente oito meses nessa situação. Sem sair de Montevideú, vivenciou um espaço em branco, um vazio, que não deixou documentos, mas muitas marcas e memórias.

Scarpelli (2010, p. 3) afirma que os indivíduos que viveram a experiência da clandestinidade “quase não falam sobre isso, ou muitas vezes há uma tentativa de simplificação dessa experiência, que se para alguns foi positiva, para muitos foi tão traumática quanto o exílio ou a prisão”. Pretendemos nas páginas que seguem compreender o que foi o período de clandestinidade de nossa personagem a partir de seus relatos, os quais, apesar de aparentemente simples, têm muito a dizer.

Garcia (1997, p. 327) evidencia que em quase todos os casos a clandestinidade é “precedida de uma atividade legal - no movimento estudantil, às vezes nos sindicatos - e a passagem de um tipo de militância para outra resulta mais de circunstâncias - o ‘fechamento’ político do regime ou as opções da organização - do que de uma opção pessoal deliberada”. Não se entra na clandestinidade por “vontade própria”, sem pressões; muitas vezes, ela é mais importante do que a própria militância, pois se torna garantia de sobrevivência.

A dificuldade da situação reside também aí: não é algo planejado, organizado, analisado. De uma hora para outra a clandestinidade se impõe, determinada por uma foto no jornal, pelo nome em uma lista policial, pela prisão de um companheiro próximo. A clandestinidade, enfim,

não é uma escolha feita em condições favoráveis de luta política. Ao contrário, é feita exatamente em condições desfavoráveis, e por isso não é uma escolha livre no sentido pleno do termo. É uma escolha, no sentido político, determinada pela situação do país, de falta de liberdade, de censura, torturas, assassinatos; enfim, é determinada pela perseguição declarada pelo poder militar (Scarpelli, 2010, p. 8).<sup>107</sup>

---

<sup>107</sup> Scarpelli (2010, p. 8) diz também que “entrar para a clandestinidade, além disso, pode ser uma decisão individual ou coletiva, dependendo da situação. Ou seja, isso depende do ‘pra quê’ e ‘por quê’ se entra para a clandestinidade. Nos casos em que há a profissionalização do militante, podemos considerar que é uma situação discutida pela Organização, pois isso demanda criar uma infraestrutura para esse militante”.

Inúmeros são os motivos e as escolhas que levaram cada militante à clandestinidade, independente disso é preciso evidenciar que esta passagem é sempre feita “debaixo de forte tensão psicológica, sentimentos de confusão, perplexidade, insegurança, medo e porque não dizer, esperança” (Scarpelli, 2010, p. 9-10). Flávia deixa transparecer um pouco de seus sentimentos frente à clandestinidade em seu Memorial, no qual, com muita delicadeza literária, diz:

*[...] se o exílio pode ser pensado como a situação em que estamos envoltos por uma identidade daquele que está provisoriamente em algum lugar, esperando ser chamado para reocupar o seu lugar (que, lógico, não mais existe), daquele que está na fronteira entre lugares, a clandestinidade é a vivência do lugar-nenhum. São tempos que não deixam lembranças, não há lembranças, pois não há identidade social, não há lugar. Na minha lembrança resta um tempo noturno, vazio. Não há lembranças. Povoado por fantasmas. Você mesmo é um deles. Nada pior.*<sup>108</sup>

Novamente Flávia evoca o vazio para pensar a sua clandestinidade, fantasmas em um tempo noturno, a vivência do lugar-nenhum. E neste lugar-nenhum não há espaço para identidades sociais pré-existentes, pois é preciso passar por uma transformação completa. Garcia (1997, p. 328) argumenta neste sentido que

a clandestinidade representa igualmente uma crise de identidade. Não só porque as militantes têm de assumir uma identidade fictícia - nomes e profissões falsos e uma história de vida inventada - como porque devem romper com os múltiplos laços que as prendiam à vida pregressa, fossem familiares, afetivos e até mesmo amorosos.

Essa crise de identidade é reelaborada por Flávia em seu Memorial a partir de leituras e referências intelectuais adquiridas posteriormente. Neste caso, utilizando-se das interpretações do historiador Philippe Artières<sup>109</sup>, ela diz: *a primeira questão do clandestino, [é] estar sem papéis que o identifiquem. Talvez esteja com um documento falso, mas todos os seus arquivos foram destruídos. Queimados, guardados. Quem é você?* [Memorial Flávia].

A pergunta “como é assumir outra identidade” trouxe respostas interessantes à pesquisa de Scarpelli (2010). Uma de suas entrevistadas relatou que proceder essa transformação era algo complicado, pois implicava o fato de ter

*[...] de fechar e trancar à chave a sua identidade anterior, com tudo que ela significa, a identidade de características familiares, de características*

<sup>108</sup> Texto de palestra proferida por Flávia Schilling no seminário *1954-1964-2004: O golpe, a memória e a atualidade*, na mesa: “Repressão, clandestinidade e exílio”, organizado pela FFLCH/USP, IFICH/Unicamp e arquivo Edgar Leuenroth. Unicamp, setembro de 2004.

<sup>109</sup> ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 3, 1998.

personais que você criou até aí, é a cultura que você teve, do estudo que você teve, dos costumes que você teve, das formas de agir, e você assume outra identidade, você não assume apenas um nome, você não tem apenas de acostumar a falar aquele nome, você tem de assumir o personagem que aquele nome é, entende? (Entrevista de Gilse Cosenza à autora. SCARPELLI, 2010, p.14).

A distância da família também foi uma dificuldade vivenciada por nossa personagem. Durante o seu período de clandestinidade foram raros os momentos em que teve contato com o pai, o único que ela viu durante esse período. Em suas palavras:

*Por conta dessa situação toda, minha mãe e minhas irmãs menores, elas voltaram para o Rio Grande do Sul, elas viveram um tempo em Rio Pardo com a minha tia e com outros familiares. A minha irmã mais velha já estava casada na época, então ficou no Uruguai, e eu de vez em quando via meu pai. Então a única pessoa com quem eu tive contato esses meses foi meu pai. E mesmo assim, encontros absolutamente secretos, porque obviamente a polícia apareceu mais de uma vez na casa deles, enfim. [Entrevista Flávia 01].*

Questionada sobre a posição de seu pai frente a sua clandestinidade, disse:

*Olha, ele obviamente, ele... no momento, ele tentou me dissuadir, um pouco mais por conta da militância dele, que poderia complicar um pouco a militância do retorno ao Brasil. Mas ao mesmo tempo eu creio que [sua posição] era ambígua, ele não descartava. Ele considerava que era justo. Então nesse sentido, no que foi possível apoiar, ele também apoiou. Mas obviamente mantendo distância da militância uruguaia.<sup>110</sup> [Entrevista Flávia 01].*

Ou seja, mais uma vez, Flávia, ao evocar as memórias daquele período, constrói um jogo de distanciamento e de aproximação em relação à militância de seu pai, evidenciando suas diferenças (“militância do retorno ao Brasil” X “militância uruguaia”), mas igualmente suas semelhanças, sobretudo no plano moral (“era justo”).

Flávia enfrentou este período praticamente sozinha. Sua única companhia era o namorado Rubem<sup>111</sup> como quem teve que dividir as angústias e sofrimentos da situação. Entretanto, nossa personagem não ficou apenas se escondendo, pois algumas atividades militantes, mesmo que defensivas, ainda eram possíveis: *basicamente o nosso trabalho era de*

<sup>110</sup> Flávia relatou também que Paulo “nunca se envolveu com a militância armada, etc., uruguaia. Óbvio que ele trabalhava com pessoas de esquerda o tempo todo, então em um ponto de vista mais geral, ele até participava da política, mas não de nenhum grupo, era uma pré-condição do exilado, para não perder, inclusive, a condição de exílio, o não envolvimento com situações concretas de lá”.

<sup>111</sup> Rubem, também chamado por Flávia de “Magro”, foi seu companheiro durante o período de militância. Ela estava com ele no dia em que foram perseguidos e presos pelo exército uruguaio. A relação entre eles se manteve durante os primeiros meses de prisão, como podemos perceber nas cartas escritas pela personagem.

*alguma maneira encontrar lugares para, enfim, produzir documentos falsos para as pessoas saírem, esquemas nesse sentido [...] [Entrevista Flávia 01].*

Em outra entrevista Flávia comentou mais sobre tal situação:

*A gente tava, já naquele momento, era final de 72, então a repressão já tinha acontecido durante todo aquele ano, enquanto organização uma situação de fragilidade imensa, e nos últimos tempos a gente se dedicou um pouco a tentar ajudar algumas pessoas a saírem. Então, possivelmente, se nada tivesse acontecido, a gente também teria saído do país, que também teria sido difícilimo, por que era um pouco repetir o exílio. Então eu te diria assim que não havia boa possibilidade, e as sensações eram as piores possíveis, por que era a sensação de que tudo se esvaia, não havia muita alternativa no cotidiano do que fazer, e havia um pouco esse engajamento na ajuda a algumas pessoas a saírem... Mas a sensação era a sobrevivência cotidiana, cada dia era um dia e nada era muito bom, e nada era bom por que não havia futuro. Não havia muita possibilidade. [Entrevista Flávia 03].*

Mais uma vez, Flávia insiste no “presente contínuo” implicado na clandestinidade, na ausência de futuro, na absorção completa pelo “agora”, pelo cotidiano, em ruptura com a noção de futuro que é o tempo que anima a militância.

Esta situação se manteve até o dia 24 de novembro de 1972, dia em que Flávia enfrentou outro momento decisivo de sua vida. A clandestinidade foi finalizada quando deram voz de prisão a ela e seu companheiro; em suas palavras: *“as sensações elas são até hoje de espanto, por que eu não sei como eu sobrevivi, em primeiro lugar não sei disso. E a sensação era de horror a viver a prisão, mesmo que aquela não existência também fosse horrível”*. [Entrevista Flávia 03].

Flávia foi ferida no momento de sua prisão. Ao tentar fugir levou um tiro que por pouco não tirou sua vida. Começava um novo período para a nossa personagem. Um período de luta pela sobrevivência física e psicológica, primeiramente no hospital, depois nos cárceres uruguaios. Deixemos Flávia nos contar um pouco sobre o dia de sua prisão:

*[...] eu fui presa na noite de 24 [...]. [...] eu tinha desde 1971 um grande amor, um companheiro, enfim, nós ficamos juntos nessa época da clandestinidade, e nós fomos presos juntos. E quando fomos presos, quem nos prendeu foi um jovem oficial, e eu percebi que ele estava só, ele estava sozinho, depois ele me contou, aliás já fiz depoimentos sobre isso, a gente teve chance de conversar várias vezes, ele teve medo de nos perder em algum momento, por isso que ele decidiu agir sozinho. [...]. O oficial, ele conseguiu me seguir, ele me detectou, ele seguiu, e algum momento, não sei por que, ele achou que ele ia perder a gente, e ele decidiu fazer a prisão. Aí eu estava, claro, clandestina você anda com a mala nas costas,*

*digamos assim, eu tinha uma sacola, aí quando eu vi que era um só eu falei pro meu companheiro: “Olha, é só um, vamos tentar”. Aí eu joguei a sacola na cara dele e corri, mas é óbvio que não acertei, digamos assim, (rindo), e ele me deu um tiro, é esse tiro que eu porto no pescoço, que entrou por aqui (apontando o lado esquerdo) e saiu por aqui (apontando o lado direito). Como esse tiro aconteceu? Porque exatamente no momento, de alguma maneira, eu me virei, porque estava correndo para cá (gesto mostrando a direção) e pegou ao lado (do pescoço) e não na nuca, é um mistério, não tenho a menor ideia realmente do que aconteceu (sorrindo).*

*[...] Então o que aconteceu foi uma situação, digamos, que foi noticiada. Por que o que acontece? Exatamente após o tiro, o cara estava à paisana, estava de civil, então, de fato, quando chega a polícia, eles querem prender o cara, porque é uma cena que diz: “bom, matou uma mulher, baleou uma mulher”. E eu, enfim, imediatamente eles me socorrem também, e me levam para o hospital militar e, enfim, fazem uma cirurgia e me salvam. E claro é noticiado, então imediatamente meus pais ficam sabendo, minha mãe retorna ao Uruguai, mas eu fico... bom, tem as cartas já do hospital, mas eu fico, talvez, uns dois meses sem vê-los, ou mais até.<sup>112</sup> [Entrevista Flávia 01].*

\* \* \* \*

Ao longo deste capítulo, acompanhamos Flávia em seu ingresso na militância estudantil, a qual, para ela, significava a sua inserção definitiva no Uruguai. Um momento político e econômico conturbado somado ao ambiente mundialmente vivido pelos jovens naquele período possibilitaram a nossa personagem projetar a sua militância. Foram três anos até chegar à clandestinidade, sua “companheira” até 24 de novembro de 1972.

A prisão de Flávia foi o fim do viver clandestino, um alívio de certa forma, mas o que estava por vir poderia ser algo ainda pior. Ela sobreviveu ao tiro, sobreviveu ao hospital, para enfim enfrentar a prisão política. Nossa personagem não foi uma presa qualquer, foi uma refém da ditadura uruguaia por três anos. Ao todo, foram longos sete anos e meio de cárcere. Período que será tratado no próximo capítulo.

---

<sup>112</sup> O companheiro de Flávia também acabou preso no mesmo momento. O oficial do Exército logo se identificou explicando a situação. Entretanto, como nos relatou Flávia, foi noticiado que ela portava uma arma ao ser presa e por isso houve a “necessidade” do tiro dado pelo militar.

### CAPÍTULO 03

#### **A prisão política, a refém e a campanha: os projetos de Flávia Schilling no cárcere uruguaio**

Hospital, Domingo, 10 de dezembro de 1972

Querida Família:

Espero que recebam esta carta, que já sei que vai sair com uma letra horrível, e espero que possam entendê-la. Tenho muita saudade, morro de vontade de vê-los; se possível mandem fotos. [...].

Por mim não se preocupem, tive muita sorte, a ferida não foi muito grave e estou melhorando. Nos primeiros dias, quem olhasse para mim morreria de riso: cheia de tubinhos por todos os lados. O soro pela perna, a respiração pelo caninho da traqueotomia, e tomando líquidos por um tubinho que tenho desde o nariz até o estômago. Agora já fecharam a traqueotomia e continuo apenas com os outros dois. O mais chato é que há dezesseis dias estou à base de líquidos (tenho a faringe ferida) e estou tão fraca que não me aguento. Imaginem: caminho da cama ao banheiro e quando me deito é como se tivesse estado fazendo ginástica uma hora sem parar.

Só depois de 20 dias vou comer alguma coisa pela boca. Vocês não imaginam que sofrimento é para mim a hora da comida dos outros: uma vontade de comer! Aqui me tratam muito bem, os médicos me atenderam genial. Depois que começar a comer pela boca ainda demorei uns dez dias. [...]. O chato é que aqui não se tem nada que fazer, e os dias ficam muito compridos. Não pensem que me queixo. Muita gente está pior do que eu. [...]. Algum dia vou-lhes contar bem como tudo aconteceu. Foi uma aventura. [...]. (SCHILLING, 1978, p. 15).

O texto acima é um trecho da primeira carta escrita por Flávia à sua família após a prisão. Nossa personagem, como vimos no capítulo anterior, foi ferida no momento de sua detenção – uma bala atravessou a sua epiglote – e submetida a uma cirurgia no hospital militar de Montevideú, local de redação desta missiva. Esta é apenas a primeira de tantas outras que ela escreveu; cartas que permitem acompanhar sua trajetória a partir de então; afinal, foram quase oito anos no cárcere político. Oito anos nas mãos do governo uruguaio.

No terceiro e último capítulo deste trabalho buscaremos entender, a partir, claro, do caso específico de Flávia, quais as possibilidades de construção do indivíduo em um ambiente restrito como a prisão política. Se o sujeito se constrói através de projetos pessoais e coletivos, e os mesmos se relacionam diretamente com o campo de possibilidades vivenciado, de que modo é possível pensar a prisão política como um ambiente de auto-elaboração individual? Como as cartas de Flávia deixam transparecer esse processo? Que indivíduo a repressão queria construir e como esse outro projeto interferiu no campo de possibilidades de

nossa personagem? Além disso, pretende-se examinar a campanha organizada no Brasil pela libertação de Flávia, tentando-se compreender de que maneira ela afetou sua trajetória dentro da prisão.

### **3.1 - Hospital, quartéis e Punta Rieles: os primeiros anos no cárcere**

Após a sua detenção, Flávia ficou algumas semanas no Hospital Militar recuperando-se da cirurgia. Período difícil em que nossa personagem pôde pensar e preparar-se para o que viria, afinal sabia que em algum momento não muito distante chegariam os interrogatórios. O que poderia ser dito para não entregar ninguém? O que falar para não prejudicar a organização, que tentava se manter mesmo com o acirramento da repressão? Em entrevista ela relatou essa situação:

*No hospital, aquela situação, eu estava muito mal, e eu fiquei numa ala que era a ala prisional, então havia companheiras e tudo isso, mas era tudo muito estranho, obviamente era um estranhamento absurdo. Eu ainda fiz choque anafilático, mais de uma vez. Eu tava bem mal, e ao mesmo tempo a surpresa da sobrevivência, e um pouco é claro a perspectiva do futuro que era ainda um papel claro. Eu me preparei meticulosamente, durante esses dias, para o que eu poderia dizer. Claro que eu não falava muito, por que eu tava com a traqueotomia, eu consegui, já no final do tempo de estar lá, alguma fala eu tinha. A minha fala ficou muito diminuída, durante muito tempo. Eu fui recuperando a voz e a fala no decorrer do tempo da prisão: sozinha. Tipo assim, um pouco falando, cantando. Eu fui reinventando um pouco essa questão. Mas eu sabia que indo pro quartel havia interrogatório e foi toda uma preparação do que eu poderia falar que não prejudicasse ninguém. Por que você tem que falar... Bom, eles sabem quem você é, eles têm mais ou menos teu perfil. Diante disso o que você pode depor de maneira que não prejudique ninguém? Então meticulosamente eu preparei alguma coisa. Então eu fiquei um mês no hospital, então ainda fui bastante ruim pro quartel, realmente lá aconteceu uma tomada de depoimentos que foi aquilo que eu tinha inventando falar. Então, algumas coisas que não prejudicavam nada e que eu sabia que eles sabiam de alguma maneira da participação. [...]. [Entrevista Flávia 03].*

O depoimento de Flávia já nos permite visualizar a criação de uma estratégia de resistência frente aos seus repressores. Ela sabia que o interrogatório era algo iminente, assim elaborou sua fala, preparou-se para o primeiro enfrentamento com seus repressores. Muitas

outras estratégias e táticas<sup>113</sup> ainda seriam inventadas durante a prisão, resistências que possibilitavam aos presos políticos sobreviver, física e, principalmente, psicologicamente.

Ainda no hospital, como vimos no texto que abre este capítulo, Flávia escreveu a primeira carta para sua família – atividade que iria lhe acompanhar por todo o período de cárcere. Estas missivas foram seu meio de contato com o mundo fora da prisão, já que, em um primeiro momento, não eram permitidas visitas. Conforme nos relatou, seus pais tinham informações de onde ela estava, mas não podiam ir vê-la. Mesmo transferida para o quartel, após aproximadamente um mês, continuou sem receber visitas. Foi apenas na prisão política de Punta Rieles que voltou a ver sua família.

As cartas escritas por Flávia foram reunidas em dois livros “Querida Família:” e “Querida Liberdade”, publicados no contexto da campanha por sua libertação; através deles é possível acompanhar a sua trajetória mais de perto. Estas correspondências são datadas e permitem construir uma periodização de seus primeiros meses na prisão uruguaia. A primeira carta é do dia 10 de dezembro de 1972, escrita no Hospital Militar; no dia 09 de janeiro de 1973, nossa personagem já está fora do hospital – possivelmente em algum quartel sendo interrogada<sup>114</sup>. Flávia continuou por mais um mês nos quartéis até o dia 12 de fevereiro de 1973, momento em que escreve de Punta Rieles, estabelecimento carcerário feminino situado nos arredores de Montevidéu, no qual ela ficou grande parte de seu período como presa política, interrompido apenas durante o tempo em que foi “refém” da ditadura uruguaia.

Conforme consta em documento oficial do governo brasileiro, antes de ser removida definitivamente para a Penitenciária Feminina de Punta Rieles, a 14 km de Montevidéu, Flávia permaneceu meses mudando constantemente de prisões: “Submetida a julgamento, foi condenada a 10 anos de prisão e mais cinco de medida de segurança, numa decisão em que a pena foi superior à pedida pela promotoria (9 anos)”<sup>115</sup>. Visualiza-se aqui um elemento importante da repressão política uruguaia, que tinha no encarceramento prolongado um dos seus mecanismos relevantes de repressão.

Décio Freitas<sup>116</sup> descreveu a prisão de Punta Rieles da seguinte maneira:

<sup>113</sup> O conceito de tática e estratégia vem de Certeau (2011), significando “truque esperto do fraco na ordem estabelecida pelo forte”, já a noção de estratégia seria o “cálculo ou manipulação das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado”, e serão melhor desenvolvidas na sequência do capítulo

<sup>114</sup> Paulo Schilling – organizador do primeiro livro de cartas – escreveu em nota que “quando a levaram do Hospital Militar, Flávia ‘desapareceu’. Encontrá-la foi uma ‘via-crucis’. Seu novo domicílio era ‘segredo militar’” (SCHILLING, 1978, p. 22).

<sup>115</sup> Caso Flávia Schilling - Relatório. Documento disponível no Arquivo Nacional. Processo GAB nº 100.075. 02/02/1979 - 19 folhas/35 páginas. [BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.1632] p.15-16.

<sup>116</sup> Décio Freitas foi um intelectual gaúcho, militante de esquerda e advogado. Esteve envolvido diretamente na

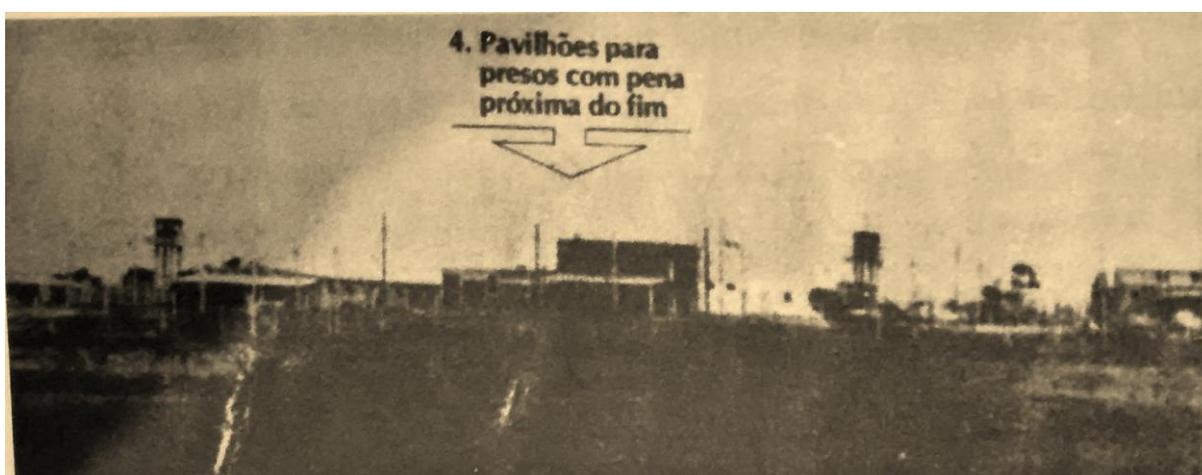
À distância, parecia tratar-se de uma fazenda: um vasto e ermo descampado no qual o vento corre solto; a sede do estabelecimento, representada por uma construção maior, ladeada de duas construções menores; a cerca de arame farpado, para impedir a fuga do gado. [...]. O frio é duro, sopra um vento forte e cai uma chuva fininha. Podemos então observar que soldados fazem a ronda ao longo da cerca de arame farpado, armados de metralhadoras e conduzindo cães pastores. À margem do caminho que leva à construção maior, divisam-se vultos que fazem movimentos rítmicos. [...] os vultos são de mulheres entregues numa lavoura. [...]. Trabalham sob vigilância de soldados, de metralhadoras e cães pastores. [...]. Penetramos assim, no presídio de Punta Rieles, a 14 quilômetros de Montevidéu (In: SCHILLING, 1978, p. 05).



Estrada até Punta Rieles. Distância e necessidade de fazer o caminho a pé eram algumas das dificuldades enfrentadas pelos familiares para realizarem as visitas. Coojornal (edição de 12/1978). IN: ROSA, 2013, p. 286.



Visão panorâmica da prisão de Punta Rieles. Na imagem é possível identificar (da esquerda para a direita) a entrada principal com o posto de guarda, a recepção e o posto de revista e, por fim, o alojamento dos militares. Coojornal (edição de 12/1978). IN: ROSA, 2013, p. 286.



Pavilhão principal e os chamados barracões – locais onde ficavam os presos com pena próxima do fim. Coojornal (edição de 12/1978). IN: ROSA, 2013, p. 292.

Quando Punta Rieles ainda não se constituía como uma prisão disciplinar forte<sup>117</sup>, o que viria a acontecer somente após a consolidação do golpe civil-militar, Flávia nos relatou as suas primeiras impressões deste ambiente:

*Bom, a gente chega, no começo, bom já era 73 e era uma “outra prisão”, por que ainda não era uma prisão disciplinar total, como depois se torna. Lembra: eles estavam aprendendo também a ser “carcereiros de prisão política”. E havia ainda muita possibilidade de interlocução, nesse começo de ditadura [...]. Sabe, há uma confusão também [...].*

<sup>117</sup> Segundo Schilling (1991, p. 148-149), é possível dividir a trajetória da prisão de Punta Rieles em momentos diferentes: o primeiro, que poderíamos localizar em 72-73, reflete de certa forma a “inexperiência carcelera de las F.F.A.A com respecto a organizaciones políticas; la confianza nacida del fácil triunfo militar y el fascismo dando sus primeros pasos’ criando uma situação de relativa indiferença em relação aos presos [...]”; já um segundo momento desenvolveria-se “a partir de julho de 1973, de cristalização do sistema, de reconhecimento de seus objetivos [...]”.

*[...] Então, no começo, em 73, ainda é um pouco mais frouxo de alguma maneira. Então aí eu começo a encontrar as companheiras, a gente, eu não me lembro, talvez já trabalhe, mas era um trabalho menos obrigatório. Eu não me lembro muito bem dessa fase. E eu fico num setor lá, mas claro, depois eu sou retirada como refém também [...]. Então essa primeira fase de Punta Rieles, ela não me deixa muitas recordações. A gente ainda achava, talvez, que a prisão fosse rápida... Grande engano. Era tudo ainda em construção, a ditadura [...]. [Entrevista Flávia 03].*

Flávia não comenta muito sobre o primeiro período em Punta Rieles, momento que vai até a retirada dos reféns em junho de 1973, entretanto deixa transparecer em sua fala a noção da perda do projeto tupamaro: “Então você se sente já, talvez, aprisionado. Você não tem ‘o projeto’. O ser tupamaro era todo um projeto, de repente, nesse momento, não há projeto” [Entrevista Flávia 03]. Essa perda momentânea de objetivos políticos pode ser pensada como fruto de um tempo de adaptação, uma tentativa de entender o que estava acontecendo. O campo de possibilidades antes visualizado se fechara e outro se apresentava. A prisão política se mostrava como um novo campo para os seus projetos, um campo limitado, restrito, que logo lhe fez entender que era necessário criar um novo plano: sobreviver!

Foram poucos meses para assimilar o que estava acontecendo, e quando nossa personagem começava a entender o seu novo campo de possibilidades, as regras mudaram novamente. Em julho de 1973, começava o período dos reféns da ditadura e Flávia teria sua vida entregue ao Estado uruguaio.

### **3.2 Nas mãos do Estado: Flávia como refém e a política de repressão**

Os reféns do governo uruguaio foram onze mulheres e nove homens, todos integrantes do MLN. Prisioneiros da ditadura, enfrentaram nos anos seguintes uma situação bastante difícil. Ruiz e Sanseviero (2012, p. 23), explicam que as reféns mulheres foram levadas a essa situação muito antes dos homens e acabaram devolvidas às prisões antes do grupo masculino. Segundo os autores:

El rehenato femenino se interrumpió abruptamente y sin explicaciones, tal como había comenzado, mientras que el de los hombres concluyó mientras avanzaban los acuerdos que condujeron a la recuperación democrática y el final de la dictadura (RUIZ; SANSEVIERO, 2012, p. 23).

Assim, conforme expõe Paulo Schilling,

[em] junho de 1973, Flávia foi retirada do presídio de Punta Rieles e levada para sucessivos quartéis, com suas companheiras. Era considerada como

uma das **perigosas**, segundo um critério de escolha dos mais absurdos. Foram punidas todas as que haviam sido feridas no momento da prisão e que apresentavam sequelas – em quase todos os casos, graves – dos ferimentos [...]. [...] Flávia e suas companheiras (como os dirigentes tupamaros presos) eram considerados reféns a serem executados no caso de algum atentado contra oficiais das forças armadas (SCHILLING, 1978, p. 61 – grifos do autor).

A condição de reféns de alguns presos políticos foi, conforme nos explica Pádro (2005, p. 567), uma situação muito particular do sistema carcerário da ditadura uruguaia: “Essa condição foi um regime de detenção rigoroso aplicado a determinados presos políticos, por mais de uma década, e que teve um caráter de ineditismo se comparado às demais ditaduras de Segurança Nacional latino-americanas”.

Ruiz e Sanseviero (2012, p.23-24) apontam que a retirada dos presos políticos das prisões e a sua transformação em reféns são fatos que só podem ser interpretados como expressões particularmente violentas do amplo dispositivo de “pedagogia do medo” empregado pelo Estado terrorista uruguaio. Para os autores,

el ‘rehenato’ se justifico como ‘acto de guerra’ contra la subversión dentro de la lógica de represalia preventiva contra organizaciones que habían desarrollado la lucha armada. Una semántica bélica compartida por los militares y las víctimas que dá razón al nombre – rehenes –, pero no explica las cualidades ni los significados del martirio a que fueron sometidos (RUIZ; SANSEVIERO, 2012, p. 24).

O momento em que se instalou a política dos reféns não foi um período de conflitos entre o MLN e o governo. Segundo Ruiz e Sanseviero (2012, p. 24), o que se visualiza é justamente o contrário: já fazia nove meses que as Forças Armadas haviam anunciado o encerramento das operações militares contra o aparato “subversivo” insurgente. Entretanto, tal política se iniciou em uma semana antes do golpe de Estado “y coincide con el momento en que la derecha militar e civil arremete contra la debilitada institucionalidad democrática en lo que sería el inicio de un proceso de represión abierta contra toda la población” (RUIZ; SANSEVIERO, 2012, p. 24).<sup>118</sup>

Ainda conforme esses autores (2012, p. 25), é possível observar que as “rondas”<sup>119</sup> interromperam o ciclo da arbitrariedade repressiva já conhecida: perseguição-detenção-tortura-prisão. Segundo eles (2012, p. 25-26),

<sup>118</sup> Ruiz e Sanseviero (2012, p.25) defendem que a política de reféns “deberían leerse como un escálon más alto de una pedagogia orientada a toda sociedad donde ‘el martirio de algunos es referente simbólico de punición para todos’”.

<sup>119</sup> Conforme explicam Ruiz e Sanseviero (2012, p. 25), “ronda” e “rotación” são os nomes que os militares

La ronda femenina – en junio del 73 – inauguro una modalidad de violencia en que las cárceles ya no serían más aquellas que conocieron las y los tupamaros – y por su intermedio la sociedad – antes del golpe de Estado. No serán ya un lugar de encierro donde es posible el reagrupamiento, el estudio, la curación de heridas... y la eventual preparación de fugas. La ronda *dirá* que estar en prisión puede ser también un tiempo infinito de tormento, y esa presencia ominosa convertirá a las cárceles políticas uruguayas en salas de espera de un posible nuevo tiempo de torturas.

Flávia, conforme assinalado antes, foi uma das onze mulheres retiradas do presídio e enquadradas como reféns do Estado uruguaio. Em carta de 03/07/73, ela comentou, com bastante ironia (talvez para burlar a censura), o momento de transferência da prisão:

Estou bem – bem cansada, como podem imaginar. Tenho um milhão de coisas para contar, porque na carta anterior, achando que não iam recebê-la, fiz só uma divagação. Nos levaram de Punta, quarta-feira, dia 20, com destino ignorado. Com a amabilidade que caracteriza o estabelecimento, não houve uma palavra de despedida. [...] E lá fomos as vítimas da neurose da Punta: primeiro, Alba Antunez (minha irmã!) e Estela Sanchez, depois Jessie Marchi e Grazia Dri, por um lado, e Cristina Cabrera e eu por outro; finalmente Raquel Dupont e Elena Curbelo. Deve ter havido outro grupo com Lúcia Topolanski no lugar de honra. Era a máfia completa. Parece que, para justificar a medida, fizeram correr o boato de que planejavamos uma fuga. Coisinha de nada, o boato, hein? As gurias literalmente subiam pelas paredes. Quando fomos levadas, naturalmente, toda Punta Rieles estava nas janelas. Mares de lágrimas (...) (SCHILLING, 1980, p. 27).

Segundo Padrós (2005, p. 567),

Esses presos políticos, retirados de um universo carcerário opressivo, ao qual estavam tentando se adaptar, foram obrigados, mais uma vez, a sofrer a incerteza do desconhecido. Sua transferência se realizou sem destino conhecido, sem informação alguma aos familiares, advogados defensores ou juízes militares encarregados dos respectivos processos penais.

Em entrevista ao *Coojornal*<sup>120</sup>, realizada logo após o seu retorno ao Brasil, Flávia explicou a falta de clareza da política dos reféns:

Quando fomos retiradas do presídio para passar aos quartéis, eles não nos disseram que éramos reféns. Depois a gente soube que eles disseram aos prisioneiros homens mais ou menos o seguinte: “Vocês vão responder, com a vida de vocês, por qualquer ação militar contra oficiais das Forças Armadas”. Para nós, as mulheres, retiradas dois meses antes que os homens, não foi assim tão claro. No nosso caso, quando acontecia alguma coisa, eles

---

adotaram para designar a situação das mulheres reféns. Assim, podemos considerar esses termos como sinônimos da política de reféns vivida por nossa personagem.

<sup>120</sup> Em entrevista, Flávia comentou que o fato da ditadura querer atingir seu pai – em processo de expulsão do país naquele momento – pode ter pesado na sua condição de refém. *Coojornal*, nº 53, maio de 1980, p. 21.

iam até a cela e diziam: “Prepare-se que você pode morrer hoje ou amanhã, porque aconteceu tal episódio”.

É interessante observar que as mulheres, segundo Flávia, vivenciaram a sua condição de reféns de forma um pouco diferente dos homens, e não só em função do desconhecimento da situação como apontado na citação acima. Distribuídas em duplas e, algumas vezes, individualmente, o grupo feminino passou pelas seguintes unidades: Artilharia 4 (cidade de San Ramón), Batalhão de Infantaria 1 (“Florida”), Cavalaria 4 e Engenheiros 1. Já o grupo masculino foi dividido em três trios, isolados entre si (Padrós, 2005, p. 566).<sup>121</sup> Ainda segundo Padrós (2005, p. 566), as reféns

ficavam por períodos de até três meses, quando se estabelecia um novo rodízio. O tratamento recebido no período foi o mesmo sofrido pelos reféns masculinos: regime de calabouço, incomunicação total, humilhações, simulações de fuzilamento, ameaças de estupro, agressões físicas, provocações de todo tipo e transferências constantes e sem aviso prévio de um quartel para outro.

Ou seja, havia diferenciações em função do gênero dos reféns, mas também uma macabra “igualdade”.

Algumas dessas terríveis condições podem ser visualizadas, por exemplo, na carta escrita em “Florida” no dia 03 de julho de 1973, quando Flávia afirma:

E aqui estou. O calabouço é pequeno, calculo que 1,5m por 2,5m. Tenho uma cama, um armário pequeno que serve de mesa, e uma cadeira. Há espaço para caminhar (cinco passos, ida e volta, cinco passos). As paredes são pintadas de azul, teto branco, uma janelinha com oito vidros pequenos, cobertos com tinta branca, pelos quais brinco de adivinhar como está o dia, que cor terá o céu. [...] Não temos recreio, e só saímos do isolamento para ir ao banheiro. Tomamos banho uma vez por semana, porque aqui não há água quente e é preciso levar-nos à enfermaria. Nunca vejo Cristina [refém que estava no mesmo quartel]. Para não esquecer minha voz, canto, porque o que falamos com os carcereiros se reduz a “preciso passar ao banheiro”, “obrigada”, “apague a luz” [...] (SCHILLING, 1978, p. 58).<sup>122</sup>

Podemos entender a política dos reféns como uma estratégia de repressão do regime ditatorial uruguaio, que tinha por maior objetivo “garantir a destruição física e mental” (PADRÓS, 2005, p. 567) dos prisioneiros. Conforme expõe Padrós (2005, p. 579),

<sup>121</sup> “Calcula-se que, no caso do grupo masculino, nos dez anos e meio que esteve submetido à condição de refém, cada trio foi transferido de unidade militar, cerca de 45 vezes” (PADRÓS, 2005, p. 566).

<sup>122</sup> Padrós (2005, p. 569) expõe que a “metodologia do confinamento dos reféns foi levada ao extremo. A incomunicabilidade referia-se tanto aos demais prisioneiros quanto à guarda – esta última encarregada de dar ordens e maltratá-los”.

Os mesmos elementos existentes como norma de disciplinamento do universo carcerário também eram encontrados na situação particular dos reféns. De forma geral, tratou-se de uma experiência de “animalização” visando destruir as faculdades humanas, a estrutura psicológica da consciência, impedindo o desenvolvimento de qualquer forma de trabalho produtivo, de higiene, de exercício físico, limitando toda informação, cerceando toda possibilidade de informação e de comunicação ou de interação social.

Em entrevista ao projeto Marcas da Memória, quando instada a falar sobre o seu período como refém, Flávia comentou a respeito da violência nos quartéis<sup>123</sup>:

*Teve um momento que, eu nem me lembro qual foi a situação, a gente estava em um quartel de cavalaria, e os quartéis de cavalaria eram horríveis sempre, o pessoal que trabalha com cavalaria já dizia: “bom, eles são cavalos”, aquela coisa, que eles nos deram um belo susto; um belo susto no sentido de criar um clima, e nos obrigaram a formar, ficar na formação, eles estavam em uma formação num pátio fazendo uma homenagem a alguém que tinha sido assassinado, e obrigaram a gente a estar presente, teve situações tensas, me bateram naquela situação, enfim [...]. [Entrevista Flávia 01].*

María Elena Martínez Salgueiro, advogada de Flávia<sup>124</sup>, explicou que o assassinato do militar acima referido foi um dos momentos que mais a amedrontou na relação com sua cliente, pois foi proibida de vê-la logo após essa situação. Em suas palavras:

Havia um quartel de cavalaria muito duro em Montevideú, e Flávia estava neste quartel quando assassinaram um alto chefe militar [...] em Paris, e seu filho era oficial neste quartel. Me lembro, entretanto, que cheguei no quartel no outro dia do assassinato deste homem e foi a única vez que não me deixaram entrar. Eu saí de lá com muito medo, muitíssimo medo. Então, eu pressionei que queria ver a Flávia na semana seguinte.<sup>125</sup>

<sup>123</sup> No Cerco de Cavalaria, um dos quartéis em que esteve presa, Flávia foi atacada por cães. Durante uma visita de sua advogada, María Elena Martínez Salgueiro, um dos cabos que não concordava com o acontecido permitiu que ela contasse sobre o episódio ocorrido. María Elena conseguiu então denunciar a violência e inclusive fazer retirar esse quartel da ronda. Segundo Flávia, “era um quartel que à noite nos amarravam e botavam capuz. E tinha um coronel que bebia pra caramba, e ele era meio libidinoso, de querer passar as mãos”. Entrevista ao autor. Montevideú – junho de 2013.

<sup>124</sup> María Elena Martínez Salgueiro foi advogada de Flávia e de inúmeros presos políticos no Uruguai durante o início da repressão ditatorial no país. Em entrevista, ela não se recorda nem quando nem porque se tornou defensora de Flávia. Entretanto, durante o período em que esteve defendendo nossa personagem, a relação entre ela e a família Schilling se tornou muito próxima, como deixa claro a seguinte história: “Eu tinha a esposa de meu irmão refugiada em Buenos Aires, e eu ia muito a Buenos Aires. A primeira vez que vou, a mãe de Flávia me disse: ‘María Elena, vamos trocar familiares, eu tomo a sua cunhada como minha filha e vós toma a Flávia como tua familiar’. E eu [María Elena] disse: ‘Para mim está perfeito, Flávia é minha família, qualquer coisa que precisar’”. Entrevista de María Elena Martínez Salgueiro ao autor, Montevideú, julho 2013.

<sup>125</sup> Entrevista ao autor, op. cit.

Em outro depoimento, Flávia retomou a situação vivida e explicou um pouco mais sobre o seu período como refém:

*Então a questão dos reféns é barra pesada. É barra pesada total porque... não apenas o deslocamento, mas a solidão. Então só tardiamente eles começam a cada tanto nos colocar juntas. Então há alguns quartéis em que eu fico com a Alba Antunes. Depois eles trocam as duplas, digamos assim, aí eu fico com a Lia Maciel.*

*E a insegurança, que era mais ou menos (inaudível), a gente não acreditava muito. Por que é impossível você acreditar que se acontecer alguma coisa você vai ser morto. Então a gente muito não acreditava que isso fosse acontecer e que eles seriam capazes de chegar a esse limite. Por que é uma atitude... Claro, todo mundo sabia que estávamos presos e uma execução, mesmo que inventassem que a gente tivesse querido fugir, a gente não acreditava tanto, mas a ameaça estava posta. Eu me lembro de um momento, quando teve um atentado contra um coronel (inaudível) que fizeram a gente... Me bateram num quartel de cavalaria, num quarto, depois fizeram eu e a Alba ficarmos numa certa formação, no momento que eles estavam prestando homenagem ao cara que tinha sido baleado... Tensíssimo, uma coisa absurda. Então a questão tava posta, e havia quartéis muito horríveis e quartéis mais ou menos. E eu te digo “mais ou menos” no sentido de que os oficiais não eram tão fascistas. Então havia um certo relaxamento, havia alguns em que os caras, principalmente os de cavalaria, eram muito fascistas, aí a coisa era realmente mais dura. Agora lembra, nunca as instituições são homogêneas, então havia algum soldado que gostava da gente e que ajudava aqui e ali, afrouxava um pouco [Entrevista Flávia 03].*

A pressão então experimentada era enorme. Estar com a vida nas mãos de outro se tornou uma tortura permanente. Por mais que Flávia reconstrua hoje esse momento com certa clareza e tranquilidade, possíveis desde uma mirada à distância, afirmando que não acreditava que a promessa de dar fim à vida dos reféns fosse se concretizar, o tempo vivido nessas condições foi muito doloroso. A violência utilizada, as torturas, a solidão, os traslados, tudo contribuía para o sofrimento dos reféns. Maria Elena relatou em entrevista como se davam as visitas a alguns desses quartéis, mostrando o quão dura era a situação:

Como era essa visita? Essa visita era [...], quase todos os quartéis tinham "frontones" [algo semelhante a um ginásio, quadra esportiva]. E como era a nossa visita? Não era dentro do quartel, era no centro do "frontón", colocavam uma mesa, Flávia de um lado, eu de outro, atrás de Flávia um tenente para me olhar, para ver o que eu fazia, e atrás de mim um sargento que olhava para Flávia. [...] Ah, faltou um detalhe que para mim... os cachorros eram parte da visita; nas quatro pontas, nas duas pontas fechadas e nas duas pontas onde se abre o “frontón”, havia um soldado com um

cachorro [da raça dobermann]. Nas quatro esquinas tinham cachorros. Estava falando com a minha cliente, mas meus olhos estavam nos cachorros, então eu estava impedida de pensar a melhor forma de me relacionar com ela.<sup>126</sup>

Entretanto, é interessante observar a existência de pequenas brechas no sistema repressivo dentro dos quartéis, possibilitadas por atitudes individuais de alguns soldados<sup>127</sup> ou mesmo por desentendimentos entre eles, quando ocorriam momentos de maior relaxamento com as presas<sup>128</sup>, conforme percebemos neste depoimento de Flávia:

*Havia sempre possibilidades. Quebravam a comunicação, a gente sabia que quando o soldado “x” estivesse de guarda dava pra gente conversar de janelinha pra janelinha, entendeu? Então mesmo nos piores [momentos] havia, digamos assim, resistência por parte dos soldados em relação à oficialidade, e isso era muito claro. Eles odiavam o capitão tanto, e por odiarem o capitão tanto eles afrouxavam pra nós. Então havia todo um jogo nesse sentido, mas que realmente não é algo que se deseje para alguém [Entrevista Flávia 03].*

“Não é algo que se deseje para alguém”: a afirmação de Flávia deixa nítido as dificuldades e os sofrimentos envolvidos naquela situação. Some-se a isso a constante transferência de presídios que trazia uma série de problemas e apreensões aos encarcerados, e que pode ser encarada como outra estratégia de repressão do regime ditatorial. Em função das mudanças de regras, como aquelas referentes à escrita de cartas, e das separações das companheiras com as quais as reféns haviam desenvolvido alguma cumplicidade, esses traslados criavam a necessidade de novas adaptações. Conforme diz Padrós (2005, p. 570):

Quando finalmente tinham se apropriado ou re-apropriado dos códigos de sobrevivência de cada estabelecimento, vinha uma nova transferência que

<sup>126</sup> Neste mesmo quartel, os soldados levavam os cachorros da raça dobermann até as portas das celas para ficarem latindo e intimidando os presos. Por causa de tal situação, Maria Elena fez um ato de manifesto - documento interno dos quartéis - reclamando dessa atitude e da situação das visitas. No outro dia, foi chamada ao local para estabelecer um acordo: retirava o ato de manifesto e Flávia seria trocada de quartel. No dia seguinte, nossa personagem já estava em outro lugar. Entrevista Maria Elena Martínez Salgueiro, op. cit.

<sup>127</sup> Levi (2006) escreve sobre a importância de se pensar a atitude de cada pessoa de maneira singular, isto é, ainda que inseridos em determinado contexto histórico, não se pode aplicar os mesmos procedimentos cognitivos ao conjunto dos indivíduos pertencentes a determinado grupo. Como diz o autor, “para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social” (LEVI, 2006, p. 182). Talvez essa reflexão nos ajude a entender melhor as diferenças de comportamento entre os soldados que vigiaram Flávia, mesmo que submetidos às mesmas pressões e condicionamentos ideológicos.

<sup>128</sup> María Elena relatou na sua entrevista que, em um dos encontros com Flávia, teve a oportunidade de vivenciar “uma visita linda”: “Me conduzem pelo quartel, me conduzem à cela de Flávia, que era um cela grande, e nós duas nos sentamos na cama, nos tapamos com uma manta e passamos três horas conversando”. Entrevista ao autor, Montevidéu, julho de 2013. No mesmo sentido, Lia Maciel, companheira de nossa personagem, relatou a oportunidade que tiveram de ficar juntas durante o período como reféns: “algumas vezes estivemos juntas, no mesmo calabouço, em duas oportunidades, e aí falamos tudo, 24 horas (risos)”. Entrevista ao autor, julho de 2013.

desarranjava seus mecanismos de defesa cotidiana; era necessário então refazê-los em função das novas condições, o que exigia um bom tempo e muita concentração e determinação.

Flávia deixa transparecer em uma de suas cartas (18/07/1973) o seu temor das transferências: “Mas a verdade é que tenho tanto terror às transferências, porque nunca se sabe onde se vai, nem para o que é a transferência, que nem me importa ficar mais um tempo aqui” (SCHILLING, 1978, p. 62). Entretanto, os traslados continuaram, como podemos observar na carta de 19/03/73: “E aqui estou eu, estreando um novo lar uma semana antes da data prevista. Cheguei na noite passada, sozinha, porque me separaram da minha irmãzinha Cristina” (Ibid., p. 66)<sup>129</sup>.

O trecho citado possibilita perceber outra estratégia utilizada para dificultar as relações dos presos com seus familiares e representantes legais. Flávia comenta que foi transferida uma semana antes do previsto; conforme aponta Padrós (2005, p. 572), esse fato não foi isolado. Saber onde o preso estava era um desafio. As transferências “ocorriam sistematicamente e sem prévio aviso”, o que acarretava muitas viagens perdidas. As frágeis estruturas montadas pelas famílias eram desestabilizadas com as constantes mudanças, que muitas vezes só eram descobertas ao não se encontrar o preso onde ele supostamente deveria estar. Em carta do dia 14/05/75, Flávia comenta essa situação: “Hoje faz uma semana que estou aqui [referindo-se ao novo quartel]. Estamos muito bem, com muita pena pela visita perdida de domingo e pela viagem inútil que vocês fizeram” (SCHILLING, 1980, p. 56).

A situação de reféns duraria, no caso de Flávia e do grupo feminino como um todo, até 1976.<sup>130</sup> Foram pouco mais de três anos (junho de 1973-outubro de 1976) de regime de calabouço, incomunicabilidade, humilhações, provocações, castigos corporais, transferências constantes e muita tensão; afinal, qualquer atividade realizada pelo MLN fora da prisão poderia potencialmente ser paga com suas próprias vidas.

Após esse período, Flávia, Lia e outras companheiras reféns voltaram a Punta Rieles “e à ‘amabilidade’ [expressão irônica usada por Flávia nas cartas], que caracterizava o presídio feminino situado a doze quilômetros de Montevideú” (ROSA, 2013, p. 278). Segundo nossa personagem, o retorno àquele cárcere se deu quando Jessie Macchi, refém como ela, engravidou de um companheiro. Tal situação colocou em xeque toda a ideia da

---

<sup>129</sup> María Elena comentou sobre a dificuldade em saber onde encontrar Flávia quando queria visitá-la: “Tinham as rondas, eu nunca sabia onde a Flávia estava, toda vez que ia visitá-la tinha que perguntar onde ela estava”. Entrevista ao autor, op. cit..

<sup>130</sup> O grupo masculino só voltaria ao presídio de *Libertad* em 1984, quase onze anos depois.

política dos reféns, que acabou recuando, possibilitando a realocação das presas nos cárceres políticos.<sup>131</sup> Retorno com algumas dificuldades, como relatou Maria Elena:

Foi uma situação bastante traumática para as presas que voltaram dos quartéis. [Elas] não foram bem vistas, uma situação estranha, não foram bem vistas pelas demais companheiras, não estavam acostumadas à rotina, à forma... Flávia talvez tenha sentido menos, mas algumas tiveram problemas.<sup>132</sup>

Como vimos ao longo desse subcapítulo, o período como refém do Estado uruguaio foi marcado por inúmeras tensões, tais como as transferências, as adaptações a cada novo local de encarceramento, a tortura de estar com a vida nas mãos de outro e o isolamento. A atuação e a presença de María Elena, bem como, em outro nível, a atitude de alguns soldados “menos fascistas”, parecem ter oportunizado brechas de alívio e esperança para Flávia. Foram aproximadamente três anos imersa nesta realidade. Após essa fase chegava ao fim a política de reféns. Era preciso, entretanto, enfrentar um novo desafio: a volta a Punta Rieles e as novas estratégias de repressão do cárcere feminino. São estas as questões que pretendemos abordar logo adiante.

### 3.3 A volta a Punta Rieles e as estratégias de repressão

ART. 76 – A reclusa será submetida a um sistema de normas de disciplina que tem por objetivo infundir hábitos de ordem e especialmente reeducar a personalidade da reclusa e conseguir sua melhoria moral e higiene mental orientando sua futura vida social honesta.<sup>133</sup>

O artigo acima citado, extraído do Regulamento de Punta Rieles, nos possibilita apreender o objetivo explícito da prisão política uruguaia. Foram inúmeras as estratégias da repressão utilizadas nos cárceres para “garantir a destruição física e mental” (PADRÓS, 2005, p 567), ou “reeducação”, como afirmavam os militares, dos prisioneiros. Erving Goffman (2003), em estudo sociológico clássico, compreende as prisões como “instituições totais”, isto

<sup>131</sup> É interessante observar como a questão da maternidade foi capaz de fazer recuar toda uma política repressiva a que eram submetidas as reféns naquele momento. A gravidez de Jessie parece ter sido o ponto chave para a mudança. Duarte (2009) e Caminha (2012) propõem pensar situações como essa na perspectiva dos chamados “jogos de gênero”. Segundo a última, “os jogos de gênero devem ser percebidos como instrumentos aos quais os atores políticos recorrem a fim de intervir no espaço público. O 'eterno feminino' e o 'eterno masculino' são empregados e disto resulta uma tensão na encenação entre o que é verdadeiro e o que é percebido pelo adversário”. Neste caso, a gravidez relacionada ao “eterno feminino”, aparentemente, assustou os adversários, os quais tiveram que recuar em termos estratégicos. Afinal, a imagem da “grávida seviciada” poderia “pegar mal” para sua posição reivindicada de guardiães da sociedade e da família uruguaia.

<sup>132</sup> Entrevista Maria Elena op. Cit.

<sup>133</sup> Capítulo XVI do Regulamento da Prisão Feminina de *Punta Rieles*. IN: SCHILLING, 1991, p. 214.

é, ambientes onde a vida dos indivíduos confinados encontra-se submetida a regulamentações diárias, em constante vigilância, em uma tensão permanente, onde os presos perdem o seu “estojo de identidade”. Podemos aproximar tal concepção à ideia de “poder disciplinar” de Michel Foucault (2009, p. 164), assim definido por ele:

[...] um poder que, em vez de apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. [...]. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e instrumentos de seu exercício. [...]; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.

Estas configurações, comuns a todas as prisões, devem ser percebidas em um grau de intensidade muito mais elevado no caso de Punta Rieles. Era esse o ambiente que aguardava nossa personagem e suas companheiras após o período como reféns. Em sua dissertação de mestrado, Flávia, a partir de um debate com os trabalhos de Foucault (1979), caracterizou a prisão política uruguaia de maneira próxima às concepções acima referidas:

Perseguia-se a criação do sujeito obediente, submisso, sem pensamento nem ação próprios, sem vida própria. Para tanto concorreram os métodos de despersonalização, o ataque à identidade, a massificação, a desmoralização, o isolamento, a insegurança e a agressão constante. A criação desse sujeito obediente é vista como um labor de destruição, de aniquilamento do ser humano e do ser político. Trata-se de uma guerra (SCHILLING, 1991, p. 185).

Guerra que Flávia teve de enfrentar diariamente. Aos poucos, o ambiente do cárcere, como uma estratégia de repressão e com seus mecanismos disciplinares, começou cada vez mais a interferir na vida diária dos detentos, em especial nos seus corpos. Isso pode ser percebido, por exemplo, na carta escrita por nossa personagem ainda no mês de maio de 1973, quando diz: “Parece que agora nos cortam o cabelo e põem uniforme. Vai haver um escândalo bárbaro. É bastante deprimente sentir-se preso até no aspecto e cada vez que se olhe no espelho” (SCHILLING, 1978, p. 48). Quando foi retirada do presídio como refém, a imposição do uniforme e do corte de cabelo unificado ainda não tinha se consolidado. Ao retornar à prisão, entretanto, ela também teve que se enquadrar no padrão estabelecido após a sua saída, como se nota na carta de 09/11/76, redigida com ironia: “Quando vocês vierem vão ver como fico bonita com o uniforme e com o cabelo bem curtinho e crespo, como nas fotos de criança” (SCHILLING, 1980, p. 89).<sup>134</sup>

<sup>134</sup> Rosa (2013, p. 290) ressalta também que, “como parte da política de despersonalização, as presas eram identificadas por números, além do uniforme cinza e dos cabelos curtos”.

Em entrevista, Flávia falou de sua volta à Punta Rieles e da nova rotina que a aguardava:

*Depois a gente volta para Punta Rieles, e Punta Rieles era já bem consolidado um regime unidisciplinar. E eles faziam uma coisa de maldade que era, tipo, meia noite ou duas da manhã, tipo de treinamentos de emergência, que aí toca a sirene e todo mundo tinha que se jogar no chão e ficar com as mãos assim no chão (gestual de mãos), todo mundo imediatamente. Aí eles faziam revistas na cela. Então havia isso, havia a coisa da transgressão, poder ser punida com solitária, e realmente de muito tempo. Havia um regimento disciplinar bem excessivo, mas eu creio que o mais marcante eram esses treinamentos de emergência, alarmes, criação de um ambiente de tensão o tempo todo. Bem naquela linha: o corpo de vocês pertence a gente [e] ponto, vocês estão nas nossas mãos. Exercício de poder super simples [Entrevista Flávia 03].*

Este exercício de poder relatado por Flávia pode ser percebido igualmente no Regulamento da prisão. Eram inúmeras as infrações que, se cometidas, acarretavam sérias sanções. Conforme expõe Rosa (2013, p. 289),

das 29 infrações descritas no Regulamento, [...] doze tratavam da linguagem, da postura, da comunicação e dos gestos. Somadas a outras doze que versavam sobre a obediência e desobediência, formavam o eixo central que amparava o regime disciplinar de Punta Rieles. Para além da privação da liberdade, a aplicação do Regimento visava a transformar as presas em pessoas obedientes, seguidoras de regras, ordens, plenamente adaptadas à rígida disciplina.

A lógica era a seguinte: qualquer desvio da ordem estabelecida geraria punições. E essas poderiam significar o cancelamento de visitas ou mesmo a incomunicabilidade. Tudo estava no regulamento, que se propunha a estabelecer “um verdadeiro claustro de transformação moral e readaptação social do delinquente”, baseado na “obediência por convicção” (SCHILLING, 1991, p. 170).

Segundo Rosa (2013, p. 289), “a maioria das infrações resultava em penas de incomunicabilidade que poderiam durar alguns dias ou meses”. Desobedecer o pessoal encarregado do cárcere levava a um período sem comunicação de 21 a 45 dias; negar-se a se alimentar, 46 a 60 dias; oferecer resistência manifesta às punições, 3 meses; enquanto faltar ao respeito ou responder incorretamente aos funcionários, de 46 a 60 dias (SCHILLING, 1991).

Além disso, deve-se entender que qualquer motivo aparentemente prosaico (em situações cotidianas “normais”) poderia servir como justificativa para punições: “não sair

rapidamente das celas, marchar a passos largos, rir, olhar para o lado, olhar para o carcereiro, conversar com as demais, solicitar ir ao banheiro [...], etc.” (ROSA, 2013, p. 290). Vivia-se, pois, diariamente no limite e a mercê da vontade dos militares. Afinal, o objetivo da prisão, como disse o diretor do presídio de Libertad em 1973, era claro: “no los liquidamos a todos quando tuvimos la oportunidad y algún día tendremos que soltarlos; debemos aprovechar el tiempo que nos queda para volverlos locos”<sup>135</sup>.

Uma das estratégias utilizadas para “enlouquecer” os prisioneiros foi o trabalho obrigatório. No regulamento da prisão, constava o seguinte item: “toda apenada que se negue a cumprir um trabalho fixado sofrerá sanção disciplinar estabelecida” (Regulamento de Punta Rieles, Cap. XVI, Art. 77, p. 141-A.)<sup>136</sup>. Assim, podemos compreender essa atividade como outro mecanismo da repressão da prisão política uruguaia, no sentido de dominar o cotidiano dos detentos e impor a eles sua vontade. Em depoimento ao Projeto Marcas da Memória, Flávia comentou tal situação:

*[...] havia um cotidiano absolutamente regido por regras, então você tinha que fazer a faxina tal hora, uma semana você ia para a cozinha, havia trabalho, o trabalho era obrigatório, o trabalho muitas vezes era um trabalho inútil. Talvez vocês já tenham lido alguns comentários assim como: “você vai tirar pedra de um lugar pra colocar em outro”, quer dizer um trabalho como pura disciplina, sem sentido. Havia outros que não, que era produção de hortas, enfim, ou a própria cozinha, que era um trabalho pesadíssimo, você fazer a alimentação de trezentas pessoas, mas pelo menos você produz alguma coisa. Além dos trabalhos obrigatórios, da rotina determinada por eles, horários pra tudo [...].* [Entrevista Flávia 01].

É possível aproximar a fala de Flávia com certas reflexões formuladas por Foucault (2009). O autor propõe pensar a dinâmica das instituições disciplinares a partir de um controle total dos corpos, não em massa, mas detalhadamente, por meio da qual seria exercido sobre eles “uma coerção sem folga, de mantê-lo[s] ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo” (p. 132-133). Isso resultaria na constituição de “corpos-dóceis”, resultados de uma política de coerções trabalhadas sobre os corpos, uma manipulação calculada de seus elementos, seus gestos, seus comportamentos (FOUCAULT, 2009, p. 133).<sup>137</sup>

<sup>135</sup> BERMEJO, González. *Las manos en el fuego*. Ed. de la Banda Oriental, 1985, p. 83, apud SCHILLING (1991), p. 149.

<sup>136</sup> Citado por Flávia Schilling (1991), p. 179.

<sup>137</sup> Segundo Foucault (2009, p. 134), “a disciplina é uma anatomia política do detalhe” que vai agir em diversos pontos do cotidiano como: a distribuição dos indivíduos no espaço e o controle de suas atividades e do seu

Foucault (2009, p. 230) evidencia que o trabalho nas prisões não é algo exclusivo dos cárceres políticos. De acordo com ele, o trabalho penal estaria ligado à ideia do “trabalho” por si só, possibilitando a “constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema de submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção”. Conforme o filósofo, o trabalho penal, na sua concepção primitiva, “não é o aprendizado deste ou daquele ofício, mas o aprendizado da própria virtude do trabalho. Trabalhar sem objetivo, trabalhar por trabalhar, deveria dar aos indivíduos a forma ideal do trabalhador” (FOUCAULT, 1979, p.133). Era a este tipo de trabalho que Flávia e suas companheiras eram submetidas: “o trabalho vazio, o trabalho formal, o trabalho ritual de submissão” (SCHILLING, 1991, p. 179).

As formas encontradas pelos gestores das prisões políticas uruguaias para reprimir seus encarcerados passaram por diferentes fases, de momentos menos repressivos até períodos de controle quase total dos prisioneiros. Podemos afirmar, entretanto, que, em suas características gerais, a ação dessas instituições foi relativamente constante, até mesmo no que se refere às situações mais individuais. Um exemplo desse fato liga-se diretamente com a supervisão da escrita de missivas. As maneiras de escrever, os dias de recolhimento, as falhas nas entregas, além da censura – que se alternava entre momentos mais rígidos e outros mais liberais – nos parecem questões importantes de serem pensadas também como uma tentativa de disciplinamento de nossa personagem e suas companheiras de cárcere.

Duas notas do livro “Querida Liberdade” (SCHILLING, 1980) podem ser o ponto de partida de nossas discussões sobre esse ponto: “Em muitas oportunidades, o diálogo de Flávia com a família foi interrompido pela censura de *Punta Rieles*, às vezes durante meses” (nota 61 – p. 111); e “As cartas da família não foram entregues a Flávia por terem sido censuradas, bem como muitas das cartas dela nunca chegaram às nossas mãos” (nota 72 – p. 122). Tais alertas ajudam a explicar os questionamentos de Flávia à família pela falta de contato ou a respeito do porquê de alguém não estar escrevendo para ela, como é possível perceber na carta de 24/12/1972 quando a personagem escreve: “[Estou] Ofendidíssima porque Papai não me escreveu. Não vale. E contentíssima com a carta de todos os outros” (SCHILLING, 1978, p. 18). O livro apresenta igualmente a seguinte nota escrita por Paulo Schilling, referindo-se ao trecho citado anteriormente: “Também no Hospital Militar de Montevideu a censura era eficiente...” (Ibid., p.20). A escrita de cartas, como veremos mais adiante neste capítulo, era uma das principais táticas de resistência de Flávia. Elas representavam um meio de contato

com o universo exterior ao cárcere. A imposição de inúmeras normas quanto às mesmas apresentava-se, assim, como uma barreira difícil de transpor, uma estratégia de repressão bastante presente e aflitiva para as prisioneiras e seus entes queridos<sup>138</sup>.

As missivas tornavam-se importantes também devido à dificuldade muitas vezes imposta para as visitas às presas. Conforme expõe Rosa (2013, p. 287), essas, independentemente do local de detenção, obedeciam a um ritual específico, que seguidamente desestimulava os familiares a retornarem – a chegada a Punta Rieles, por exemplo, só era possível após um percurso de dois quilômetros a pé<sup>139</sup>. Fazer uma visita era enfrentar

ônibus atotados de familiares, filas longas e demoradas, espera de cinco horas sem poder sentar, visita de poucos minutos e sem contato físico, tudo sob o olhar atento dos carcereiros que vigiavam as conversas. Isso quando as visitas eram possíveis, pois, algumas vezes, todo esse trajeto e espera eram em vão. Chegando aos presídios, os visitantes poderiam descobrir que a visita estava proibida, não iriam avistar-se com a presa ou o preso naquele dia (ROSA, 2013, p. 288).

Era essa a situação que enfrentavam os familiares de Flávia que desejavam vê-la. Questionada se recebia visitas, ela relatou que sempre alguém a visitava, incluindo a sua advogada Maria Elena Martins. Explicou, entretanto, que em Punta Rieles esse encontro se dava pelo vidro,

*estilo prisão americana, prisão internacional, era vidro e telefone. E, obviamente, guardas escutando, mas mesmo assim alguma coisa passava. Porém já não tinha o contato corpo a corpo, a não ser com as crianças das presas com filhos. Daí sim tinha a visita com contato corpora<sup>140</sup>. Com o Cônsul eles não tiveram coragem, então era corpo a corpo. A única vez que os advogados puderam ir, brasileiros já, foi pelo fone. Era vidro e telefone. [Entrevista Flávia 03].*

Esta declaração evidencia a intimidação sofrida por quem ia à prisão. Após horas de espera e de um longo percurso<sup>141</sup>, a visita se dava sem contato corporal e com a presença de guardas em ambos os lados, imponto sérios limites às trocas afetivas e profissionais que

<sup>138</sup> A forma da censura vigente no presídio de Punta Rieles é explicitada no artigo 93 do seu Regulamento, que dizia o seguinte: “[...] as reclusas não poderão, em suas comunicações escritas, usar signos ou palavras convencionais, linguagem incorreta, nem fazer alusões ou emitir julgamento com relação ao regime interno ou ao pessoal do Estabelecimento, ou referir-se a assuntos que saiam dos termos pessoais de seu interesse ou de sua família (Regulamento de Punta Rieles, Cap. XVII, Art. 93, p. 141-A. IN: SCHILLING, 1991, p. 214).

<sup>139</sup> Rever imagem página 93.

<sup>140</sup> Podemos pensar aqui novamente na noção de “jogos de gênero”, já comentada mais acima.

<sup>141</sup> Lia Maciel também relatou a dificuldade que se tinha para chegar até a prisão: “Punta Rieles não é longe, são 16 km, mas era incômodo porque naquela época não havia tanta locomoção e a estrada que descia de ônibus até o presídio tinha que caminhar uns 3 km, pois não havia como chegar. Para as famílias era difícil, as crianças, os mais velhos, os dias de calor, os dias de chuva”. Entrevista Lia Maciel, op. cit.

poderiam ser feitas. Restrições que, entretanto, não levaram Flávia e suas companheiras a apenas esperar o tempo passar. Elas se organizaram, criaram projetos para sobreviver à repressão e, com eles, inúmeras táticas de resistência.

### 3.4 Os projetos para sobreviver: a criação de uma rotina resistente

Diego: E quando voltaram a Punta Rieles, as normas eram diferentes?

Lia: Sim, era mais lindo (risos), em Punta Rieles era mais lindo, era como ser um pouco livre. Na realidade era horrível, mas comparado com um calabouço e vindo de tal era distinto. Estávamos em uma cela grande, com outras companheiras, saíamos ao recreio, tínhamos visitas e, sobretudo, [podíamos] estar com outras pessoas. Não havia mais distanciamento; havia um afastamento do mundo lá fora, mas não havia distanciamento com esse grupo que se vivia, pois estar sozinha é um distanciamento de tudo.<sup>142</sup>

Lia Maciel, companheira de Flávia, ao relatar a volta a Punta Rieles após o período como refém, toca em um ponto importante: em Punta se era “mais livre” e, acima de tudo, não se estava sozinha. Havia outras companheiras, existia com quem conversar, saía-se para recreios, recebiam-se visitas (mesmo com os limites apontados acima), era possível, enfim, criar uma rotina com interações sociais. Ela contou em sua entrevista que Punta Rieles, antes de ser prisão política, havia sido um convento, o que dava àquele ambiente de reclusão algumas características diferentes das prisões comuns. Em suas palavras:

A prisão de Punta Rieles havia sido um convento, deixou de ser convento e passou a ser prisão, não houve nenhuma modificação. Então as celas eram dormitórios, sacaram a porta e colocaram uma grade com um cadeado [...] onde colocaram oito beliches. Estávamos fechadas, mas era um dormitório, com piso de parquet e uma janela grande, mas a janela era tapada, não se podia ver nada. [...] Na capela do convento, ali colocaram 50 beliches, [...] e era uma capela, e na parte do altar, que era mais alta, deviam ter 3 ou 4 beliches, com uma coisa redonda, uma parede redonda.<sup>143</sup>

Diferente de uma prisão convencional, pelo menos em seu aspecto físico, Punta Rieles, mesmo com todas as dificuldades e limitações impostas, tornava-se, naquele momento, o campo de possibilidades de Flávia e suas companheiras. Ali foi possível descobrir brechas, projetar formas de sobreviver, encontrar táticas de resistências.

É importante ressaltar que, quando se fala em táticas de resistência, não se está associando essa noção a uma atividade militante, organizada e coletiva, movida por ideais

<sup>142</sup> Entrevista Lia Maciel, op. cit.

<sup>143</sup> Entrevista Lia Maciel, op. cit.

racionalizados, por mais que essas existissem como na formação de grupos de estudos, de teatro, e na prática escondida de atividades físicas. Fala-se em resistência aqui, principalmente, para se referir a atividades cotidianas que pudessem trazer um mínimo de conforto e meios de sobrevivência à violência física e psicológica da prisão política. Nesse sentido, a carta de Flávia do dia 10/05/1973 nos parece bastante elucidativa: “Aqui todos os dias os esquemas da gente são destruídos, e a flexibilidade, a amplitude e a retidão têm que primar necessariamente na nova conduta, sob pena de cair na loucura e na angústia” (1978, p. 48).

Tais micro-resistências, acreditamos, podem ser compreendidas a partir do conceito de “tática” discutido por Michel De Certeau (2011, p. 94-95). Esse, como aponta o autor, se refere a ações dentro do campo e espaço do inimigo, e

[...] não tem [...] a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.

Foram “raios, relâmpagos, fendas e achados no reticulado de um sistema” (CERTEAU, 2011, p. 95) que possibilitaram a Flávia e a muitas de suas companheiras atravessarem o período na prisão; afinal de contas era necessário dar algum sentido para tudo aquilo que era vivido. Em carta de 03/10/73, por exemplo, ela deixa transparecer a necessidade que se tinha de eleger atividades para passar o tempo:

E aqui, que temos todo o tempo do mundo para não fazer nada, nos desesperamos querendo ter alguma coisa em que pensar e temos que ser fortes para nos deixar levar pela saudade de sentir “o canto dos pássaros e o murmúrio dos ventos nas árvores” [...]. (SCHILLING, 1978, p. 69)

Nesse sentido, um exercício bastante mencionado nas cartas de Flávia, e considerado aqui como importante tática de resistência, foram os trabalhos manuais, como a confecção de bonecas e peças de roupas (sempre que possível enviadas como presentes à família). Tais atividades ficam explícitas em algumas cartas de Flávia, como por exemplo:

Agora vou me dedicar à confecção de bonecos de lã, a bordar, etc. Já fiz algumas coisas. Quando perceber que as cartas estão chegando a vocês, começo mandar (10/12/72 – SCHILLING, 1978, p. 15).

Mando no pacote 3 saquinhos de crochê e uma almofada sem encher; num saquinho é preciso pôr um ‘zíper’. O de cordão é para o Jorge [cunhado de Flávia], mas não ficou muito bonito; como tinha pouco fio ficou muito pequeno [...]. Se querem que eu faça algo de crochê, mandem lã (se não for muito difícil). Gosto de fazer trabalho manual, porque é uma forma produtiva de descarregar os nervos. Há companheiras que descarregam esta tensão fazendo trabalhos manuais com a língua, mas como não gosto de conversar, prefiro por enquanto o crochê (12/02/73 – SCHILLING, 1978, p. 28).

Queridos: estou cansada! Mas não se assustem; o que acontece é que estive dando duro com a agulha de tricô e a lã (08/03/76 – SCHILLING, 1980, p. 77).

Estive tricotando, para entreter-me, um par de meias de lã para mim, grossíssimas, como para ir ao pólo (sic) norte, que ficaram engraçadíssimas (24/05/76 – SCHILLING, 1980, p. 81).

O constante pedido de materiais como lã, agulha, linha, elástico, argolas e fios por Flávia igualmente evidencia a importância desses trabalhos manuais: “Mandem sempre livros (com bom conteúdo e lã). Restos não, porque tenho. Aliás, não tenho nem recheio, nem tesoura para fazer os bonecos” (SCHILLING, 1978, p. 59).

Assim, nos parece que os trabalhos manuais foram uma forma de burlar o tempo disciplinar, estabelecido estrategicamente para controlar os prisioneiros. A dominação que se queria fazer presente em todos os momentos era, enfim, astuciosamente desviada, ao menos em parte, por essas atividades, que distraíam e conferiam instantes de individualidade naquele ambiente “despersonalizador”, onde os “estojos de identidade” eram arrancados das encarceradas.

Acreditamos que também a leitura deve ser pensada como atividade significativa de resistência cotidiana. Em suas cartas, Flávia evidencia essa questão:

Já li pela segunda vez os livros que me mandaram. Para passar o tempo. Na verdade, eram muito bonitos (16/01/73 – SCHILLING, 1978, p. 22).

Não mandem livros para pensar, pois necessito URGENTE alienar-me, ir-me, esquecer todo um monte de coisas angustiosas (01/02/75 – SCHILLING, 1980, p. 49).

Uma coisa que queria lhes contar, é que os livros que vocês me mandaram durante todos esses anos, não sei como, muitas vezes respondiam exatamente às necessidades que eu tinha, e me faziam muito bem (01/05/78 – SCHILLING, 1980, p. 104).

Questionada, muitos anos depois, sobre a atividade de leitura no cárcere e a sua importância como elemento de resistência cotidiana, ela disse:

*E aí a questão de como você resiste. Então, uma das perguntas que eu vi de vocês é sobre literatura. Óbvio, eu lia dois, três livros por semana. A literatura foi minha grande aliada. Eu acho, aí é muito interessante porque no Uruguai eles nunca tiveram coragem de proibir a leitura, eu acho que exatamente porque é um país tão escolarizado. É uma coisa tão importante a educação que eles não tiveram coragem de cortar isso. Então, mesmo nos piores quartéis, os livros entravam [...]. [Entrevista Flávia 01].*

As atividades de leitura permitiram, pois, a Flávia pensar, questionar, continuar “viva” naquele ambiente de repressão. Parece-nos que a vida fechada – típica das ditas “instituições totais” – era parcialmente rompida com a prática da leitura, isto é, se fugia, mesmo que em pensamento, daquele espaço de dominação e imposição, o qual se pretendia uniforme e homogêneo.

Outras atividades também fizeram parte da rotina resistente de Flávia, como a escrita de poesias, os estudos em grupo, a pintura, tocar flauta, jogar vôlei ou mesmo praticar ioga. Na entrevista citada acima, Flávia comentou sobre essa última prática, isto é, a tentativa dela e de suas companheiras de manterem o corpo em movimento, saudável, um meio de fugir da administração dos corpos imposta pelo cárcere, na busca pela criação dos “corpos-dóceis” sobre os quais nos fala Foucault<sup>144</sup>. Em suas palavras:

*[...] a gente fazia clandestinamente ioga. Era proibido fazer ginástica na cela. Aí a gente fazia ioga, e eu ensinava para as [companheiras], daquele jeito. Então a gente fazia ioga clandestinamente e a gente jogava vôlei no recreio, digamos assim, na hora de tomar banho de sol, jogava. Então tinha esse cuidado em se manter fisicamente bem [Entrevista Flávia 01].*

Chamamos a atenção para o fato da construção dessa rotina resistente não se limitar a atividades físicas, mas passar também por aspectos psicológicos. A respeito disso, Flávia, em carta de 19 de fevereiro de 1973, escreve:

Na penitenciária a tarefa constante nossa era dar objetivo a nossa existência, para não nos amargurarmos, porque se não a gente começa a pensar na nossa juventude que está sendo desperdiçada, na vida com nossos companheiros que se frustra, nos anos que teremos que passar nessa rotina medíocre, se termina enlouquecendo. Então a gente se proíbe e leva sempre a um plano objetivo esses pensamentos, e justamente essa é outra tarefa. É incrível o trabalho que dá. Existe muita gente (principalmente os “leves” que só

<sup>144</sup> Para mais ver, entre outros, Foucault (2009) e Borges (2007).

pensam em sair), e os problemas de todo tipo aparecem, desde moral até existencial, passando pelos psíquicos, não são muito numerosos mas existem. Existem e enchem a paciência (19/02/73 – SCHILLING, 1978, p. 29).

O convívio e as relações dentro de Punta Rieles foram relatadas por Flávia em entrevista para este trabalho:

*Então a gente cumpria algumas regras, mas a relação era nossa com a gente, com as amigas e tal. E a gente desenvolveu um cotidiano o melhor possível. Vou te falar do setor B. Eu fiquei no setor B [...] [e] a gente fez um cotidiano de muito respeito, com a Jéssica<sup>145</sup> e a Paloma, todo mundo ajudava a cuidar, a gente estudava muito, conversava muito. Até hoje eu sou amiga de coração daquele grupo do setor B [...]. E a gente estudava muito, por que, claro, a gente mantinha isso, mesmo com penas muito altas, vendo que a prisão se prolongava. A gente tinha essa perspectiva, essa certeza que as prisões políticas não duram. Então, a gente precisava aguentar, por que a gente ia sair. A gente lia muito também, isso sempre foi muito importante [...]. Então a gente tentava transformar os momentos nossos em coisas boas. [...]*

*Agora, lembra assim, houve uma intensidade das relações e das cooperações, mas isso não era norma. Na própria Punta Rieles, teve companheiras que sofreram horrores, por que estavam com outras companheiras muito dramáticas, que de alguma maneira internalizaram, diria até, o comportamento do agressor. Por que essa era uma possibilidade. Então, não é a regra. A gente conseguiu pela experiência, a gente já tinha certa maturidade, a gente brincava que **a gente virou árvores nesse tempo de solidão por que teve que sobreviver, e a gente se comunicava muito bem pelos galhos, mas cada um respeitava a individualidade do outro**. A gente não pretendia que o outro fosse a gente. A gente conseguiu uma convivência muito boa, mas é exceção, não diria que era a regra. Por que o ambiente opressor muitas vezes faz com que você... a própria carga de agressividade que você recebe você joga no outro. [...]. A gente não fez, daí era um pouco o diferencial. [...] A prisão pode ser um lugar de destruição das pessoas entre as pessoas, dos presos entre os presos. Não necessariamente é o carcereiro que destrói, muitas vezes os presos entre os presos agem assim, destruindo e quebrando algumas pessoas. Muitas vezes sem perceber, aparentemente, é uma internalização da agressão [Entrevista Flávia 03 – grifos meus].*

O depoimento de Flávia nos permite visualizar a dura realidade da prisão. Foram anos de reclusão, que passaram por momentos mais repressivos e outros mais brandos, mas sempre

---

<sup>145</sup> Companheira que, como dissemos acima, ficou grávida – de Paloma – durante a prisão.

sob o domínio do outro. A convivência com as companheiras, no seu caso, é hoje avaliada como positiva, mas ela considera tal situação como uma exceção em um ambiente marcado por forte agressividade entre as prisioneiras. De qualquer maneira, havia a necessidade de organizar os seus projetos, pensar no futuro, sobreviver. A companhia era necessária, ao mesmo tempo em que se precisava de individualidade, como deixa entrever a frase metafórica grifada na citação. Se, para falar da chegada ao Uruguai, ela usou a imagem das raízes, agora outra metáfora “botânica” foi invocada: as árvores que se comunicam pelos galhos, ou seja, as presas que desenvolvem laços afetivos, mas também respeitam a privacidade uma das outras.

Era nesse convívio que Flávia encontrava brechas para manter-se forte e com capacidade para viver o presente e pensar o futuro. Foi desde a sua individualidade, sempre configurada em relação ao coletivo estabelecido com as demais encarceradas, que ela construiu seus projetos e encontrou meios para resistir.

A ironia e o bom humor parecem ter sido mais uma das táticas utilizadas por Flávia e suas companheiras para enfrentar a repressão psicológica tão presente na rotina do cárcere político uruguaio. Foram “armas” de resistência, veículos de expressão de certa “liberdade”; rir, enfim, nos parece uma forma encontrada pelas prisioneiras para ter mais ânimo para enfrentar a situação a que estavam submetidas<sup>146</sup>. Como aponta Rosa (2009, web):

Flávia parece ter movimentado todas as suas forças para não se deixar dominar pela situação-limite à qual estava submetida. Brincar - ou ironizar - essa situação foi uma das brechas encontradas para não sucumbir. Numa das cartas enviadas do “calabouço”, ironiza sua situação utilizando-se dos personagens do cartunista argentino Quino: “também pensei que já estou cheia de mim mesma! Acho que vou fazer como o Miguelito (de Mafalda) e, através de um golpe de estado, derrocar a minha velha personalidade” (1980, p. 58).

Algumas passagens das cartas de Flávia nos permitem visualizar tais elementos, como, por exemplo, quando ela ironiza a sua suposta periculosidade e a de suas companheiras, aos olhos da ditadura uruguaia, com a imagem das “perigosas comendo pirulitos”:

[...] Gostamos muito do “mantecol”, dos doces e pirulitos [recebidos de sua família]. Uma noite fizemos uma orgia com eles, comemos um atrás do outro enquanto morríamos de rir com a imagem da gente: “perigosas sediciosas comendo pirulitos” ou, quando Lia se engasgou com um pauzinho do pirulito, “perigosa sediciosa morre subitamente engasgada com pauzinho de pirulito”. Choramos de riso, vocês poderão imaginar. É isso aí, se a gente se propõe, consegue resgatar a alegria em qualquer circunstância. E que

---

<sup>146</sup> Os trabalhos de RODEGHERO (1999) e MACEDO (2006), mesmo que abordando situações históricas diferentes, propõem interessantes reflexões sobre a questão do riso e a resistência.

importante é não perder a alegria. Eu me convenço cada vez mais que, se a gente leva dentro de si, como sua bagagem, essas coisinhas tão importantes como a alegria, a esperança, o desejo de dar, a paz consigo mesmo, é capaz de ser feliz e (o que está intimamente ligado a ser feliz) fazer felizes os que nos rodeiam (08/10/75 – SCHILLING, 1980, p. 67-68).

Por fim, gostaríamos de abordar mais uma atividade de resistência encontrada por Flávia e suas companheiras dentro da prisão: a leitura e a escrita de cartas. Essa prática, que acompanhou nossa personagem ao longo de todo período no cárcere, parece ter sido essencial ao seu projeto de sobreviver. Conforme expõe Rosa (2009, web.), a escrita de si era algo fundamental a ela, “transformando-se em potência de vida, fornecendo-lhe forças para enfrentar a dura situação”.

Tal ideia pode ser percebida em algumas passagens de suas missivas, como na carta do dia 01/02/75, quando escreve: “Vocês nem imaginam como me ajudaram nos vinte dias mais compridos da minha vida<sup>147</sup> [...]. Reli todas as cartas velhas que tinha e fiz com elas o colchãozinho de amor e ternura para sobreviver. Vocês, o Magro [companheiro de Flávia] (estive todos os dias relendo as cartas dele) [...]” (SCHILLING, 1980, p. 49).

Nos parece que Flávia compensava a solidão e o distanciamento da família e de outros entes queridos – situações muito presentes, principalmente no período em que foi refém – “pela própria escrita ou pela possibilidade de ser lida pelos seus destinatários”, buscando nessa atividade forças para se manter equilibrada dentro do cárcere; afinal, como salienta Rosa (2009, web), “quando falamos com alguém, ouvimos o que dizemos; quando escrevemos, lemos o que está sendo escrito. Dessa maneira, tanto a escrita de si quanto o falar de si possibilitam um exercício pessoal”.

Angela de Castro Gomes (2004, p.19) expõe que a escrita de missivas,

implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê [...]. Escrever cartas é assim “dar-se a ver”, é mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo sendo “visto” pelo remetente, [...] uma forma de presença (física, inclusive) muito especial.

Para Teresa Malatian (2009, p. 197), “[...] o ato de escrever cartas [...] criava e sustentava um desejo de reciprocidade, pois o envio de uma carta trazia implícito ou explícito um pedido de resposta na conversação realizada à distância”. Em carta do dia 04/02/1976, podemos visualizar nas próprias palavras de Flávia a importância dessa atividade:

[...] Sabem como é que me sinto quando escrevo? Como se tivesse um dique dentro de mim, e deixasse passar por uma portinha um fiozinho de água.

<sup>147</sup> Os “vinte dias” se referem ao tempo em que Flávia ficou sendo torturada em um dos quartéis do Uruguai.

Fiozinho que evita que a gente se sinta completamente impotente; só meio impotente. O pior é quando este dique faz parte da gente, e não é imposto, como no meu caso (04/02/1976 - SCHILLING, 1980, p. 75).

Percebemos, assim, a importância dessa prática como atividade de resistência ao cárcere, pois, nas palavras de Rosa (2009):

A partir de um espaço de dentro, Flávia construía seu espaço de fora – para além da prisão – [...] ela não havia deixado de sonhar, tampouco de viver o presente, os tempos sombrios oferecidos pelas ditaduras latino-americanas. Mesmo que para isso, algumas vezes, fosse preciso transformar-se em “borboleta”, como escreve na carta de 4 de fevereiro de 1976: “Encantos: Por aqui, tudo bem. Estou com vontade de transformar-me em borboleta como as mandingas do ‘Reino deste Mundo’ e sair voando por aí. Isso é uma coisa que faço todos os dias, embora apenas em pensamento” (SCHILLING, 1980, p. 74).

Escrever foi atividade constante durante os anos de cárcere de Flávia. Era o seu meio de contato extra-muros, tanto concretamente, por meio da troca de informações possibilitada pelas missivas, quanto através da imaginação, dos “vôos” permitidos pelas mensagens escritas e lidas. Não se pode esquecer, contudo, dos limites a essas “viagens”. Afinal, a censura dentro das prisões era muito presente. Tais cerceamentos eram um meio de evidenciar as restrições a que estavam submetidas as prisioneiras, reafirmando o poder disciplinador da instituição prisional.

Essas correspondências, entretanto, tinham uma importância muito maior do que simplesmente viabilizar a “conversa” com pessoas queridas. Eram igualmente um meio de manter viva a própria personalidade, de garantir a unicidade e a integridade do eu. Por mais que a censura rompesse inúmeras vezes a intimidade das presas, o ato de escrever era uma atividade pessoal, onde não se podia roubar totalmente o “estojo de identidade” da missivista. Era uma brecha encontrada por Flávia, e por várias de suas companheiras, no Uruguai e em outros países dominados por ditaduras de Segurança Nacional, para serem mais do que militantes e prisioneiras. Tratava-se, enfim, de uma das táticas de resistência de nossa personagem às estratégias da repressão.

É também através dessas cartas que podemos acompanhar o dia a dia de nossa personagem no cárcere e perceber algumas das atividades que são, desde a nossa perspectiva de análise, consideradas como táticas de resistência, como na missiva escrita no dia 19/03/1973:

Nossa semana começa no dia da chegada dos pacotes e cartas (quarta-feira). Neste dia recebemos o “ânimo” de fora que nos permite aguentar até a outra

quarta-feira. São dias em que, entre outras coisas, se preenche um pouco do vazio afetivo que todas temos. Os dias mais importantes são os de visita. Nas 24 horas de cada dia, a situação varia; para algumas a granja é o melhor; para outras, a comida; para outras, a hora de dormir (um dia a menos na prisão!); para outras, a hora da conversa em comum. Isto que estou dizendo vale como regra geral. Sempre há as honrosas exceções. [...]. Isto se reflete no dia-a-dia de muitas gurias. Vivem para fazer presentinhos para todos os amigos e parentes imagináveis, e juntando assunto de todos os lados (inclusive os livros e com ajuda das demais) para encher as cartas. As cartas para os companheiros são incríveis. Geralmente não sabem o que pôr e terminam transcrevendo poemas para encher a folha ou então enchem com milhares de *te amo*, com várias cores e formatos de letras (SCHILLING, 1978, p. 35 – grifos do autor).

Com base na passagem citada acima, e a partir das questões colocadas até agora, nos parece possível relativizar a noção de “instituição total” de Goffman, ao menos no que se refere às prisões políticas femininas uruguaias. Para esse autor, tais locais seriam ambientes onde as pessoas confinadas perdem o seu “estojo de identidade”, isto é, se tornam como que robôs semelhantes entre si. Pelo que constatamos no caso estudado, essa identidade individual, que se pretendia apagar, não chegou a se dissolver totalmente. Os indivíduos que ali estavam enclausurados construíram, no seu cotidiano, meios de burlar ou adaptar-se a essas imposições de forma a manter suas identidades singulares. Não estamos querendo dizer que a vigilância permanente e o disciplinamento dos corpos não existiam, mas sim, como demonstramos ao longo deste subcapítulo, evidenciar que as prisioneiras de Punta Rieles construíram meios de extrapolar tal poder disciplinar, criando e organizando projetos para sobreviver, e mantendo, na medida do possível, seus estojos identitários<sup>148</sup>.

### **3.5 A campanha pela libertação de Flávia – O movimento no Brasil, os reflexos no Uruguai e a “querida liberdade”**

Para acompanharmos os últimos anos de cárcere de nossa personagem, precisamos nos distanciar de Punta Rieles e entendermos o que acontecia fora, e bem longe, da prisão política. É preciso voltarmos ao Brasil e percebermos os movimentos que se organizavam em prol da libertação de Flávia e de que forma isso se refletia no seu cotidiano e nas possibilidades da sua “querida liberdade”.

---

<sup>148</sup> A relativização da noção de “instituição total” parte também do trabalho de Viviane Borges (2007), que apresenta uma ideia semelhante ao analisar a história de uma colônia agrícola para pacientes psiquiátricos no Rio Grande do Sul entre 1972 e 1982.

O ano de 1978 pode ser visto como o momento em que se intensificaram as lutas pela anistia no Brasil, com um aumento no número de pessoas e entidades envolvidas na causa. Tais lutas vão acabar por interferir na organização da campanha pela soltura de Flávia, a qual, iniciada no Rio Grande do Sul, se espalhou pelo Brasil, até finalmente atingir seu objetivo.

Conforme expõem Rodeghero, Dienstmann e Trindade (2011, p. 153), o

início de 1979 trouxe a expectativa quanto ao encaminhamento a ser dado à demanda [da anistia] pelo presidente eleito, o general Figueiredo, cuja posse aconteceu em março daquele ano. Em junho de 1979, o governo enviou seu projeto de anistia ao Congresso. Entre a posse e o envio do projeto, intensificou-se o debate sobre a necessidade da anistia e sobre a sua abrangência.

Mesmo que a intensificação da campanha pela lei da anistia e pela libertação de Flávia tenha acontecido em 1979, é já a partir de 1978 que começam a surgir engajamentos mais explícitos e uma maior divulgação pública de informações sobre a situação vivida por nossa personagem. Neste ano, tanto nos jornais alternativos, como na grande imprensa, aparecem as primeiras notícias a respeito de Flávia. É também neste momento – mais precisamente em 02/12/1978 – que, durante um ato público na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, promovido pelo Comitê Brasileiro pela Anistia do estado (CBS-RS) e por mais 22 entidades de defesa dos direitos humanos, foi lançada a Campanha Nacional em Favor de Flávia Schilling (RODEGHERO, DIENSTMANN E TRINDADE, 2011, p. 162).

Ainda contribuindo na divulgação de informações sobre a situação vivida por Flávia, e na sensibilização da sociedade para a sua causa, podemos incluir a já referida publicação do livro “Querida Família:”. Organizada por seu pai, a obra apresenta 35 cartas escritas por ela durante os primeiros meses de prisão. Na contracapa, consta a seguinte afirmação de Paulo Schilling: “Há seis anos praticamente incomunicável, Flávia Schilling tem nas cartas que consegue fazer chegar à sua família quase o único meio de contato com o mundo exterior. Elas revelam todo o seu drama”. Observamos que o principal objetivo da publicação era comover os leitores com – diz o texto – “a força e a sensibilidade de uma moça de 19 anos que viveu por longos anos, lado a lado – certamente numa mesma cela – com a destruição e a morte” (SCHILLING, 1978, p. 03). O livro, portanto, representa mais um elemento na luta pela libertação de Flávia<sup>149</sup>, tem um papel eminentemente político (ao transferir o drama

<sup>149</sup> O historiador Flamarion Maués (2011, p. 261), em trabalho recente, afirma que a publicação de certos livros nos anos de 1975 a 1979 – período estudado pelo autor – contribuiu para romper com o “cerco da ‘cultura do medo’, o cerco do silêncio, do isolamento e da descrença, levando à ‘ruptura com o silêncio’ [...]”. Maués aproxima-se nessa discussão do trabalho “Estado e Oposição no Brasil”, de Maria Moreira Alves (2005), principalmente na ideia de cultura do medo e ruptura do silêncio.

privado da família Schilling para o espaço público), e foi lançado em um momento que a campanha ganhava destaque nacional<sup>150</sup>.

O objetivo de Paulo parece ter sido atingido antes mesmo da publicação ser lançada. Em reportagem extensa do Jornal do Brasil de 6 de dezembro de 1978, pode-se visualizar a forma como a grande imprensa passava a se envolver na campanha pela libertação de Flávia. Sob o título "Flávia Schilling de dentro da prisão", o leitor seria informado, ao longo de duas páginas, sobre quem era a personagem e do que tratava o livro "Querida família:", que logo seria "editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, com notas explicativas de Paulo Schilling e uma introdução do advogado Décio Freitas". Na reportagem é possível inclusive ler trechos de várias cartas de Flávia que iriam compor a obra.

O papel político do livro e da reportagem fica claro principalmente na tentativa de tocar emocionalmente os leitores, sensibilizando-os para a causa da “moça de 19 anos”, como é possível perceber no seguinte trecho da matéria:

Mais do que uma expressiva forma de comunicação de uma moça de 19 anos com sua "querida família", as cartas revelam o extraordinário vigor de caráter de uma brasileira condenada no Uruguai por envolvimento com os tupamaros. Ela não nega essa denúncia nem o amor por um dos acusados, com quem vivia. E com inteligência e tentando não preocupar os pais, as irmãs Cláudia, Valéria e Andrea e o cunhado Jorge, nas cartas mais ou menos censuradas - o que dependia dos responsáveis pelos vários presídios onde esteve - fala das torturas e se orgulha de não se "aflojar" (Jornal do Brasil, 06/12/1978 – Acervo Pessoal Flávio Koutzii).

Além do texto, a foto de Flávia estampada no periódico e a legenda da mesma buscavam cativar e emocionar os leitores:

---

<sup>150</sup> Também Flamarion Maués (2011, p. 271) expõe que “parece claro que o êxito e a repercussão desses livros [publicados no período de 1975 a 1979 – no qual inclui-se a obra “Querida Família:”] indicam que eles cumpriram um certo papel na denúncia das arbitrariedades da ditadura e nas lutas em defesa dos direitos humanos e da anistia, as quais se desenvolviam com força em 1979”. E diz ainda, “[Os livros publicados] foram instrumentos da luta política que se travava naquele momento no Brasil, dando voz a denúncias e reivindicações das oposições, além de proporcionarem condições para o debate e a realização de eventos públicos em torno dos temas abordados” (MAUÉS, 2011, p. 273).



Flávia Schilling, meses antes de ser presa. Hoje aos 24 anos, "é uma velha triste e doente", segundo seus familiares. (Jornal do Brasil, 06/12/1978 – Acervo Pessoal Flávio Koutzii - APFK)

A participação da grande imprensa na repercussão do caso de Flávia Schilling havia começado alguns meses antes do lançamento da campanha oficial na Assembleia Legislativa. Vinculada ao caso de Flávio Koutzii, brasileiro detido nas prisões políticas da Argentina, a situação de Flávia já vinha aparecendo na mídia impressa, como é possível perceber na reportagem do Estado de São Paulo do dia 24 de outubro de 1978, com o significativo título "Mães renovam apelos":

As mães de dois brasileiros presos no Exterior - Flávia Schilling, no Uruguai, e Flávio Koutzii, na Argentina - voltaram ontem a fazer apelos públicos para que as autoridades intercedam junto ao governo daqueles países para que suas penas sejam convertidas em expulsão, o que permitiria que ambos tratassem de seus problemas de saúde. Em Montevideu, nem mesmo o cônsul brasileiro obteve até agora, autorização para avistar-se com Flávia para saber de suas necessidades. A mãe de Flávia Schilling, Ingeborg Wesp Schilling, chegou ontem a Porto Alegre e deverá se entrevistar com a mulher do governador gaúcha, Ecléa Guazelli. Ela também pretende viajar para Brasília, até o fim desta semana para fazer o mesmo pedido à dona Lucy Geisel e à mulher do general João Baptista Figueiredo. Ao desembarcar no Aeroporto Salgado Filho, procedente de Buenos Aires, Ingeborg Schilling informou que há quatro anos não vê a filha. "Pela carta que recebi há 45 dias, tudo indica que ela está melhor do que já esteve, eu diria que ela está mais ou menos bem". À tarde, durante a entrevista coletiva na Assembleia Legislativa Gaúcha, dona Ingeborg Schilling disse que embora esteja muito contente com a repercussão do seu caso, "Flávia anda bastante nervosa; sofre de asma e de gastrite crônica que é chamada de

doença das prisões geralmente causada pela alimentação” (Estado de São Paulo, 24/10/1978, APFK)

A busca de um diálogo direto, assentado na ideologia da maternidade<sup>151</sup>, entre a senhora Ingeborg e o governo brasileiro, representado no caso pelas “primeiras damas” do estado e do país, se dava principalmente pelo desinteresse e “desconhecimento” oficiais desse último do caso de Flávia. Em nota do Jornal do Brasil de 29 de dezembro de 1978, intitulada “Governo não pode libertar Flávia”, é possível perceber a não intervenção dos governantes brasileiros, em um primeiro momento, no movimento pela libertação da nossa personagem. A nota informa que

a decisão sobre uma eventual libertação da brasileira Flávia Schilling é da inteira responsabilidade, competência e autonomia do Governo uruguaio, afirmou ontem o porta-voz do Palácio do Planalto, Coronel Rubem Ludwig. [...] No entender do Coronel Ludwig, o que vai determinar a libertação da brasileira é a extensão do seu delito em território uruguaio. “Aliás”, disse, “já fiz essa pergunta anteriormente (por que ela esta presa) e ninguém me respondeu”. De qualquer forma, explicou, a decisão do Governo uruguaio de libertá-la será em função do que ela tenha realmente feito (Jornal do Brasil de 29/12/1978, APFK).

A situação da prisão de Flávia e as condições a que ela era submetida foram, aos poucos, sendo divulgadas pela grande imprensa, como é possível perceber no “relatório” publicado pelo mesmo Jornal do Brasil. No primeiro item do documento, denominado “*Antecedentes e situação legal*”, os leitores do jornal eram informados que, em 12 de junho de 1972, havia sido solicitada a captura de Flávia Schilling pelo seu envolvimento com o MLN. Detida no dia 24 de dezembro daquele ano, foi posteriormente processada

por ser considerada incurso nos delitos previstos nos Artigos 60° (V) “associação subversiva”; 60° (I) Inc. 6° “atentado contra a Constituição”; 60° (XII) “proposição, conspiração e conspiração seguida de atos preparatórios”; 60° (XI) Inc. 1°, 2° e 3°, “circunstancias agravantes especiais”, do Código Penal Ordinário: 281°, “privação da liberdade”, 185°, “concurso dos participantes na evasão”; 61°, “co-autoria”; 344°, “rapina”; 341 Inc. 2°, “circunstâncias agravantes”; 237°, “falsificação ou alteração de documento público em reiteração real” (JB, 06/12/1978, APFK).

<sup>151</sup> A atuação da mãe de Flávia pode ser percebida como parte de um movimento maior de participação de mulheres nas lutas pelos direitos humanos na América Latina. Margarita Iglesias (2010, p. 60) evidencia a ativa presença de mulheres na aplicação de políticas e ações sociais na década de 1970 no Cone Sul, como, por exemplo, na luta por direitos civis e políticos – “derechos a la vida” - na Argentina, Chile e Uruguai no período das ditaduras. Para autora, foi nesses países que surgiram, “junto con los golpes de Estados, las primeras agrupaciones de mujeres en la defensa de la vida: buscan a los detenidos políticos y así dan vida a expresiones políticas que podríamos definir desde los vientres; buscan sus hijos, maridos y hermanos” (IGLESIAS, 2010, p. 61). Para mais ver, entre outros, JELIN (2007).

Conforme explicou Décio Freitas, advogado de Flávia no início da campanha, nossa personagem foi julgada por um Tribunal Militar e condenada a seis anos de prisão, acusada de “pichações, distribuições de panfletos, discussões políticas e autoria de um manual de fabricação de armas, além de ter sido vista vigiando uma fábrica de sorvetes”<sup>152</sup>. Posteriormente, sua pena foi ampliada para dez anos e mais cinco de medidas de segurança, em um julgamento bastante confuso, conforme nos relatou Maria Elena, sua defensora na época do processo<sup>153</sup>. Esse aumento de pena acabava com a esperança de liberdade condicional.

Ou seja, evidenciava-se, nas páginas da imprensa, uma disputa pela representação de Flávia aos olhos do grande público: para o governo ditatorial brasileiro, também interessado na punição de “subversivos”, era preciso ressaltar o que ela havia feito de errado e, em consequência, explicitar a sua culpabilidade e necessária punição; já para os pais e aliados da personagem, tornava-se necessário ressaltar a humanidade da “moça de 19 anos” transformada em “velha doente”, seus sofrimentos, sua militância “amena”, a fim de sensibilizar a sociedade para a causa.

A campanha nacional em favor de Flávia Schilling, conforme expõem Rodeghero, Dienstmann e Trindade (2011, p. 163), pode ser encarada como um ponto de luta no Brasil contra a ditadura, já que o governo simplesmente não se manifestava em relação à prisão da brasileira em terras estrangeiras. Esse distanciamento oficial pode ser percebido na fala do Chanceler Azeredo da Silveira<sup>154</sup>, que, em reportagem do Jornal do Brasil, disse que "poderá negociar com o Uruguai a libertação da brasileira Flávia Schilling, mas isso dependerá das circunstâncias de suas conversações com o Chanceler Uruguaio Folle Martinez" (06/12/1978, APFK).

---

<sup>152</sup> Documento do CBA-Londrina, 14/12/1978. Citado por Rodeghero, Dienstmann e Trindade, 2011, p.163.

<sup>153</sup> Entrevista ao Autor –Montevidéu.

<sup>154</sup> O CPDOC/FGV reúne uma ampla documentação sobre a atuação de Azeredo da Silveira como chanceler. Entre esses documentos, há telegramas entre ele e o governo uruguaio, na tentativa de entender a situação de Flávia. Tais movimentos levarão posteriormente a uma participação mais ampla do governo brasileiro na sua libertação, com certeza devido à intensa pressão dos grupos envolvidos na campanha pela anistia.



Cartaz pedindo a libertação de Flávia.  
Comitê Brasileiro pela Anistia – São  
Paulo. Acervo Pessoal Flávia Schilling.

Momento importante da luta pela soltura de Flávia foi a campanha pela arrecadação de fundos para a sua liberdade. O Jornal do Brasil do dia 11/12/1978 relatou o início desse movimento. Segundo a reportagem, uma campanha nacional seria lançada naquela data pelo CBA para arrecadar pelo menos os 15 mil dólares que Flávia teria que pagar para sair da prisão, 17 pesos diários de *taxa de hospedagem*. De acordo com o texto, havia uma urgência no levantamento do dinheiro, pois Flávia se encontrava "em precárias condições físicas e mentais e em janeiro a Justiça uruguaia entra em recesso, o que impediria sua imediata libertação"<sup>155</sup>.

A reportagem informa ainda que a campanha seria lançada em ato público pela Anistia, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e também discorre sobre a situação de Flávia:

Com a perda de cabelos por causa da fraqueza, dos dentes devido à péssima alimentação e sofrendo distúrbios psíquicos avançados, com progressiva pulverização psicológica, devido ao isolamento carcerário, Flávia Schilling precisa urgentemente ser libertada (Jornal do Brasil, 11/12/1978, APFK).

É interessante (e impactante) observar que a sentença de condenação de Flávia menciona que ela deveria pagar por sua permanência na prisão<sup>156</sup>, o que dava a essa exigência da Justiça Militar uruguaia um caráter legal. Décio Freitas relata na reportagem que havia recebido telefonemas de todo o país de pessoas querendo ajudar a soltar Flávia. Nesta mobilização, o CBA estaria tomando a frente como órgão de arrecadação das doações<sup>157</sup>. A campanha, informa também o texto jornalístico, ainda contaria com o apoio do Movimento

<sup>155</sup> Jornal do Brasil, 11/12/1978, APFK.

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> Rodeghero, Dienstmann e Trindade (2011, p. 164) explicam que "o dinheiro arrecadado nos postos de coleta espalhados pelo País inteiro era depositado em uma conta na Caixa Estadual, chamada de 'Fundo de Libertação Flávia Schilling'".

Feminino pela Anistia e de movimentos de direitos humanos no país. É ressaltado, igualmente, o papel dos membros da Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu que distribuíram cartazes pelas paróquias do Rio de Janeiro, solicitando "a participação (doações em dinheiro) do povo na libertação de sua irmã Flávia Schilling, presa no Uruguai" (Jornal do Brasil, 11/12/1978, APFK).

A arrecadação iria durar até alcançar a soma de 20 mil dólares, momento em que os Comitês Brasileiros pela Anistia encerrariam a campanha. Este total envolvia "os 15 mil dólares destinados a pagar a *hospedagem* de Flávia nos presídios, e o resto para pagar os honorários do advogado no Uruguai e as passagens de Flávia, que deve sair imediatamente do Uruguai" (Jornal do Brasil, 11/12/1978, APFK).

A reportagem também justifica, mais de uma vez, o motivo de toda a campanha: "as precárias condições de saúde de Flávia, que não tem acesso a médico que não seja do Corpo Médico militar", revelando que ela pesava então menos de 40 quilos, a metade do que tinha ao ser presa.

Rodeghero, Dienstmann e Trindade (2011, p. 153) relatam que no primeiro dia de coletas houve tumulto entre a Brigada Militar e os manifestantes. Segundo os autores,

no fim da tarde, cerca de 500 homens da Brigada Militar foram enviados ao local para reprimir a coleta de donativos. Cartazes que estampavam frases como "Exigimos Flávia Schilling antes do Natal", "Anistia ampla e irrestrita", "Campanha de arrecadação de fundos para Flávia Schilling", foram arrancados pelos brigadianos, que também dispersaram os manifestantes.

No mesmo dia pela manhã, organizada pelas entidades pró-anistia, ocorreu uma caminhada na Rua dos Andradas, a principal de Porto Alegre:

Vereadores e deputados do MDB, integrantes do MFPA e do CBA, e membros do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, carregavam bandeiras e faixas exigindo anistia e liberdade para Flávia. [...]. Durante a caminhada, o vereador Antônio Cândido carregava uma urna onde os transeuntes depositavam suas doações que, segundo Lícia Peres, eram bastante generosas (Rodeghero, Dienstmann e Trindade, 2011, p. 164).

A campanha organizada para arrecadação de fundos dava a entender que a libertação de Flávia estava próxima. A preocupação em arrecadar o dinheiro antes do recesso de janeiro e os cartazes exigindo a sua volta antes do Natal corroboravam para essa expectativa.

Reportagens como a do Jornal do Brasil<sup>158</sup> de 09/12/1978, já no título, "Advogado prevê libertação de Flávia ainda neste mês", iam ao encontro de tal perspectiva. A reportagem ainda informava que ela deveria ser libertada no mês de dezembro de 1978, "a tempo de passar as festas de ano com os pais", reforçando mais uma vez o caráter "familiar" da campanha. Para Décio Freitas, "a libertação de Flávia era um fato decidido, que dependia de apenas algumas formalidades jurídicas".

Tal expectativa, entretanto, não se concretizou. Na mesma página da reportagem referida acima há outro artigo que, mesmo trabalhando com a ideia de uma possível breve libertação de Flávia, apontava as dificuldades que teriam que ser ultrapassadas para que essa se concretizasse. No texto "Decisão de soltar será política"<sup>159</sup>, Carlos Machi, enviado especial do Jornal do Brasil a Montevidéu, explicava as sutilezas da situação da prisioneira:

Somente uma decisão política do Governo uruguaio permitirá a saída de Flávia Schilling do país, em cumprimento da última parte da sua sentença condenatória - a expulsão do solo uruguaio. Pela via jurídica, não há solução possível para seu caso, uma vez que foram esgotados os recursos interpostos para abrandamento da pena. Na Primeira instância [...] Flávia foi condenada a seis anos de reclusão. Mais tarde no julgamento de segunda instância, a pena foi aumentada para 10 anos de reclusão e mais dois a cinco anos de medidas de segurança, além de expulsão do território nacional após o cumprimento da pena.

A sua advogada, Maria Elena Martinez, interpôs recurso, solicitando novo julgamento, em 1975, mas depois teve que fugir do Uruguai, com a intensa repressão contra os advogados que defendiam presos políticos. O caso, então, ganhou contornos definitivos quando o defensor público, designado pelo Governo, Coronel Mário Rodriguez, retirou o recurso inexplicavelmente. Uma vez retirado o recurso, não há mais saídas judiciais.

A partir dessa realidade, Machi expunha que

Segundo a Lei de Segurança Nacional uruguaia - que cada vez é mais enriquecida por emendas determinadas pelo governo - os condenados à medida de segurança não podem ganhar livramento condicional após o cumprimento de metade da pena de reclusão e, pelo menos, o mínimo estabelecido nas medidas de segurança.

Assim, a liberdade de Flávia só pode ser determinada por um ato de perdão do Governo, seguido da expulsão. Esse ato é tanto mais difícil pela rigidez dos chefes militares que devem opinar no caso. [...].

Sendo política a decisão, a campanha nacional que se fez no Brasil por Flávia pressiona o regime militar uruguaio a manifestar-se. Nota-se em Montevidéu o incrível desconforto que a campanha vem causando ao Governo, ciente de que a imagem externa do país está sendo, dia-a-dia,

---

<sup>158</sup> APFK.

<sup>159</sup> Jornal do Brasil, 09/12/1978, 1º caderno, APFK.

revelada com exatidão, em todas as suas características repressivas (Jornal do Brasil, 09/12/1978, 1º caderno, APFK).

Episódio importante na campanha pela libertação de Flávia foi a entrevista que nossa personagem deu aos jornalistas uruguaios para relatar a sua situação. Inicialmente a solicitação oficial<sup>160</sup> do Chanceler Azeredo da Silveira ao Governo uruguaio era de uma visita de jornalistas brasileiros a ela na prisão de Punta Rieles. Entretanto, a presença de brasileiros não foi autorizada e apenas a imprensa uruguaia pôde participar daquele momento. Conforme relata a reportagem do Jornal do Brasil:

nenhum jornalista brasileiro teve acesso à entrevista coletiva na qual foi apresentada à imprensa uruguaia a presa Flávia Sirlling (sic), brasileira, no auditório do Ministério da Defesa. O único estrangeiro presente foi o Cônsul geral do Brasil, Ministro Agenor Soares dos Santos (Jornal do Brasil, 23/12/1978, APFK).

E explica:

Cerca de 20 repórteres de rádio, televisão, jornais e revistas compareceram à entrevista, que durou menos de 20 minutos e foi coordenada por um conhecido locutor que trabalha exclusivamente para as Forças Armadas. A ele cabia ler as perguntas selecionadas entre as várias que eram encaminhadas à mesa. Ao fim de 30 minutos no interior do prédio, [...] Flávia Schilling saiu acompanhada de uma mulher com uniforme de policial e outra vestida à paisana. Flávia vestia o uniforme de presa, calça comprida e jaleco azul, com seu número, 313, no bolso (Jornal do Brasil, 23/12/1978, APFK).

Na entrevista, cercada de tanta vigilância e cuidados por parte dos agentes da ditadura, procurou-se afirmar que Flávia tinha um bom tratamento e que seu estado de saúde era normal, exceto por um fibroma no útero que deveria ser operado. Segundo os jornalistas uruguaios presentes, Flávia recebia frutas e doces de sua família e tinha permissão de ouvir música ao meio-dia e à noite, além de fazer tecidos e jogar voleibol (Jornal do Brasil, 23/12/1978, APFK). Na ocasião, nossa personagem relatou a sua situação física, informando "estar sob cuidados médicos especiais, desde que, há dois meses e meio, se descobriu um fibroma em seu útero, o que a levará a ser internada em breve para vários exames", explicando também que teria que ser operada.

Rodeghero, Dienstmann e Trindade (2011, p. 166-167) afirmam que, a partir das informações sobre o estado de saúde de Flávia, as negociações para sua libertação se intensificaram. Conforme os autores, "temia-se que a operação pudesse causar a esterilização

---

<sup>160</sup> Jornal do Brasil, 08/12/1978, APFK.

de Flávia” e, além disso, “a proibição pelo governo uruguaio de que um familiar ou médico designado pela família acompanhasse a cirurgia contribuiu para aumentar ainda mais a desconfiança”. A operação, entretanto, transcorreu bem e sem maiores consequências à saúde da personagem.

O aumento de notícias sobre a situação de Flávia e a intensificação da campanha pela sua liberdade levaram, mais uma vez, que se acreditasse na sua volta ao Brasil em pouco tempo. Somava-se a isso o aumento do envolvimento do governo brasileiro no caso, inclusive com o cônsul Agenor Soares dos Santos visitando-a regularmente na prisão. O otimismo era tanto que, em reportagem do periódico Folha da Manhã, de Porto Alegre, de 26 de fevereiro de 1979, o título anunciava: “Flávia pode ser libertada agora”. O texto expunha que cresciam as informações de que ela seria libertada naquela data pelo governo uruguaio. Essa era, de acordo com a matéria, a esperança da família Schilling; entretanto, “a única certeza que [se] têm é a de que ela será libertada até o dia 15 de março”. A “certeza” vinha das “declarações do ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira. E também das declarações do futuro chanceler Ramiro Saraiva Guerreira, que já disse e repetiu que espera assumir a pasta das Relações Exteriores com este caso já resolvido” (Folha da Manhã, 26/02/1979, APFK).

Esse otimismo logo foi interrompido por uma reviravolta do governo uruguaio quanto ao caso, como se pode perceber na reportagem da revista Istoé de 30 de maio de 1979:

o presidente do Superior Tribunal de Justiça Militar do Uruguai, o coronel Federico Silva Ledesma, já anunciou que não há possibilidade de reduzir a pena de Flávia, como pretendiam seus advogados, pois “neste caso houve sentença definitiva (e não apenas de primeira instância), com o consentimento do promotor público, da defesa e da própria processada” (Istoé, 30/05/1979, APFK).

Além disso, segundo a matéria, Ledesma afirmou que os advogados da família Schilling “carecem de habilitação para atuar em território uruguaio e, por isso, não têm competência para defendê-la”. A almejada liberdade teria que aguardar até abril de 1980 para que finalmente fosse concretizada.

Outro fato que tumultuou o processo de libertação de Flávia foi a troca do seu advogado de defesa. Conforme expõem Rodeghero, Dienstmann e Trindade (2011, p. 168), “em maio de 1979, os advogados Gerson Mendonça e José Antônio Ivo Galli substituíram Décio Freitas na defesa de Flávia Schilling. Freitas foi afastado do caso devido aos altos custos de seu trabalho”. Os autores explicam que, segundo ata de uma reunião do MFPA-RS de junho de 79, “Décio Freitas havia se oferecido para trabalhar gratuitamente no caso, mas

acabou por lançar na prestação de contas do *Fundo de Libertação Flávia Schilling* a quantia de dois salários mínimos por dia”. Essa situação levou o Movimento, a pedido do pai de Flávia, a pagar “a quantia estipulada, para evitar maiores escândalos”.

Após este fato resolvido, os novos advogados, em viagem a Montevidéu, designaram o jurista Adolfo Gelsi Bidart como representante de Flávia. Esse entrou com um pedido de revisão do processo, tendo em vista que a jovem já havia cumprido metade da pena e poderia ser solta. Houve, de fato, tal revisão, porém a pena manteve-se inalterada (RODEGHERO, DIENSTMANN E TRINDADE, 2011, p. 168).

As tentativas de libertação de Flávia e a campanha organizada, apesar de seus reveses, parecem ter se refletido positivamente junto à família Schilling. Em primeiro lugar, devido ao sentimento de apoio frente à difícil situação enfrentada, como nossa personagem afirma nesse relato:

*[A campanha foi] a primeira vez que eles se sentiram apoiados. Para eles, foi muito importante, enquanto até reparação do banimento. Eu acho que para eles foi o grande momento. Eu me sinto um pouco fora disso, como eu não tava dentro, eu só fui perceber isso saindo. Mas para eles foi o momento da vida deles, para todos. Foi muito importante pro meu pai, minha mãe, todo mundo [...]. Para eles foi essencial, acho que foi o que permitiu depois até chegar ao Brasil bem. Para as minhas irmãs também... Foi uma coisa assim de reparação também muito importante [Entrevista Flávia 03].*

Flávia escreveu em seu Memorial sobre a importância que a campanha teve para ela:

Estava presa quando fiquei sabendo das mudanças que ocorriam no país, no Brasil. As notícias chegavam – quando chegavam – como fragmentos, pedaços. Fiquei sabendo do início da campanha por minha liberdade, quase sem acreditar. Foram dois anos de luta: sabia dos acontecimentos, pois, em determinado momento, começaram a permitir que o cônsul do Brasil em Montevidéu, Agenor Soares dos Santos, me visitasse. Foram momentos importantes, não apenas para mim, mas para todas que lá estavam: falavam de esperança, reforçavam a fé de que as prisões políticas não são feitas para durar, que havia novos ares na América [Memorial Flávia].

Flávia afirma em outra entrevista<sup>161</sup> que a campanha foi fundamental para a sua soltura e sugere que possivelmente não estaria de volta ao Brasil em 1980 se não fosse toda a luta realizada no país.

Em nosso entendimento, a importância do movimento não pode ser avaliada apenas no sentido de ter resultado, efetivamente, na libertação de Flávia, seu objetivo principal. Toda a

<sup>161</sup> Entrevista disponível na Revista do Movimento do Ministério Público Democrático - *Dialógico* – ano VI, n. 28, dezembro de 2009, p. 14.

mobilização, mesmo que à distância, abria um novo campo de possibilidades para nossa personagem, um horizonte de expectativas, no qual era possível vislumbrar a volta ao Brasil, ao convívio com a família, novos projetos e sonhos. Era a esperança que começava a criar força. Tudo aquilo um dia imaginado e almejado dentro da prisão ganhava nitidez. Flávia voltava a projetar para além dos muros de *Punta Rieles*. Não mais projetos distantes, mas sim aqueles de um ser humano livre, não submetido ao poder disciplinar. Era o sujeito Flávia Schilling começando a se (re)construir.

Além disso, em termos concretos, a repercussão da campanha possibilitou que nossa personagem fosse transferida para um lugar “mais leve”, chamado de barracão. Neste local, como ela nos contou<sup>162</sup>, ficavam as pessoas que estavam em vias de sair da prisão. E foi ali que Flávia aguardou a definição da sua liberdade, que, como dissemos, veio em abril de 1980.

Flávia foi beneficiada pela promulgação de uma lei por parte do governo uruguaio que dava liberdade e expulsava do país todos os estrangeiros que estavam presos em seu território. Após sete anos e meio, ela e outros 36 presos estrangeiros foram, finalmente, soltos.

Em 07 de abril de 1980, Flávia assinou sua libertação; entretanto, ficou em isolamento até o dia 14, quando anunciaram que sua viagem de volta ao Brasil ocorreria imediatamente. Questionada em entrevista sobre aquele momento, ela relatou o que chamou de últimos exercícios de poder da ditadura uruguaia:

*E esse momento foi inacreditável. Por que eu te contei que, até o último momento, eles pararam na estrada, o comboio que tava me levando para o aeroporto, e criaram uma tensão. Então até o último momento eu não sabia se eu chegaria ou não ao aeroporto. Pequenas maldades. Aquela paradinha no meio da estrada foi tensa. [Eu estava sozinha] com eles. Pode ter sido até não proposital, mas eu não acredito nisso. Eu acho que [foi] o último momento, o último exercício de poder. Por que eles tiveram que engolir, eles não queriam. Tiveram que engolir a pressão do Brasil, e foi muito bom isso. Lembra, junto comigo saíram [outras] pessoas, espanhóis saíram vários. Então eles tiveram que engolir, foi muito bacana isso, foi fantástico, foi muito bom e foi inacreditável [Entrevista Flávia 03].*

No dia 14 de abril de 1980, chegava enfim a querida Liberdade.

\* \* \* \*

---

<sup>162</sup> Entrevista Flávia 03.

Ao longo deste capítulo, foi possível acompanhar os quase oito anos de cárcere político de nossa personagem. O seu projeto de militância rompeu-se com a prisão e era preciso reorganizar-se. Flávia havia perdido a sua liberdade (já bem restrita nos tempos da clandestinidade, é verdade), o campo de possibilidades apresentado era outro. A prisão política, palco inicial, logo se modificaria em uma situação ímpar nas ditaduras do Cone Sul: a prática dos “reféns” do Estado. Foram três anos em tal condição até o retorno à Punta Rieles. Tornava-se preciso reconstruir-se constantemente. Anos em que o projeto principal era sobreviver, física e psicologicamente. O campo de possibilidades não permitia grandes margens de escolha, por isso necessitava-se achar brechas. A repressão dentro da prisão política mostrou-se constante, foram inúmeros os meios utilizados pelo Estado uruguaio para reprimir e controlar os detentos. As táticas de resistência também estavam presentes, integrando uma luta permanente e cotidiana: da escrita de cartas à prática de ioga, dos trabalhos manuais aos grupos de estudo. Afinal, era preciso manter-se lúcida. A constante vigilância e a disciplina imposta por aquela instituição foram, assim, ao menos em parte, burladas.

A campanha organizada no Brasil foi um suspiro de esperança. A criação dos comitês e a atuação da imprensa – que, naquela conjuntura de abertura “lenta, gradual e segura”, já encontrava espaços para se expressar mais livremente – permitiram pressionar os governos brasileiro e uruguaio pelo bem estar e liberdade de Flávia. A família Schilling não estava mais sozinha na luta. Foram muitos os envolvidos no movimento que a trouxe de volta para casa. Após longos anos, nossa personagem estava, enfim, de volta à liberdade.

## EPÍLOGO

### Breve relato sobre Flávia: do retorno ao Brasil até os dias atuais – porque a vida continua...

Flávia estava livre e era hora de voltar ao seu país. Nossa personagem desembarcou em São Paulo no dia 14 de abril de 1980 e foi recebida com festa, como relatou em depoimento:

Fui liberada por todos os brasileiros em 14 de abril de 1980 e, junto comigo, saíram da prisão todos os estrangeiros que estavam presos no Uruguai. A volta ao Brasil foi uma festa, uma festa de liberdade. Teve hino nacional, bandeiras, gritos, muitos abraços, aquela emoção!<sup>163</sup>



Chegada de Flávia ao aeroporto de Congonhas, em São Paulo, no dia 14 de abril de 1980. IN: SCHILLING, 2009.

Foi no aeroporto que Flávia reencontrou sua família e pôde ter a dimensão do movimento que havia lutado por sua libertação:

*Eu os encontro [seus pais] no aeroporto - não é? -, então é aí que a gente se encontra e um pouco eu percebo a dimensão também da história. Porque até hoje, por incrível que pareça, tem gente, volta e meia [que diz]: “- ah, eu estava no aeroporto!” (risos), não é? Trinta anos depois: “- eu fui te receber no aeroporto”. Então realmente foi muito, que aí um pouco eu percebo o que era aquilo. Eu chego aqui e a gente não tem nada. Eu sempre digo: eu cheguei literalmente aqui com a roupa do corpo, porque tudo que eu tinha eu deixei com as companheiras presas, eu não tinha nada, não é? Meus pais sem trabalho, a gente não*

<sup>163</sup> <<http://novo.fpabramo.org.br/content/flavia-schilling-depoimento>> Acesso em 11/07/2014.

*tinha nada, casa, nada, e a gente vai morar, nos primeiros dias, na casa das irmãs do colégio Santa Maria, que são parte de uma ordem religiosa muito progressista, e eles nos oferecem uma casa no próprio terreno do colégio Santa Maria, aqui em Interlagos [São Paulo], na zona sul [Entrevista Flávia 01].*

Foi São Paulo o local escolhido pelos membros da família Schilling para recomeçar as suas trajetórias. Questionada sobre o porquê desta opção, Flávia disse:

*Quando eu chego, todos já estavam em São Paulo e aí, claro, a grande pergunta é: Por que São Paulo? Porque nós somos gaúchos e morávamos no Rio [de Janeiro] na época do Golpe, então não havia absolutamente nenhuma ligação em princípio com São Paulo. Enfim, é uma decisão do meu pai, já um pouco, ele já havia rompido com o Brizola. [...] o meu pai, ele cada vez mais se afasta dos exilados e do brizolismo, no caso, e ele começa a se aproximar do PT, então ele vem pra São Paulo por conta da fundação do PT aqui, o partido emergente. E ele um pouco sente que o fim das greves operárias de São Bernardo, então vê que o centro dos acontecimentos seria aqui, e talvez alguma possibilidade de inserção de trabalho, porque ele sempre viveu do trabalho dele [Entrevista Flávia 01].*

Flávia ficou inicialmente morando com seus pais. Era preciso readaptar-se à liberdade. Como relatou recentemente em entrevista, havia uma “dificuldade em retomar a vida em todos os seus detalhes e significados. [...] houve um grande trabalho de reconstrução e busca de um caminho que não se fixasse no passado, que permitisse um presente e um futuro, novos projetos e sonhos”<sup>164</sup>.



Cartaz organizado para a recepção de Flávia.

Acervo pessoal Flávia Schilling.

<sup>164</sup> <<http://www.sul21.com.br/jornal/flavia-schilling-o-exilio-deixa-marcas-mostra-como-o-enraizamento-e-fragil/>>. Acesso em 11/07/2014.

O campo de possibilidades de Flávia se abria com o retorno ao Brasil, e, apesar das dificuldades enfrentadas, já era possível reorganizar os seus projetos. A faculdade de Medicina foi deixada de lado, entretanto o desejo de estudar continuava:

Foi um momento de adaptação difícil, achava que tinha que recuperar o tempo perdido de estudo e trabalho, e principalmente construir um caminho, construir uma vida privada, viver coisas que me situassem novamente no tempo e no mundo. Foi muito árduo. Comecei a trabalhar imediatamente em escola, tinha a sensação de que precisava conviver com crianças, depois de tantos anos só com adultos. Desisti da Medicina. Tinha 27 anos e precisava trabalhar, considerava que era um dever trabalhar, meus pais não podiam continuar me sustentando, era uma questão de honra, achei que a Medicina não me permitiria fazer as duas coisas. Entrei no curso de Pedagogia da PUC em 1982. Estudei, me diverti, trabalhei, namorei. Mantive o contato com o Uruguai, voltei para lá assim que a Anistia foi decretada, reví as amigas, mas não cogitei em voltar a morar lá. Minha família estava aqui e temos uma ligação muito intensa, de grupo afetivo fundamental, de sobreviventes das tormentas dos anos 1960, 1970<sup>165</sup>.



Flávia sendo recebida por D. Paulo Evaristo Arns. Podemos perceber a sua magreza ao retornar ao Brasil. Acervo pessoal Flávia Schilling.

Além do lado profissional, Flávia expõe que era preciso reaprender coisas e códigos básicos, reaprender o Brasil. Nossa personagem havia deixado o país com apenas onze anos de idade, e praticamente quatorze anos depois se tornava necessário “recuperar um

<sup>165</sup> Entrevista disponível na Revista do Movimento do Ministério Público Democrático - *Dialógico* – ano VI, n. 28, dezembro de 2009, p. 13.

repertório”: Quem eram os cantores? Quem eram as pessoas? “Um trabalho intenso, um trabalho de aprender realmente tudo” [Entrevista Flávia 01]. Nas suas palavras:

*Enfim, é viver, e aprender a andar pela rua, e aprender a abrir porta, e aprender a abrir uma lata, porque na cadeia você não faz nada por si, quer dizer, então é isso, é aprender a andar de novo. Então eu diria que é um tempo exigentíssimo, que obviamente eu conto com a família, eu conto com alguns amigos inclusive iniciais, que até hoje se mantêm, fantásticos, alguns amigos daquele momento, que eram amigos até dos meus pais, da época do exílio, esses jornalistas, não é? Então um pequeno círculo, um pequeno início de trabalho para eu conseguir me sustentar [Entrevista Flávia 01].*

É interessante perceber que Flávia não retomou a militância político-partidária. Não que não tenha aparecido a chance de fazer carreira política, como nos relatou em entrevista: “Eu não quis fazer isso, não que não tenha aparecido a chance de fazer uma carreira política a partir dessa condição [ex presa política]”<sup>166</sup>. Mas optou por outro caminho, a carreira acadêmica, como mostra o depoimento abaixo:

*[...] eu fiz graduação na PUC e aí fui fazer o mestrado com Maurício Tragtenberg<sup>167</sup>, e aí eu elaborei, eu creio que de maneira muito legal, essa vivência da prisão. Então um dos capítulos do mestrado é a prisão política. E aí eu retornei ao Uruguai, lá já tinha tido a anistia e fiz uma técnica, um pouco de entrevista com as meninas e assim, olha, eu quero saber isso... isso, de prisão. Fala sobre isso, livre, livre, livre. Depois eu peguei as falas e trabalhei, e vim fazer doutorado aqui na Sociologia, com Sergio Adorno<sup>168</sup>, e aí depois, enfim, eu trabalhei em mil coisas e também cheguei aqui. Então é uma trajetória que me agrada muito [...]. Aí você falou um pouco da militância, não é? Bom, aí eu trabalho, incrível, enfim, as questões da violência, um dos trabalhos que eu faço é no Núcleo de Estudos da Violência [da USP], então eu coordeno o campo de uma pesquisa sobre continuidade autoritária e construção da democracia no Brasil. Então os temas da violência, não é? Eu trabalho com eles. Até hoje, um dos meus temas é a violência, que tem a ver obviamente com a história. [...] Eu trabalho em uma época na Secretaria da Justiça daqui [São Paulo], defesa da cidadania, na época da gestão do Belisário e do Santos Júnior, que é*

<sup>166</sup> Entrevista Flávia 01. [creio que seria bom citar o trecho onde ela diz isso]

<sup>167</sup> Maurício Tragtenberg (1929-1998) foi um importante sociólogo brasileiro. Autor da teoria da Pedagogia Libertária, foi professor nas seguintes universidades: PUC-SP, USP, UNICAMP e EAESP-FGV. Fonte: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Maur%C3%ADcio\\_Tragtenberg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Maur%C3%ADcio_Tragtenberg)> Acesso: 29/09/2014.

<sup>168</sup> Sergio Adorno é Professor Titular em Sociologia da Universidade de São Paulo. Dedicar-se principalmente aos seguintes temas: violência, direitos humanos, criminalidade urbana, controle social e conflitos sociais. Fonte: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4783956P0>> Acesso: 29/09/2014.

*um dos grandes advogados defensor de presos políticos, não é? E lá eu começo a trabalhar mais centralmente com direitos humanos, e eu trabalho coordenando o Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência, que é um projeto muito inédito de atendimento a famílias de vítimas de homicídio e latrocínio, de violência fatal. Um projeto muito inédito porque trabalha com vítimas indiretas.*

*Então foi um trabalho muito interessante, muito importante. E eu estou lá quando aparece a oportunidade de entrar aqui [na USP]. Bom, eu trabalho em outras coisas de Educação, porque eu fico um pouco sempre entre Educação e temas ligados mais à Sociologia Jurídica, Sociologia Política, porque eu faço meu doutorado em Sociologia, meu doutorado é sobre corrupção no Brasil, que surge muito por conta de dois momentos ímpares no Brasil: as Diretas já e o impeachment do Collor, e um pouco por conta desse estranhamento que eu tenho até hoje do Brasil. Um pouco esse olhar do exilado que sempre estranha, eu não consigo entender muito bem quais são os códigos daqui, então eu estudo a corrupção e estudo especificamente o caso do impeachment do Collor. E faço meu doutorado aqui [na USP] com o Sergio Adorno, que também é ligado ao Núcleo de Estudos da Violência. Então eu sempre tenho um pé na Educação e um pé, brinco, no crime, não é? Educação e crime (risos) para estudar isso. E então eu estou trabalhando no CRAVI, que é o Centro de Reabilitação e Apoio à Vítima e aí aparece a oportunidade de fazer concurso aqui [na USP], aí que faço concurso, achando que jamais eu entraria aqui, porque eu não sou da casa. Eu não conhecia nada daqui, porque eu fiz PUC, UNICAMP e FFLCH não é? Eu nunca tinha feito nada aqui, enfim, entro [em 2001], o que me agrada muito, fico muito feliz. A gente foi um pouco reconstruindo as vidas, não é? [Entrevista Flávia 01].*

Flávia é casada há 23 anos com um brasileiro. Questionada sobre como se conheceram, ela contou que a relação começou a partir do amor aos livros. Em suas palavras:

*a gente se conheceu porque na época ele era dono de uma livraria, a gente se encontra a partir do amor aos livros, não é? Ele tem uma livraria muito perto da minha casa, e eu faço mestrado naquela época e eu compro livros, e ele é o meu livreiro, nada melhor do que ter um livreiro, não é? E aí que a gente se encontra. Ele, em uma paixão enorme pela literatura, e eu também. [...] Então a gente se conhece, eu tinha trinta e cinco [anos], e ele trinta e sete [anos], enfim aí a gente fica juntos, depois a gente tem um filho, nosso filho tem vinte anos já [Entrevista Flávia 01].*

Hoje, Flávia vive em São Paulo com seu marido e o filho. Toda a família, com exceção de uma de suas irmãs, mora também na capital paulista. Flávia é professora da

Faculdade de Educação da USP e integra a cátedra UNESCO de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Tolerância e Democracia.

Desde sua saída da prisão, novos projetos foram traçados, novos futuros planejados, sem esquecer, entretanto, as duras memórias do passado. Lembranças reelaboradas que resultaram em escritos e depoimentos, em uma firme militância em prol dos direitos humanos, em um estilo de ser que mescla a coragem de lembrar o que foi e a alegria de construir o que pode ser, tudo com muitas doses de alegria e “alto astral”.

### **O dia em que conheci Flávia Schilling – breve relato das nossas entrevistas**

Encontrei Flávia pela primeira vez em São Paulo. Reunimos-nos na sua casa, em uma tarde chuvosa de quinta-feira. Era o dia 07 de junho de 2012. Flávia nos – eu e minha namorada – recebeu em sua sala, com uma simpatia imensa, parecia que nos conhecíamos há tempos, mesmo que até aquele momento só tivéssemos trocados pouco mais de uma dúzia de e-mails. Conversamos, muito! Falamos sobre o projeto, sobre a viagem, sobre o tempo, sobre os materiais que viriam a compor o Acervo Paulo Schilling, doado por Flávia ao NPH-UFRGS<sup>169</sup> e trazido por mim a Porto Alegre, sobre a minha pesquisa, sobre sua infância, Santa Cruz do Sul, Encruzilhada do Sul, trigo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, exílio, pausa para o café, golpe civil-militar, adolescência, Montevidéu, família, laços, memórias, esquecimentos, enfim, conversamos sobre a vida.

Nosso encontro durou em torno de três horas, estávamos acompanhados de minha companheira ao longo de toda entrevista e do companheiro de Flávia e de seu filho em alguns momentos. Tinha como proposta conhecer um pouco da sua trajetória, queria saber como tudo começou, os enlaces de sua história com a de sua família, seus exílios, mudanças, sua militância, a clandestinidade, até chegarmos ao dia da sua prisão. E foi isso que fizemos ao longo de 90 minutos de entrevista.

Flávia se mostrou muito à vontade em conversar, em contar, em entender e contextualizar seus caminhos. Ela sabia o que estava fazendo e já havia pensado sobre o que nos contava – tinha escrito um memorial há pouco menos de duas semanas. As histórias estavam frescas e pareciam seguir uma trajetória retilínea, que tentei quebrar algumas vezes, com perguntas e comentários, fazendo retroceder e avançar, para que pudemos lembrar juntos dos acontecimentos.

Na sexta-feira conheci sua mãe, Dona Ingeborg. Em sua casa, parecia estar em Santa Cruz, na casa dos meus avós. Um prazer enorme conhecer tão grande mulher. Fiquei lá por mais ou menos meia hora, tempo para encaixotar o acervo de Paulo. Conversas sobre Santa Cruz, onde eu também nasci e vivi até a adolescência, compuseram a maior parte do nosso diálogo. Conhecidos em comum, saudades em comum e um convite para uma visita finalizaram o nosso encontro.

---

<sup>169</sup> As publicações, os escritos inéditos e grande parte da documentação produzida e recebida por Paulo Schilling ao longo de sua trajetória como intelectual, jornalista e militante foram organizados por sua família após o seu falecimento em janeiro de 2012 e doados ao NPH da UFRGS. Os documentos estão sendo organizados e catalogados para em breve comporem o acervo Paulo Schilling.

Encontrei Flávia mais uma vez menos de um ano depois. Ela e seu companheiro vieram a Porto Alegre durante as férias. Tiramos um dia para (re)visitar a cidade. Passeamos, conversamos e, no café do Instituto Iberê Camargo, realizamos mais uma entrevista. Era hora de falarmos sobre a clandestinidade e a prisão política. Em pouco mais de uma hora, Flávia relembrou a sua trajetória, narrou o seu dia-a-dia na prisão, o período como refém, a repressão do cárcere e as formas de resistência encontradas por ela e suas companheiras ao longo dos anos. Após a entrevista almoçamos juntos, conversamos sobre os mais variados assuntos, passeamos e terminamos o nosso tour pela cidade. Ficaram os convites: visitar novamente São Paulo e aguardar uma nova visita a Porto Alegre.



Flávia no parque da Redenção – Porto Alegre, abril de 2013. Acervo pessoal Flávia Schilling.



Flávia em visita a Santa Cruz do Sul, acompanhada de sua tia Teresa e sua prima Estela. Abril de 2013. Acervo pessoal Flávia Schilling.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos esta pesquisa tínhamos por objetivo reconstruir parte da trajetória de Flávia Schilling e, ao mesmo tempo, problematizar, por meio de sua biografia, as formas de constituição do indivíduo na história. Queríamos entender como se dá a construção do indivíduo – por si e pelo outro. Como se forma a sua identidade? Quais os elementos, escolhas e condicionamentos precisam ser analisados nesse processo?

Através dos percursos de nossa personagem queríamos repensar e discutir como o indivíduo pode ser percebido pelas diversas óticas que o rodeiam e como ele interage – ativa e passivamente – com o meio em que vive, e aqui mais especificamente, relacionando-o com o período das ditaduras de Segurança Nacional na América Latina. Após mais de dois anos de pesquisa acreditamos ser possível dizer que avançamos em nossas metas.

Ao longo da investigação, procuramos construir a trajetória de Flávia distante da imagem de uma linha orientada, como se já soubéssemos o que viria pela frente. Partindo dos pressupostos de Levi (2006) e Bourdieu (2006), tentamos nos "perder" nos seus caminhos, buscando analisar os meios e os sujeitos envolvidos em tal processo.

O primeiro passo foi entender o exílio de nossa personagem. A situação vivenciada no Brasil e a necessidade de mudança a Montevideu transformaram o seu campo de possibilidades. Por meio desse processo, abria-se um novo mundo. Após um período de adaptação ao novo país, o Uruguai tornou-se o campo de possibilidades presente, e nele Flávia deu início à formulação de seus projetos mais pessoais.

Constatamos que não havia o projeto “Flávia Schilling militante” como um plano que já a acompanhava desde o seu nascimento. Ele foi construído junto ao seu percurso histórico, influenciado, claro, por aquilo que a rodeava e pelas decisões por ela tomadas, mas não simplesmente imposto pelo meio vivido e pelas experiências enfrentadas. A escolha pela militância não derivava, por exemplo, unicamente da sua origem familiar (sobretudo da militância de seu pai, embora essa tivesse grande importância no delineamento de suas opções).

Em um jogo de escalas, foi preciso sair da realidade de Flávia para entender o que acontecia. O momento político em ebulição e as transformações no Uruguai, a geração política jovem com quem Flávia teve contato em seus locais de estudo, a dinâmica mundial do ano de 1968, tudo isso compunha o campo de possibilidades de nossa personagem. É a partir daí que ela elaborou o seu projeto de militância política. Ele não estava pronto *a priori*.

Com a sua militância foi possível entender o significado da clandestinidade: o “lugar-nenhum”, o não existir. Condição que inúmeros cidadãos latino-americanos tiveram de vivenciar ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980 e que implicava ser ninguém. Um ninguém sempre vigilante, sempre procurado, sem identidade. Foram meses de clandestinidade até a queda, até o tiro que quase lhe tirou a vida.

Salva pela equipe médica, Flávia começava em dezembro de 1972 a sua longa jornada nos cárceres políticos uruguaios. Foram quase oito anos nas mãos do Estado, sendo que parte desse período sofrendo como refém, angustiada com a pressão de que a qualquer momento poderiam lhe tirar a vida. O cotidiano em Punta Rieles, prisão em que passou a maior parte do seu tempo no cárcere, possibilitou a Flávia inúmeras amizades, inúmeras descobertas, inúmeras formas de resistência ao sistema que tentava transformar e destruir aqueles jovens que em algum momento ousaram opor-se a ele.

A espera foi longa. Somente no final de 1978 começavam a surgir esperanças de uma libertação: organizava-se no Brasil uma campanha com esse objetivo. A mídia, os comitês pela anistia e diversos movimentos sociais passaram a lutar por Flávia e por inúmeros outros presos políticos na América Latina. Com o envolvimento do governo brasileiro, fruto de tais pressões, foi possível criar mais força. Em abril de 1980, Flávia soube que o drama do cárcere havia chegado ao fim. Era hora de voltar para casa. Hora de rever a família. Hora de recomeçar.

A realização desta biografia nos permitiu compreender os diferentes momentos vividos por Flávia – exílio, militância, clandestinidade, prisão e, por fim, sua liberdade – não como momentos isolados, mas em articulação na mesma trajetória de vida. Elucidando tais temas como partes de um mesmo processo, e partindo da observação mais minuciosa (“microscópica”) de uma trajetória, acreditamos ter sido possível perceber de que forma essas experiências foram vividas como um todo, em meio as suas articulações, acasos, tensões, projetos pessoais e coletivos, rupturas e continuidades.

Defendemos que construção do sujeito histórico, discussão à qual este trabalho pretendeu contribuir, deva ser pensada a partir da lógica indivíduo-sociedade, sempre através do jogo de escalas diferentes. Afinal, os acontecimentos biográficos, conforme apontou Bourdieu (2006, p. 190), devem ser definidos como colocações e deslocamentos no espaço social e não a partir de predeterminações que apenas se evidenciam com o passar do tempo.

Para construir a trajetória de Flávia foi preciso levar em conta que, como disse Elias (1994, p.16), não existe um abismo entre indivíduo e sociedade, pois ambos precisam ser percebidos em seu caráter relacional: os indivíduos formam a sociedade ao mesmo tempo em

que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos. Do mesmo modo que Flávia tinha seu papel, sua individualidade, sua singularidade e sua relativa autonomia na sociedade em que vivia, ela acabava sendo influenciada – muitas vezes inconscientemente – por esse ambiente.

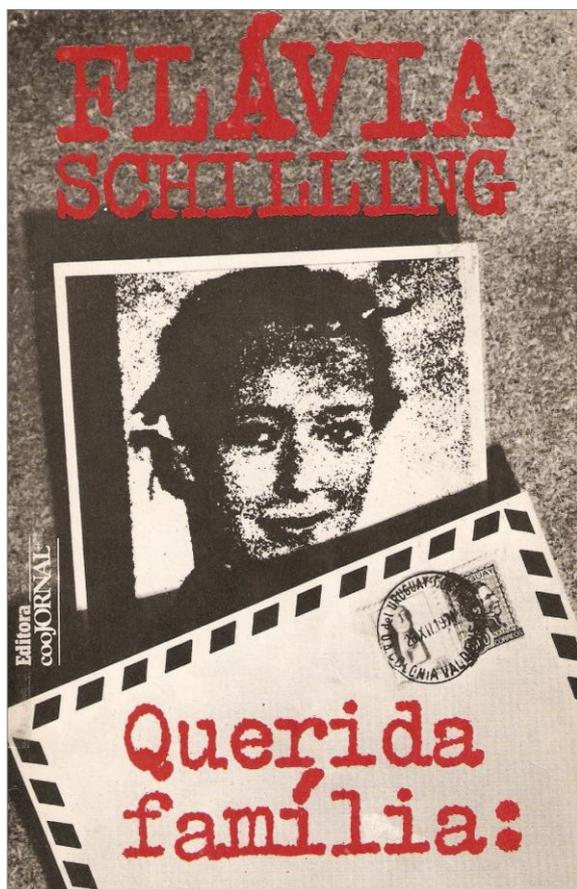
Muitas vezes, ao longo da pesquisa, foi preciso se distanciar de Flávia para entender o meio em que ela se situava. Era necessário examinar o campo de possibilidades em que nossa personagem estava inserida, para, a partir disso, pensar em seus projetos. Um fator estava condicionado ao outro. A liberdade e a individualidade de suas escolhas estavam ali, mas permaneciam diretamente ligadas aos condicionamentos sociais.

Nesse sentido, a pesquisa biográfica à qual nos propomos passou diretamente pela compreensão da sociedade em que Flávia Schilling viveu, isto é, dos limites e possibilidades que o ambiente uruguaio das décadas de 1960 e 1970 proporcionou a ela para criar seus projetos individuais e coletivos. Se, como apontou Elias (1994, p. 48), só existe o “eu” em relação a um “nós”, e é esse “nós”, sempre em diálogo com o “eu”, que deve ser levado em consideração como uma das peças fundamentais à compreensão do fazer-se do indivíduo, foi preciso pensar Flávia a partir de uma pluralidade de possibilidades que se alternavam a cada momento ao longo de sua trajetória.

Muitas das questões levantadas no início desse projeto foram respondidas ao longo do trabalho. É verdade, entretanto, que diversas outras surgiram com o desenvolvimento da pesquisa. Como pensar a construção dos indivíduos que vivenciaram o mesmo campo de possibilidades de Flávia e optaram por outros projetos? De que forma a situação enfrentada por nossa personagem pode ser comparada a dos militantes homens presos no mesmo período? Como entender o envolvimento do governo brasileiro na campanha pela libertação de Flávia? Quais as contradições e interesses dessa participação? De que maneira compreender o retorno ao Brasil? Como foi possível a Flávia reconstruir uma vida “normal” após tantos anos sem liberdade? Perguntas que ainda devem ser respondidas pelas pesquisas históricas.

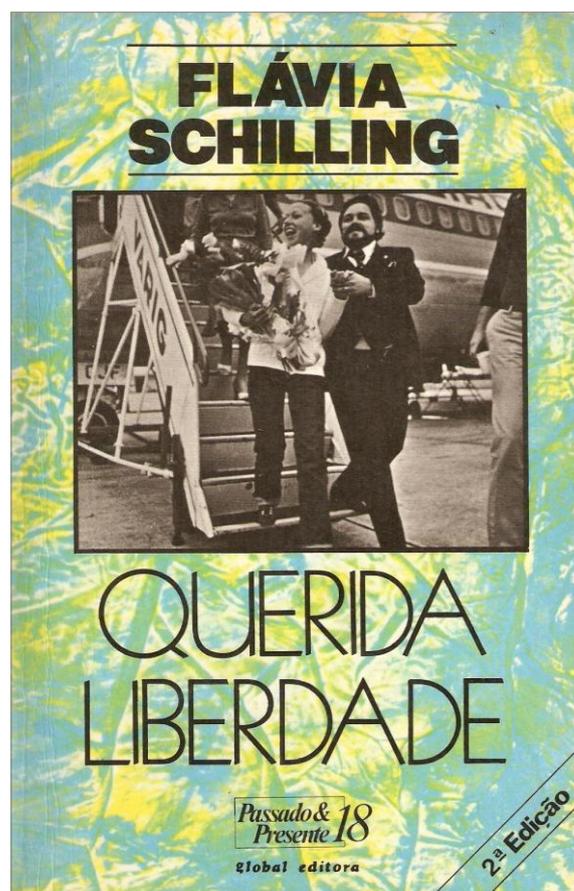
Para finalizar, consideramos que a presente dissertação, apesar das questões em aberto, atingiu seus principais objetivos, revelando, através da trajetória de Flávia Schilling, os diferentes embates presentes na construção do sujeito histórico. Confrontando e articulando distintas temáticas de pesquisa – militância, exílio, clandestinidade, prisões políticas, anistia – foi possível questionar as suas formas de articulação, permitindo compreender os conflitos e ambiguidades que caracterizam a complexidade da formação dos indivíduos ao longo, e por meio, dos processos históricos.

## ANEXOS



Capa do livro “Querida família:”

SCHILLING, Flávia. *Querida Família*. Porto Alegre: CooJORNAL, 1978.



Capa do livro “Querida liberdade”

SCHILLING, Flávia. *Querida Liberdade*. São Paulo: Global Editora, 1980.

## Anexo 2

### Carta de Flávia ao povo brasileiro:

Querido povo brasileiro:

Hoje faz uma semana que fui libertada. Custou, mas chegou; foi difícil, mas vocês (o povo brasileiro) ganharam a luta, ganhamos.

Esta carta é muito especial: hoje estou sentada em minha casa; já passou tudo (passou?), deparo-me agora, reaprendendo a vida cotidiana, o diálogo, a espontaneidade, todas as pequenas coisas (assim como aprender a abrir uma porta e a tratar com naturalidade uma criança, tudo isso depois de 7 anos e meio), insegura em muitos aspectos, porém lutando para que o medo à liberdade nunca seja mais forte do que o amor a ela. O mais importante para afugentar os fantasmas do medo são vocês.

Uma pessoa nunca pára; todos os dias de sua vida se vai fazendo, nunca se chega. Não se pode nem se deve parar. Hoje, eu, que creio não ter parado, faço autocrítica de muitas coisas que fiz e disse. Penso que me liberei de esquematismos (que somente aprisionam), de muito radicalismo (que faz a gente ser muitas vezes parcial, injusta). Aclarei uma dúvida que tinha: se existe ou não realmente a humildade. Hoje não duvido um instante: existe, mas não como um dom natural, mas sim como algo que se consegue no transcorrer da vida, algo que se consegue na salvação constante da gente diante dos acontecimentos. Penso que a humildade é uma atitude frente à vida. Tem como base o respeito. Respeito pela vida e pela morte, respeito pela grandeza e insignificância do homem, respeito pela diversidade humana e a unidade humana essencial: todos somos e temos o direitos de ser pessoas, pessoas livres, pessoas pensantes, pessoas totais.

Porque descobri a existência da atitude humilde ante a vida é que lhes deixo as minhas cartas com humildade. São o "racconto" de momentos de tensão e de angústia, algumas são puro desabafo, outras são brincadeira, outras, talvez, terapia, expressões de busca da minha identidade e justificação de vida nesta terra que nos foi dada viver. Isso sim: acho que são uma expressão mais da eterna luta do homem contra a morte, a morte física e psíquica.

Um "não!" à morte, à alienação, à fragmentação, à manipulação do homem pelo homem.

Acho que uma carta formal para lhes agradecer nunca vou conseguir escrever. Por isso digo somente: um beijão para todos.

Flávia

## LISTA DE FONTES:

### Entrevistas:

- Entrevista de Flávia Schilling às professoras Carla Rodeghero e Maria Paula Nascimento Araújo como parte do projeto Marcas da Memória<sup>170</sup> em 18/07/2011 na Faculdade de Educação da USP. A entrevista se encontra disponível no Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS.
- Entrevista de Flávia Schilling concedida ao autor. São Paulo, junho de 2012.
- Entrevista de Flávia Schilling concedida ao autor. Porto Alegre, abril de 2013.
- Entrevista de Flávia Schilling disponível na Revista do Movimento do Ministério Público democrático - *Dialógico* – ano VI, n. 28, dezembro de 2009. Disponível em: <[http://www.mpd.org.br/img/userfiles/image/Dialogico\\_28.pdf](http://www.mpd.org.br/img/userfiles/image/Dialogico_28.pdf)>. Acesso: 17/08/2014
- Entrevista de Lia Maciel concedida ao autor. Montevidéu, julho de 2013.
- Entrevista Cristina Castanera concedida ao autor. Montevidéu, julho de 2013.
- Entrevista de María Elena Martínez Salgueiro concedida ao autor. Montevidéu, julho de 2013.

### Memorial:

- SCHILLING, Flávia. Memorial apresentado para o Concurso de Livre-Docência na Área de Conhecimento de Sociologia da Educação, nas disciplinas EDF0113 Sociologia da Educação I, EDF0114 Sociologia da Educação II e EDF0687 Educação e Atualidade, de acordo com o Edital FEUSP 18/2012 Memorial USP. São Paulo, 2012.

### Acervos Pessoais:

- Acervo Pessoal de Flávio Koutzii (APFK).
- Acervo Pessoal Flávia Schilling.
- Acervo Pessoal Paulo Schilling. Doado ao NPH/UFRGS – em breve disponível para consulta

### Livros:

- SCHILLING, Flávia. *Querida Família*. Porto Alegre: CooJORNAL, 1978.
- SCHILLING, Flávia. *Querida Liberdade*. São Paulo: Global Editora, 1980.

### Imprensa periódica:

- Zero Hora, O Globo, Jornal do Brasil – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre).
- Coojornal – Biblioteca Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social da UFRGS.

---

<sup>170</sup> O projeto Marcas da Memória fez parte de um Acordo de Cooperação Técnica entre a UFRGS UFRJ e UFPE e o Ministério da Justiça. Buscou construir um acervo de fontes orais e audiovisuais, com critérios teóricos e metodológicos próprios da História Oral, para registro e organização de histórias de vida de pessoas que vivenciaram períodos de repressão, notadamente aqueles contemplados pela Lei n.º 10.559/02. Este acervo consta de entrevistas gravadas, filmadas e posteriormente transcritas.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de. Quando eles eram jovens revolucionários: os guerrilheiros das décadas de 60/70 no Brasil. In: VIANNA, Hermano (org.). *Galeras cariocas – territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.
- ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do Governo Goulart. In: *Seminário 40 Anos de Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda., 2004.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2005.
- ARAÚJO, Maria Paula. 1968, nas teias da história e da memória. In: *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, N. 26-1, 2008.
- ARAÚJO, Maria Paula. Memória, testemunho e superação: História oral da anistia no Brasil. *História Oral*. V.15, nº 2, p. 11-31, 2012.
- ASEFF, Marlon. *Retratos do Exílio: solidariedade e resistência na fronteira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.
- ASSUMPTÃO, Marla Barbosa. *A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da Segurança Nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968)*. Trabalho de conclusão (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Licenciatura em História, Porto Alegre, 2011.
- BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- BENETTI, Maria Domingues. *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992.
- BOAS, Sergio Vilas. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BORGES, Viviane Trindade. *Loucos (nem sempre) mansos da estância: controle e resistência no cotidiano do Centro Agrícola de Reabilitação (Viamão/RS, 1972-1982)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CAMINHA, Raquel. *Jogos de gênero e memórias militantes: mulheres na luta contra o regime militar brasileiro no Ceará (1964-1985)*. In: XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça, 2012.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CARDOZO, Javier. Encuesta FER: Breve descripción de algunos resultados seleccionados. In: Proyecto "Historia y Memoria del FER". 2011

- Comissão de Anistia (Brasil). *Marcas da memória : história oral da anistia no Brasil*. Organizadores: MONTENEGRO Antonio T., RODEGHERO Carla S., ARAÚJO Maria Paula. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- DEMASI, Carlos. La dictadura militar: un tema pendiente. In: RICO, Alvaro (org.). *Uruguay: cuentas pendientes*. Montevideu: Trilce, 1995.
- DUARTE, A. R. F. .Jogos de gênero nas memórias de militantes pela anistia. *Espaço Plural* (Unioeste), v. 21, p. 66-77, 2009.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1994.
- ESCOLAR, Cora. Pliegues y Despliegues: pensar el exilio. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 7, 2012.
- FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2009.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória - histórias de vida e histórias de sobrevivência*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Esquerda e Direita: fontes nacionais para a História Social. *Métis* (UCS), Caxias do Sul, v. 3, n. 5, p. 11-29, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes. 2009.
- GARCIA, Marco A. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*. v.8/9, 1997, pp. 319-343.
- GASCUE, A. Apuntes para una historia del Frente Estudiantil Revolucionario. IN: *Cuadernos de la Historia Reciente*. v.: 6. Montevideo, Editorial: Banda Oriental, 2010. p.: 25 – 37.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOFFMAN Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- GOMES, Angela de Castro. Escritas de si, escritas da história: a título de prólogo. In: \_\_\_\_\_. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GONZALES, Sérgio. Grupos dos onze: lembranças que contam a verdade histórica. In: *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): história e memória – Da campanha da legalidade ao golpe de 1964*. Porto Alegre: Corag, 2009.
- GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 5(14): 73-90, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric. J.. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- IGLESIAS, Margarita. Los desafíos del Cono Sur desde las perspectivas de las mujeres. La democratización de la democracia o la reinención de una democracia latinoamericana. In: PEDRO, J.M; WOLF, C.S. (orgs.). *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

- JELIN, Elizabeth. Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra. *Cadernos Pagu*, n. 29, p. 37-60, 2007.
- JOFFILY, Mariana. Memória, Gênero e Repressão Política no Cone Sul (1984-1991). *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111–135, jan./jun. 2010.
- KOUTZII, Flávio. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- LAMARÃO, Sérgio. *A Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. CPDOC, 2004. Disponível em:  
<[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A\\_marcha\\_da\\_familia\\_com\\_Deus](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus)>. Acesso: 21/04/2013.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 535-549.
- LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos antes da ‘revolução do consumo’. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. Un Problema de escala. *Relaciones – Revista de El Colégio de Michoacán*. Zamora: Colégio de Michoacán, 2003. pp. 279-288.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MACEDO, José Rivair. O riso no medievo como forma de resistência. In: *Revista do Instituto Humanistas Unisinos*. IN. 198. Ano VI. São Leopoldo: 2006. Disponível em:  
<[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=450&secao=198](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=450&secao=198)>. Acesso em: 14 maio de 2014.
- MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialica (org.). *Karl Mannheim*. São Paulo: Editora Ática, 1992. p. 67-95
- MANSAN, Jaime Valim. *Imprensa contra-hegemônica: o caso do Coojornal (1976-1983)*. IN: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina/PR. Anais do III Simpósio, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/jaime.pdf>> Acesso em:21/04/2013
- MARKARIAN, Vania. *El 68 uruguayo: El movimiento estudantil entre molotovs y música beat*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.
- MARQUES, Teresa C. Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: Os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

- MARCHESI, Aldo. “Uma parte do povo uruguaio feliz, contente, alegre”: os caminhos culturais do consenso autoritário durante a ditadura. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MAUÉS, Flamarion. Livros na campanha pela Anistia. IN: *Perseu: história, memória e política*/ Centro Sérgio Buarque de Holanda. N.6. Ano 5. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- MOREIRA, Constanza. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. In: *Opinião Pública*, Campinas, vol.6, n.1, 2010.
- PADRÓS, Enrique Serra. 1968: contestação e utopia. In: HOLZMANN, L; PADRÓS, E. S.(org.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e segurança nacional: Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, A. S.. O 68 no Uruguai: crise estrutural, mobilização social e autoritarismo. *História. Debates e Tendências (Passo Fundo)*, v. 8, p. 28-49, 2009
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15. 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212. 1992.
- PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. *Mnemosine*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 2, p. 02-13. 2010.
- PRESOT, Aline Alves. *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- RICO, A. et al. *La dictadura Cívico-Militar: Uruguay 1973-1985*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009.
- RODEGHERO, Carla Simone. Rindo do inimigo: o riso e o combate católico ao comunismo. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 12, p. 129-152, 1999.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2003.
- RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007a.
- RODEGHERO, Carla Simone. O comunismo e outros perigos: memórias sobre o medo entre católicos. *História oral: revista da Associação Brasileira de História Oral*. Recife, v. 10, n. 2, 2007b, p. 91-112.
- RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 2011.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ROSA, Susel Oliveira da. Flávia Schilling e a escrita de si como dispositivo de resistência. *Revista Labrys: estudos feministas*. Brasília: 2009. Disponível em:

- <<http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys15/ditadura/susel2.htm>>. Acesso: 05/10/2014.
- ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias*: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.
- RUIZ, Marisa; SANSEVIERO, Rafael. *Las Rehenas*: Historia oculta de once presas de la ditadura. Montevidéo: Fin de Siglo, 2012.
- SCARPELLI, Carolina D. B.. *Vidas Clandestinas*: A Ditadura Militar Brasileira e as Memórias da Clandestinidade. X Encontro Nacional de História Oral - Testemunhos: História e Política. Recife, UFPE, 2010. Disponível em:  
<<[http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410148\\_ARQUIVO\\_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410148_ARQUIVO_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.pdf)>> Acesso: 21/07/2014.
- SCHILLING, Paulo. *A operação Trigo*: Tentativa de interpretação político-econômica da triticultura nacional. Porto Alegre: Ed. Moderna, 1956.
- SCHILLING, Flavia Ines. *Estudos sobre resistência*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- SCHILLING, Flávia. La adolescencia sin soledad. *Cotidiano Mujer*. Montevideo: III Época, n. 28, p. 5, ago./nov. 1998.
- SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90*. Revista do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, v. 6, 1996.
- SCHMIDT, Benito Bisso. O(s) uso(s) da noção de geração na História Social. Comunicação, UNICAMP, 1998.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História Unisinos*. São Leopoldo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos, v. 8, nº. 10, jul./dez. 2004, pp. 131-142.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do Sul*: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- SCHMIDT, B. B.; SILVA, D. S.; LACCIO, C.. María Regina en el país de las maravillas: género, violencia, política y resistencia cotidiana en la narrativa autobiográfica de una militante de izquierda (Brasil-Argentina, décadas de 1960 y 1970 desde el presente). *Historia, Voces y Memoria*, v. 6, p. 19-38, 2013.
- SILVA, Diego Scherer. “Lição de cadeia fica, e cadeia deixa mancha”: as cartas de Flávia Schilling no livro “Querida família:” (1972-1973). *Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos* (1: 2011: 02 a 30 abr.: Porto Alegre, RS). Anais [recurso eletrônico]. – Porto Alegre: APERS, 2011. p.106 – 112. Disponível em:  
<[http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314800293.I\\_Jornada\\_Ditaduras\\_e\\_Direitos\\_Humanos\\_Ebook.pdf](http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314800293.I_Jornada_Ditaduras_e_Direitos_Humanos_Ebook.pdf)>. Acesso: 21/04/2013.
- SILVA, Diego Scherer. *A missivista, a prisão e a resistência*: as estratégias e táticas nas cartas de Flávia Schilling (Uruguai, 1972-1980). Trabalho de conclusão (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Licenciatura em História, Porto Alegre, 2011.
- SOLARI, Aldo. *Estudios sobre la sociedad uruguaya* (I). Montevideo: Editorial Arca, 1964.
- SOUZA, Susana B. O México Rebelde e o Uruguai da transição. IN: *1968: contestação e utopia*. HOLZMANN, L.; PADRÓS, E. S. (org.). Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

- SPITZER, Leo. *Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: a democracia golpeada. In: *Seminário 40 Anos de Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda, 2004.
- TRINDADE, Tatiana. *O papel materno na resistência à ditadura: o caso das mães de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling*. Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Licenciatura em História, Porto Alegre, 2009.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- VILLALOBOS, Marco Antônio. *Tiranos Tremei! Ditadura e Resistência Popular no Uruguai (1968-1985)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 19-38 – 2007.
- YAFFÉ, Jaime. La dictadura uruguaya (1973-1985): nuevas perspectivas de investigación e interpretación historiográfica. *Estudios Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 38, n. 1, p. 13-26, jan./jun. 2012.